

Julho 2019
Volume 13 \ Número 3

Boletim Regional





Julho 2019
Volume 13 \ Número 3

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bc.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bc.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bc.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bc.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bc.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 13, n. 3.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	22
Pernambuco _____	25
Região Centro-Oeste	29
Região Sudeste	35
Minas Gerais _____	39
Rio de Janeiro _____	44
São Paulo _____	48
Região Sul	53
Paraná _____	59
Rio Grande do Sul _____	63
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	67
Boxes	
Decomposição da atividade econômica regional _____	73
Evolução recente do crédito a pessoas jurídicas por segmento _____	77
Economia gaúcha _____	80
Apêndice	87

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A evolução dos indicadores de atividade sugere possibilidade de retomada do processo de recuperação da economia. Regionalmente, observou-se, na margem, maior convergência nas trajetórias de indicadores de atividade no curto prazo, refletindo processo generalizado de acomodação. Nesse cenário, a economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção em todas as regiões e diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis confortáveis.

O nível da atividade econômica no Norte recuou no trimestre encerrado em maio, interrompendo o crescimento observado nos dois trimestres anteriores, reflexo do fraco desempenho da indústria extrativa no Pará, parcialmente compensado pelo comércio regional e pela produção do Polo Industrial de Manaus. Apesar da recuperação da indústria de transformação nos dois últimos trimestres, a economia segue com elevado grau de ociosidade dos fatores de produção, com o Nuci da atividade permanecendo em patamar reduzido.

No Nordeste, a atividade econômica continua a evidenciar acomodação do ritmo de crescimento. O comportamento, na margem, decorreu da combinação de elevação no volume de serviços prestados e, principalmente, nas vendas do comércio, com a retração da produção fabril. O desempenho mais fraco da economia repercutiu sobre o mercado de trabalho, sendo a única região a apresentar eliminação de postos de trabalhos formais. Nesse ambiente, o IBCR-NE variou -0,1% no trimestre encerrado em maio, considerados dados com ajuste sazonal.

A atividade econômica no Centro-Oeste assinalou recuo no trimestre encerrado em maio, após cinco trimestres consecutivos de elevação, impactada, em especial, pela contração nos setores industriais, com destaque para segmentos da transformação e de energia e saneamento. A perspectiva de desempenho positivo nas safras de inverno tende a favorecer a retomada do crescimento na região, principalmente

pelos desdobramentos na indústria de alimentos e no setor de transportes. Adicionalmente, o mercado de trabalho mostrou sinais positivos bem como o crédito às famílias, o que favorece o crescimento da economia. O IBCR-CO decresceu 0,5% no trimestre até maio, em comparação ao finalizado em fevereiro, na série isenta de sazonalidade.

A economia da região Sudeste manteve trajetória de recuperação gradual, evidenciada por aumentos consecutivos do índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil, desde dezembro, na avaliação trimestral. Nos últimos meses, alguns dos principais parâmetros de atividade sugerem arrefecimento do ritmo de recuperação, notadamente a produção industrial – impactada principalmente pela atividade extrativa –, e o volume de serviços. O IBCR-SE variou 0,1% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando crescera 0,7% na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados.

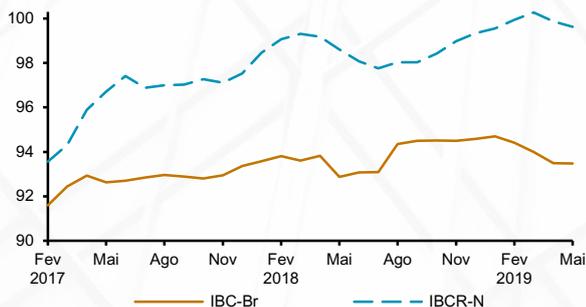
A evolução dos principais indicadores econômicos da região Sul reforça o processo de acomodação da atividade no primeiro semestre do ano, em linha com a trajetória observada no país. No entanto, em horizonte mais longo, a região apresenta crescimento mais intenso do que a média nacional. A indústria desempenha papel fundamental nesse processo, com maior disseminação da recuperação entre as atividades, embora permaneça a elevada ociosidade da capacidade instalada. No mercado de trabalho, por um lado, o emprego com carteira assinada dá sinais de arrefecimento no ritmo de expansão, por outro, o recuo da taxa de desocupação e a expansão da massa de rendimentos sugerem a ampliação da demanda nos próximos trimestres, que deverá ser ampliada pela liberação de recursos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O IBCR-S variou 0,2% no trimestre encerrado em maio, na comparação com o finalizado em fevereiro.

Região Norte

1

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

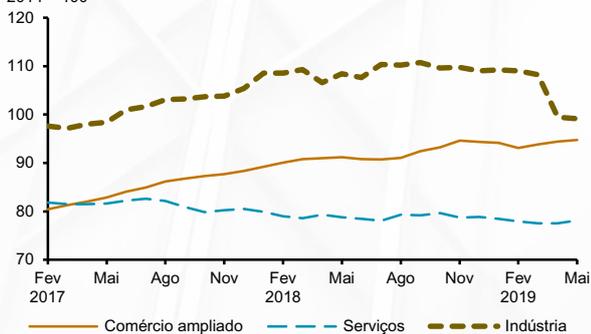
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



O nível da atividade econômica no Norte recuou em maio, interrompendo o crescimento observado nos dois trimestres anteriores. O desempenho do trimestre, em parte, refletiu movimento pontual na indústria extrativa em decorrência das fortes chuvas na região. Nesse sentido, o IBCR-N caiu 0,3% no período, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro (1,0%), dados dessazonalizados, com fraco desempenho da indústria extrativa – o nível de atividade no Pará, medido pelo IBCR-PA caiu 2,4% no trimestre. Em sentido contrário, a atividade econômica foi beneficiada pelas vendas do comércio na região e pela indústria de transformação. Em doze meses, o IBCR-N cresceu 1,4% em maio, destacando a extração de minerais e a construção civil.

Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Em relação aos indicadores de demanda, observou-se crescimento de 3,4% no volume de vendas do comércio restrito no trimestre finalizado em maio, ante o encerrado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. O índice de vendas variou 1,8% no conceito ampliado, que incorpora o comércio de material de construção e de veículos e peças de automóveis. À exceção de Rondônia, os demais estados apresentaram crescimento do varejo no período analisado e, no conceito ampliado, apenas Rondônia e Pará apresentaram recuo no volume de vendas. Considerados dados acumulados em doze meses, o comércio ampliado aumentou 5,5%.

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), proxy das vendas no setor, indicam continuidade do crescimento. O número de licenciamentos subiu 12,6% até junho, após crescer 20,0% em 2018. Na margem, houve aumento de 6,2% no segundo trimestre, em relação ao imediatamente anterior (dados com ajuste sazonal), com destaque para os estados de Tocantins, Roraima e Amazonas.

Estatísticas relacionadas à confiança de consumidores e empresários apontam, na margem, perspectivas

distintas de evolução da atividade do comércio. O índice de Intenção de Consumo das Famílias da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), cresceu 2,5 pontos alcançando média de 97,6 pontos no segundo trimestre do ano. Em igual período, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 131,3 pontos¹, 2,4 pontos abaixo do alcançado no primeiro trimestre, muito embora venha se mantendo em área de otimismo desde setembro de 2016.

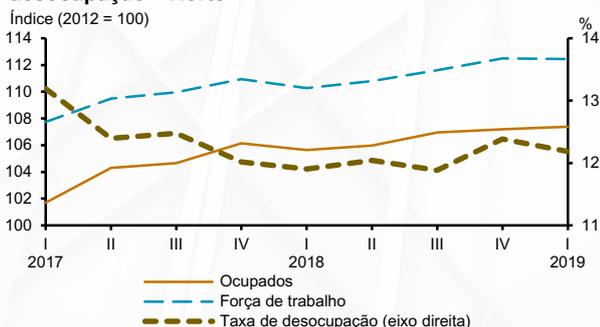
No setor de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE indicaram pequeno crescimento na margem e continuidade do processo de redução do ritmo de retração da atividade. O volume de serviços recuou 1,7% nos últimos doze meses encerrados em maio de 2019, ante 2,4% em igual intervalo até fevereiro. No trimestre finalizado em maio, houve expansão de 0,2%, após recuo de 1,0% no trimestre anterior, dados com ajuste sazonal.

O mercado de trabalho observou suavização do processo de recuperação. No trimestre até maio, foram criados 1,9 mil empregos, ante 5,6 mil do mesmo período de 2018, de acordo com dados do Caged, destacando a prestação de serviços, com geração líquida de vagas pelo quinto trimestre consecutivo. Esse setor registrou 3,4 mil novos postos de trabalho com carteira assinada no trimestre, resultado mitigado pela extinção de 1,4 mil vagas no comércio. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego cresceu 0,1% no trimestre até maio, em relação ao encerrado em fevereiro.

A taxa de desocupação no Norte atingiu 13,1% no primeiro trimestre de 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, comparativamente a 12,8% no mesmo período de 2018%. A evolução decorreu do aumento mais intenso na força de trabalho do que na população ocupada. Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação passou de 12,4% no último trimestre de 2018 para 12,2% no primeiro de 2019. A comparação interanual revela decréscimo real de 2,3% no rendimento do trabalho, ante o crescimento médio de 1,2% no país.

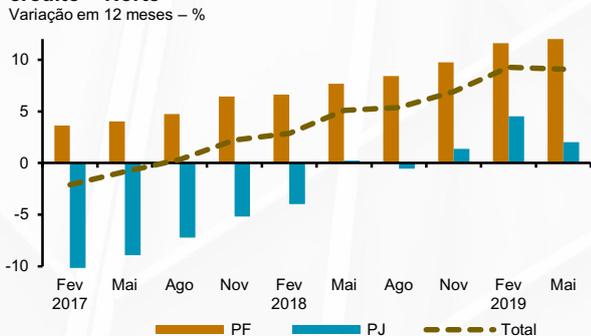
O mercado de crédito segue contribuindo favoravelmente para a atividade econômica da região,

Gráfico 1.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Norte^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

1/ 100 pontos indicam neutralidade.

Tabela 1.1 – Crédito a pessoas jurídicas – Norte^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	21 433	24 017	12,1	7,5
Capital de giro	7 963	8 878	11,5	1,0
Financiamentos a exportação	4 078	4 466	9,5	5,8
Outros créditos livres	4 281	4 400	2,8	2,7
Títulos descontados	1 639	1 795	9,5	22,4
Direcionados	18 573	16 801	-9,5	-8,4
BNDES	11 134	9 437	-15,2	-7,0
Financiamentos imobiliários	1 915	1 398	-27,0	-21,6
Outros créditos direcionados	5 122	5 414	5,7	-1,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.2 – Crédito a pessoas físicas – Norte^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	51 048	58 723	15,0	14,5
Cartão de crédito à vista	5 271	6 349	20,4	20,5
Crédito pessoal consignado	24 897	26 995	8,4	10,5
Crédito pessoal não consig.	6 684	8 239	23,3	17,8
Financiamentos de veículos	8 664	10 489	21,1	15,9
Direcionados	30 139	32 653	8,3	6,3
BNDES	1 880	2 006	6,7	5,4
Financiamentos imobiliários	18 287	19 177	4,9	5,8
Financiamentos rurais	9 879	11 400	15,4	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.3 – Produção agrícola – Norte
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2018	2019	
Grãos ^{3/}	32,2	8 938	9 506	6,4
Soja	21,7	5 320	5 654	6,3
Milho	5,6	2 521	2 764	9,7
Arroz (em casca)	3,3	958	943	-1,6
Outras lavouras				
Mandioca	17,5	6 394	7 432	16,2
Banana	5,2	899	880	-2,1
Cacau	3,9	122	120	-1,4
Café	3,7	146	153	5,2
Cana-de-açúcar	1,6	4 329	4 252	-1,8
Laranja	1,3	280	311	11,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

porém com intensidades distintas entre os segmentos de pessoas jurídicas e físicas. As operações destinadas às empresas observam a mesma tendência das demais regiões, ou seja, a substituição do crédito direcionado por linhas com juros livremente contratados. Na avaliação interanual, enquanto os financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) declinaram 15,2% em maio, os contratos de capital de giro e aqueles originados com garantia de recebíveis cresceram 11,5% e 9,5%, respectivamente. Todavia, devido à interrupção do processo de retomada da atividade em nível nacional, na margem, houve perda de dinamismo do crédito a pessoas jurídicas na região, cuja taxa de expansão interanual passou de 4,5% em fevereiro para 2,0% em maio. Além disso, a inadimplência média da carteira, 3,6%, apresentou tendência de elevação, após atingir 2,5% em dezembro de 2018.

Em relação às operações com pessoas físicas, observa-se continuidade da expansão iniciada em 2017. As linhas de crédito pessoal e de financiamentos de veículos, que representam aproximadamente um terço do saldo do segmento livre, cresceram a taxas superiores a 20% em maio, na comparação interanual. No segmento de crédito direcionado às famílias, destacaram-se os financiamentos rurais, com crescimento de 15,4% em doze meses. Cabe ressaltar que, apesar do contínuo desempenho positivo do crédito a pessoa física (PF), a inadimplência média da carteira manteve-se em torno de 3,5% em 2019, inferior à de 2018 (3,9%).

Estatísticas relacionadas à oferta confirmam a moderação no processo de retomada econômica da região, com desempenho positivo do setor primário e alternância nos resultados do setor industrial.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho do IBGE estima produção de 9,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas na safra de 2019, aumento de 6,4% comparativamente à de 2018 (+568 mil toneladas), especialmente soja e milho, principais grãos produzidos na região e responsáveis por 59% e 43% do montante adicional, respectivamente. Destaque para o aumento na área colhida de soja e milho, e a queda na de algodão (-26,5%), com recuo estimado de 30,3% na quantidade produzida. Dentre as demais lavouras, estima-se expansão de 16,2% na produção de mandioca, segundo cultivo mais importante no Norte.

Tabela 1.4 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
				12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-0,6	-9,1	1,7
Indústrias extrativas	38,3	-2,7	-19,7	6,4
Indústrias de transformação	61,7	5,3	2,1	-4,2
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	13,7	1,9	-11,5
Bebidas	10,4	9,4	3,9	5,2
Outros equip. transporte	8,4	6,9	-5,8	10,5
Produtos de metal	2,1	-9,8	5,3	6,7
Metalurgia	3,4	1,3	-3,0	-36,8
Produtos alimentícios	2,6	-2,5	1,8	9,6
Prod. miner. não-metálicos	2,1	1,2	3,2	-3,6
Produtos de madeira	1,2	-6,0	-7,0	-0,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No setor secundário, a produção industrial apresentou recuo no trimestre finalizado em maio, de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional) do IBGE. A indústria de transformação da região cresceu 2,1% no período, com destaque para a fabricação de máquinas e equipamentos e produtos de borracha e de material plástico no Amazonas. Por outro lado, a indústria extrativa regional retraiu 19,7%, refletindo o recuo das produções de minério de ferro e de outros minerais de cobre, concentradas no Pará. Considerados dados acumulados em doze meses, a indústria cresceu 1,7% em maio, com variações de 6,4% na extrativa e de -4,2% na transformação.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 59,3 pontos em junho, ante 63,5 pontos em março, mantendo-se na região de otimismo^{2/}. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) das indústrias do Polo Industrial de Manaus atingiu 70,2% em maio, igual valor de abril, mantendo elevada ociosidade no setor, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O trimestre encerrado em maio apresentou redução de 9,5% no nível de utilização da capacidade instalada quando comparado a igual período do ano anterior.

Tabela 1.5 – Comércio exterior – Norte

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	9 125	9 018	-1,2
Básicos	7 335	7 527	2,6
Industrializados	1 790	1 491	-16,7
Semimanufaturados	694	555	-19,9
Manufaturados ^{1/}	1 096	935	-14,7
Importações	6 435	6 371	-1,0
Bens de capital	511	478	-6,3
Bens intermediários	5 170	5 252	1,6
Bens de consumo	291	257	-11,8
Combustíveis e lubrificantes	463	384	-17,2
Saldo comercial	2 690	2 647	-1,6

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

O saldo da balança comercial da região totalizou US\$2,6 bilhões no primeiro semestre de 2019, 1,6% inferior ao de igual período de 2019, em função da redução tanto das vendas quanto das compras externas. Os menores embarques refletiram queda de 7,7% no *quantum* exportado, tendo em vista que houve aumento de 6,6% nos preços. Note-se que 83,5% da pauta de exportações no semestre foram de produtos básicos, cujas vendas aumentaram, principalmente as de minérios de ferro do Pará (8,5%). A retração nas exportações de industrializados destacou as menores vendas de alumínio, em bruto ou manufaturado (óxido ou hidróxido) e de ouro. O recuo das importações repercutiu a variação nos preços, tendo em vista que as quantidades adquiridas aumentaram 3,6% no semestre, em relação ao primeiro semestre de 2018. China é o principal parceiro da região, tendo respondido por 39,0% das exportações e 34,7% das importações do Norte^{3/}.

2/ Valores acima de 50 pontos na área de otimismo.

3/ Ver box sobre concentração do mercado externo neste Boletim.

Tabela 1.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018		Maio de 2019			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses		
	Primário Nominal ^{3/}			Primário Nominal ^{3/}		
AC	3 823	- 11	178	2 830	- 253	- 63
AM	5 456	269	527	5 253	430	702
AP	1 101	- 88	- 9	2 209	36	148
PA	1 679	361	515	401	513	672
RO	2 590	- 396	- 216	724	- 1 270	- 1 113
RR	- 650	- 634	- 609	- 1 166	- 879	- 855
TO	2 306	- 522	- 380	1 175	- 1 426	- 1 302
Total (A)	16 306	- 1 021	7	11 426	- 2 849	- 1 812
Brasil^{4/} (B)	881 327	- 4 776	54 505	884 802	- 6 412	51 020
(A/B) (%)	1,9	21,4	0,0	1,3	44,4	- 3,6

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.7 – IPCA – Norte^{1/}

Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %				
		2018		2019		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,13	1,74	0,81	3,66	
Livres	76,3	1,88	2,11	0,26	3,05	
Alimentação no domicílio	25,2	1,98	4,13	- 0,39	3,99	
Serviços	26,9	2,52	2,08	0,20	3,74	
Serviços subjacente	16,3	1,87	1,99	0,31	3,19	
Bens Industrializados	24,1	1,10	0,10	0,99	1,36	
Monitorados	23,7	7,36	0,54	2,61	5,66	
Principais itens						
Alimentação	33,4	1,91	3,59	- 0,19	3,82	
Habitação	13,7	8,05	1,32	0,07	5,87	
Artigos de residência	4,7	1,52	1,28	- 0,29	1,96	
Vestuário	7,9	1,93	- 1,16	1,09	0,30	
Transportes	13,1	5,07	0,11	2,99	5,07	
Saúde	10,9	0,85	0,84	3,43	3,45	
Despesas pessoais	8,3	2,36	1,07	0,39	2,65	
Educação	5,0	5,08	4,38	0,10	4,81	
Comunicação	3,0	0,57	- 0,29	- 0,17	- 0,43	

Fonte: IBGE

1/ Dados até abril de 2018 referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB).

A partir de maio de 2018 foi incluído o município de Rio Branco.

2/ Referentes a junho de 2019.

4/ Considerado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) como deflator.

5/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA da região metropolitana de Belém e do município de Rio Branco, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

No âmbito fiscal, os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Norte apresentaram ampliação do *superavit* primário consolidado em doze meses até maio, ante o registrado em 2018. Com esse resultado, os fluxos nominais – considerando os juros apropriados por competência – reverteram de *deficit* para *superavit*, condicionados, sobretudo, pelos desempenhos dos entes públicos de Tocantins, Rondônia e Roraima. Nessa base de comparação, o estoque de dívida líquida da região recuou 29,9%, para R\$11,4 bilhões em maio.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu R\$30,5 bilhões no acumulado dos primeiros cinco meses do ano, mantendo-se relativamente estável, em termos reais, comparativamente a igual período anterior⁴, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). No mesmo período, as transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$33,8 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando estabilidade, em termos reais, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

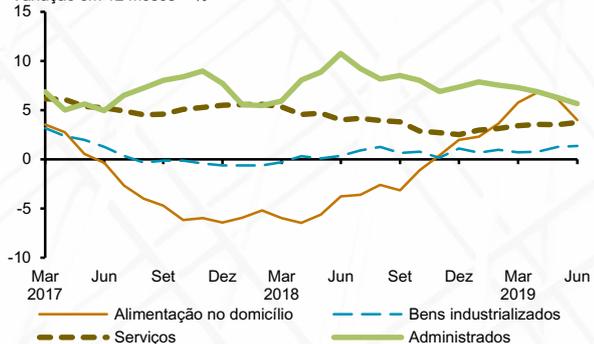
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na região Norte⁵ variou 0,81% no segundo trimestre, 0,93 p.p. abaixo do primeiro, refletindo desaceleração nos preços livres e aceleração nos preços monitorados. No primeiro segmento, a menor contribuição ocorreu nos preços de alimentação no domicílio. Dentre os administrados, sobressaíram os aumentos em ônibus urbano (6,61%), gasolina (5,43%), plano de saúde (2,43%) e gás de botijão (2,26%). O índice de difusão atingiu 49,6% no segundo trimestre, ante 50,8% no anterior.

Em doze meses até junho, o IPCA regional acumulou variação de 3,66% (2,43% até junho de 2018), com forte desaceleração nos preços monitorados (de 10,76% para 5,66%) e aceleração nos livres (de 0,13% para 3,05%). Contudo, o comportamento da inflação nortista segue benigno, assinalando variações apropriadas tanto para o índice geral quanto para os segmentos mais relacionados ao ciclo econômico.

Em síntese, a desaceleração da atividade econômica do Norte na margem ocorreu, basicamente, na

Gráfico 1.6 – IPCA – Norte

Varição em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

indústria extrativa, cujo desempenho condicionará os resultados para os próximos trimestres. A economia segue com elevado grau de ociosidade dos fatores de produção – na indústria de transformação, o forte avanço observado nos dois últimos trimestres não compensou perdas anteriores e o Nuci segue em patamar reduzido.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

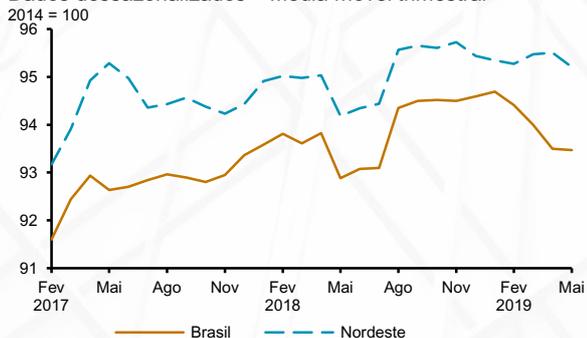


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados

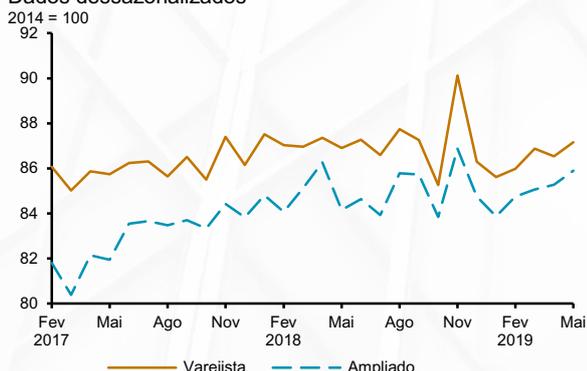


Tabela 2.1 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	1,5	47,2	82,9	-86,7	-4,8
Indústria de transformação	-18,0	19,6	30,1	-41,8	-17,2
Serviços industriais de util. pública	1,1	1,0	-1,3	-0,5	0,4
Construção civil	1,5	0,2	1,6	-10,5	3,3
Comércio	-2,1	-1,9	24,3	-9,9	-4,9
Serviços	17,1	11,4	22,0	-0,6	10,4
Agropecuária	0,4	16,0	6,0	-23,2	2,7
Outros ^{2/}	1,5	0,9	0,2	-0,2	0,5

Fonte: Ministério da Economia

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Os indicadores da atividade econômica na região Nordeste registraram sinais mistos nos últimos meses, comportamento compatível com processo de recuperação gradual. Observou-se retração na indústria e continuidade da expansão das vendas do comércio, em cenário de melhoria das condições de crédito e renda. Nesse sentido, o IBCR-NE recuou 0,1% no trimestre encerrado em maio em relação ao período finalizado em fevereiro, quando caíra 0,5% na mesma base de comparação (dados dessazonalizados). Considerado o intervalo de doze meses, o IBCR-NE cresceu 1,1% até maio.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,1% no trimestre encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. No acumulado de doze meses, o volume de vendas alcançou 1,3% em maio, com contribuição importante das vendas de veículos. Apesar da expansão das vendas, os índices de confiança das famílias e dos empresários do setor recuaram: o Intenção de Consumo das Famílias (ICF), calculado pela CNC, atingiu 93,9 pontos em junho (ante 97,5 pontos em março); e o Icc alcançou 115,3 pontos (124,9 pontos em março).

No segmento de prestação de serviços não financeiros, houve variação trimestral de 0,2% no trimestre encerrado em maio, segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE, influenciada pelo crescimento em três dos nove estados da região (Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Em doze meses, o volume de serviços retraiu 1,0% na região.

No mercado de trabalho, informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram eliminação de 4,8 mil postos formais no trimestre encerrado em maio, refletindo, em especial, o período sazonalmente desfavorável na indústria de transformação, após o fim da produção de açúcar e álcool na região. Na série com ajuste sazonal, o nível de emprego formal aumentou 0,3% no trimestre até maio, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 2.3 – Taxa de desocupação – Nordeste

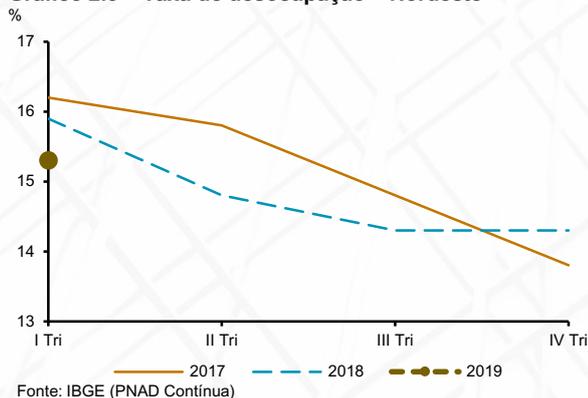


Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

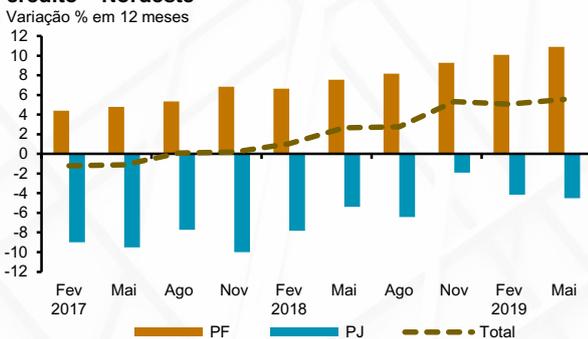


Tabela 2.2 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		2019/2018
		2018	2019	
Produção de grãos	44,9	19.112	19.208	0,5
Soja	27,1	11.471	10.166	-11,4
Milho	8,5	5.637	6.791	20,5
Caroço de algodão (herbáceo)	6,0	834	1.001	20,0
Feijão	3,3	560	743	32,7
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,4	49.154	50.068	1,9
Mandioca	5,7	5.073	4.561	-10,1
Banana	7,1	2.162	2.413	11,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

Segundo a PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desocupação no Nordeste alcançou 15,3% no primeiro trimestre de 2019, recuando 0,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Na mesma base de comparação, o rendimento médio e a massa salarial cresceram, em termos reais, 1,1% e 3,0%, respectivamente, em contexto de recuperação gradual do emprego.

No Nordeste a carteira de crédito⁶ seguiu trajetória de expansão nas modalidades voltadas para PF, que totalizaram R\$294,5 bilhões, com aumentos de 3,0% no trimestre encerrado em maio e 10,9% em doze meses, destacando-se no trimestre os crescimentos nos saldos de concessões de crédito pessoal e consignado. Por outro lado, a carteira de pessoas jurídicas (PJ) atingiu R\$135,1 bilhões, com contrações no trimestre (0,4%) e em doze meses (4,5%). Em maio de 2019, o estoque de crédito alcançou R\$429,6 bilhões na região, com elevações de 1,9% no trimestre e 5,6% em doze meses. A inadimplência relativa aos segmentos PJ e PF recuou em doze meses (0,4 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente).

Relativamente aos indicadores de oferta, a agricultura apesar de resultado modesto no ano, tende a favorecer o desempenho da economia ao longo do segundo semestre em função do bom desempenho das safras de inverno. A produção de grãos no Nordeste está estimada em 19,2 milhões de toneladas, de acordo com informações do LSPA do IBGE – alta de 0,5% em relação à anterior – com destaque para as elevações de 32,7% na produção de feijão (146% na 2ª safra), 20,5% no milho (228,6% na 2ª safra) e 20,0% no algodão herbáceo. A ressaltar o recuo de 11,4% na soja, que já foi praticamente toda colhida no primeiro semestre do ano.

A produção industrial nordestina decresceu 1,2% no trimestre finalizado em maio deste ano, em relação ao período encerrado em fevereiro, quando recuara 3,4% no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as retrações de 6,6% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, e 4,8% na manufatura de outros produtos químicos. Em sentido oposto, houve aumento de 9,4% na fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos. A análise em doze meses revela que a produção industrial da região cresceu 0,3% até maio de 2019, com recuo de 5,1% na indústria extrativa e crescimento de 0,8% na transformação.

6/ As estatísticas regionais de crédito consideram as operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		Fev ^{2/} Mai ^{2/} 12 meses		
Indústria geral	100,0	-3,4	-1,2	0,3
Indústrias extrativas	9,0	-3,1	-1,0	-5,1
Indústrias de transformação	91,0	-4,2	0,6	0,8
Produtos alimentícios	16,2	-8,9	6,0	0,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-4,7	-0,9	2,9
Outros produtos químicos	9,9	-3,9	-4,8	-5,7
Artefatos couro e calçados	6,9	-5,7	0,1	2,3
Metalurgia	5,9	3,2	1,7	10,7
Fabr. de veículos automotores	5,1	-8,0	-6,6	-5,3

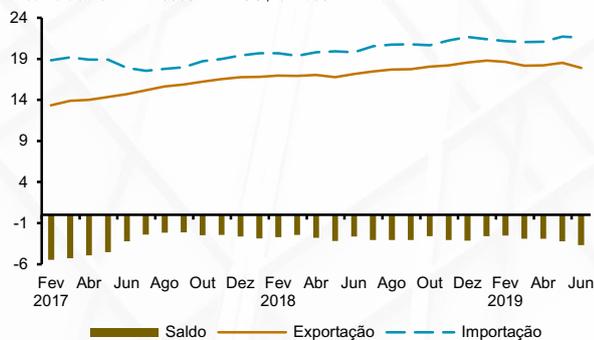
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.5 – Balança comercial – Nordeste

Acumulado em 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Maio de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	8.073	-503	134	6.622	-484	113
BA	21.974	474	1.362	20.238	661	1.539
CE	9.485	1.385	1.933	10.329	1.088	1.676
MA	7.059	190	538	5.890	714	1.051
PB	3.163	-79	51	2.203	163	292
PE	12.833	1.083	1.785	12.241	211	961
PI	4.294	593	819	4.816	349	599
RN	1.409	164	224	1.628	174	246
SE	5.311	441	633	5.640	502	698
Total (A)	73.602	3.748	7.479	69.606	3.377	7.175
Brasil^{4/} (B)	881.327	-4.776	54.505	884.802	-6.412	51.020
(A/B) (%)	8,4	-78,5	13,7	7,9	-52,7	14,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios.

Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

7/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

8/ Calculado pelas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as informações dos municípios de Aracaju e São Luís.

Reportaram-se aumentos de 10,7% na metalurgia e 10,4% na fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos. Em sentido inverso, foram verificadas retrações idênticas de 5,7% na fabricação de produtos têxteis e também de outros produtos químicos.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI) do Nordeste, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou patamar de 56,8 pontos em junho de 2019, indicando aumento de 6,8 p.p. em comparação a junho de 2018 e redução de 2,5 p.p. relativamente a março deste ano. O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 58,5 pontos em junho de 2019, mantendo-se na zona de otimismo.

O saldo da balança comercial da região foi deficitário em US\$2,1 bilhões no primeiro semestre de 2019, ante US\$1,6 bilhões em igual período de 2018. O desempenho foi condicionado pelos decréscimos das exportações (7,9%), repercutindo retrações de 7,1% nos preços⁷ e 0,8% no *quantum*, e das importações (0,9%) resultante de variações de -3,4% nos preços e 2,5% no *quantum*. Do lado das vendas externas, destaque para as reduções, na comparação do primeiro semestre de 2019 com o mesmo período de 2018, em bens manufaturados (9,6%), sobretudo em Pernambuco, e de semimanufaturados (8,9%), principalmente na Bahia e no Maranhão. Na mesma base de comparação, as importações recuaram 22,3% em bens de consumo, sobretudo na aquisição de automóveis para passageiros em sete dos nove estados da região.

No âmbito fiscal, o *deficit* primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste diminuiu 4,1% no acumulado de doze meses até maio de 2019, em relação ao encerramento de 2018. A dívida líquida dos governos estaduais e dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$69,6 bilhões em maio, com queda de 5,4% em relação à verificada em dezembro de 2018.

O IPCA na região⁸ variou 1,00% no segundo trimestre de 2019, comparativamente a 1,62% no primeiro. A desaceleração repercutiu, em especial, o comportamento dos preços livres, que variaram 0,46% ante 1,63%, destacando-se a deflação nos preços de feijões (18,53%), farinha de mandioca

Tabela 2.5 – IPCA – Nordeste

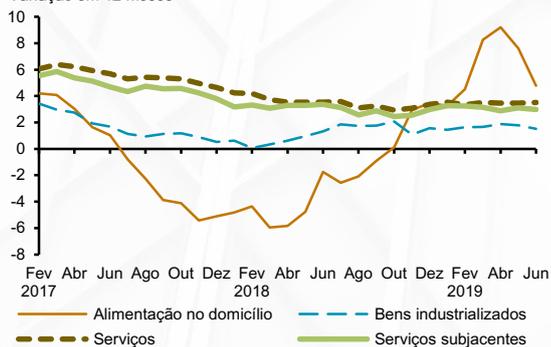
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
			Ano	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	3,40	1,62	1,00	3,32
Livres	75,5	2,82	1,63	0,46	3,22
Alimentação no domicílio	20,4	3,47	4,02	-0,16	4,79
Bens industrializados	23,5	1,55	0,23	0,72	1,51
Serviços	31,6	3,37	1,18	0,66	3,51
Monitorados	24,5	5,30	1,60	2,70	3,64
Principais itens					
Alimentação	28,6	3,50	3,04	0,08	4,25
Habitação	14,9	3,94	1,08	1,84	2,72
Artigos de residência	4,2	3,38	0,64	-0,66	2,54
Vestuário	6,5	1,15	-0,93	0,17	0,78
Transportes	17,0	3,96	1,47	2,09	3,17
Saúde	11,6	3,78	0,91	3,00	4,44
Despesas pessoais	9,1	2,50	0,52	0,34	2,54
Educação	5,0	6,11	4,86	0,07	5,77
Comunicação	3,2	-0,16	-0,11	-0,22	-0,39

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.6 – Inflação dos preços livres – Nordeste

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

(6,69%) e alimentos *in natura* (1,89%); e a inflação em frango inteiro (7,23%) e passagens aéreas (4,89%). Houve aceleração nos preços monitorados, que passaram de 1,60% no primeiro trimestre para 2,70% no segundo, impulsionados pelos acréscimos nos preços de ônibus intermunicipal (4,63%), taxa de água e esgoto (3,47%), produtos farmacêuticos (3,53%) e gasolina (3,11%).

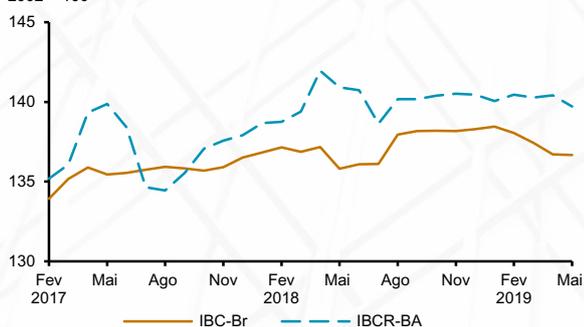
A variação de preços em doze meses passou de 4,65% em março para 3,32% em junho, como reflexo de desacelerações dos preços livres, de 4,16% para 3,22%, e monitorados, de 6,25% para 3,64%, sobretudo pelo fim do impacto da paralisação do setor de transportes (maio de 2018) na inflação acumulada. Nos preços livres destacaram-se as desacelerações em produtos *in natura* e alimentação no domicílio; já dentre os monitorados, assinalam-se os menores reajustes na tarifa de energia elétrica residencial e no preço da gasolina.

Em resumo, a atividade econômica do Nordeste mostra relativa estabilidade com desempenhos discretos quanto à oferta nos segmentos agrícola e industrial, adicionada ao recuo em serviços mercantis. Por outro lado, as vendas do comércio apresentam melhor desempenho, sustentadas pela massa salarial, em ambiente de inflação em patamar confortável e evolução positiva do crédito às famílias. Os agentes econômicos mantêm-se otimistas no primeiro semestre do ano, apesar de alguma acomodação na margem.

2.1 Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

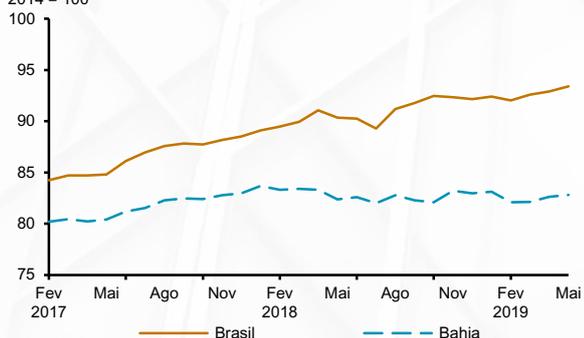


O PIB da Bahia recuou 0,5% no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo diminuição no valor adicionado da indústria e dos serviços, e aumento da agropecuária, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O setor industrial registrou quedas na indústria de transformação (4,2%) e na extrativa mineral (0,8%), com recuo na produção de petróleo e gás. O destaque positivo originou-se da construção civil (2,5%) e da atividade de eletricidade e água (6,0%), com ênfase na energia eólica. No setor de serviços, destacaram-se as taxas negativas registradas no comércio (1,1%) e nas atividades imobiliárias (1,8%).

Dados mais recentes sinalizam continuidade do arrefecimento da atividade. No trimestre terminado em maio, comparativamente ao encerrado em fevereiro, o IBCR-BA retraiu 0,5%; após estabilidade no trimestre anterior. A variação acumulada em doze meses do indicador revela expansão de 1,8% em maio.

Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

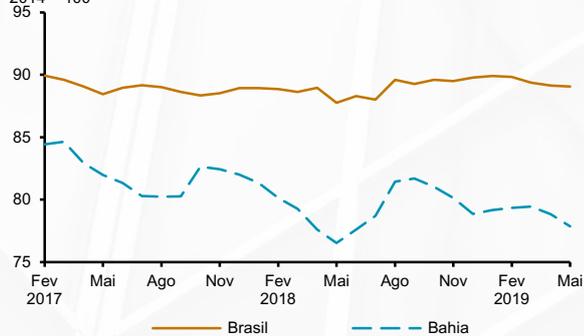


Fonte: IBGE

No lado da demanda, as vendas do comércio ampliado na Bahia avançaram 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando recuaram 1,3%, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destaque-se os avanços nas vendas de combustíveis e lubrificantes (6,4%) e materiais de construção (5,0%), e o recuo em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,2%). No acumulado em doze meses, o volume de vendas do comércio ampliado variou 0,1%, ante 0,9% em fevereiro.

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

O setor de serviços continua o processo de acomodação que se iniciou ao final de 2018. O volume dos serviços não financeiros prestados na Bahia recuou 1,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia retraído 1,0%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. Nos últimos doze meses, o indicador recuou 0,2% em maio de 2019, com avanços em serviços profissionais e administrativos, 4,2% e atividades turísticas, 0,9% e redução em serviços de informação e comunicação, 7,8%.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de recuperação, com geração de 15,2 mil vagas no trimestre encerrado em maio, comparativamente aos 12,1 mil postos abertos em igual período de

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia
Novos postos de trabalho

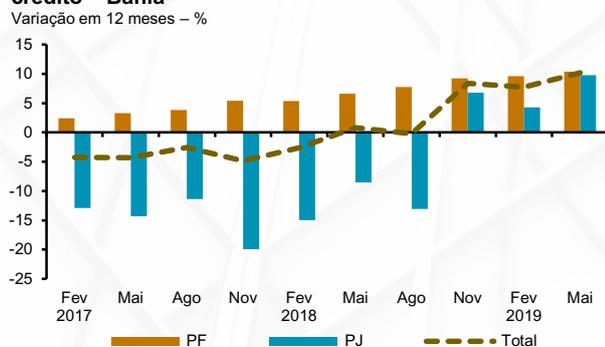
Discriminação	2018			2019	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	12,1	4,8	10,1	-4,8	15,2
Indústria de transformação	1,4	1,4	-0,5	-0,8	2,2
Comércio	-2,0	-2,0	5,8	-1,6	-1,3
Serviços	3,6	4,7	7,3	0,0	2,3
Construção civil	-0,1	0,0	2,5	-0,2	4,3
Agropecuária	7,3	-0,1	-4,9	-2,9	6,9
SIUP	0,6	0,3	0,2	0,2	0,2
Outros ^{2/}	1,3	0,5	-0,2	0,5	0,6

Fonte: Ministério da Economia/Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}
Variação em 12 meses – %



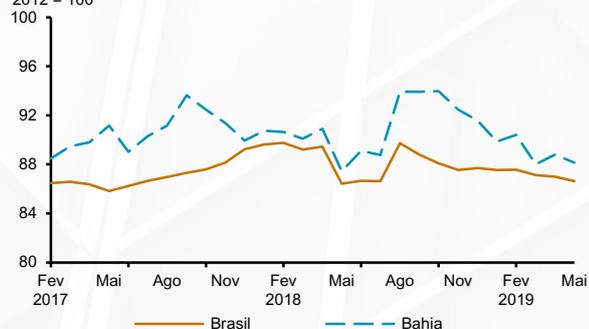
1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

2018, conforme dados do Caged. A agricultura e a construção civil foram os setores de maior saldo no período. De acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desocupação do primeiro trimestre, por sua vez, subiu 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado de aumentos tanto da força de trabalho (1,6%) quanto da população ocupada (1,1%). Concomitantemente ao aumento do desemprego houve redução de 2,7% na massa salarial e de 3,8% no rendimento médio habitual real, na mesma base de comparação. A retração nos rendimentos ocorreu principalmente entre os funcionários públicos (-11,5%). Na margem, no entanto, a taxa de desocupação, recuou para 17,1% no primeiro trimestre de 2019 ante 18,4% no último de 2018, na série com ajuste sazonal.

O mercado de crédito segue apresentando evolução positiva, com manutenção do crescimento do volume crédito, 10,2% em maio, ante 7,8% em fevereiro na comparação interanual. A taxa de crescimento no segmento de crédito às pessoas físicas passou de 9,6% em fevereiro para 10,4% em maio, na comparação interanual, com destaque para financiamento no cartão de crédito. Na mesma base de comparação, no segmento de pessoas jurídicas, o ritmo de expansão aumentou, de 4,3% para 9,8%. A inadimplência total alcançou 4,3% da carteira, apresentando alta de 1,2 p.p. relativamente ao trimestre anterior.

Do lado da oferta, a produção de grãos na Bahia deverá retrair 14,8% em 2019, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE, após safra recorde registrada em 2018. As estimativas confirmam redução na produção de milho e soja devido, principalmente, às condições climáticas adversas. A safra de algodão sofreu revisão para cima em relação a março (6,6%), enquanto a safra de café foi revisada para baixo (21,2%).

Gráfico 2.1.5 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

A atividade industrial baiana recuou 2,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando retraíra 2,2% na mesma base de comparação, de acordo com os dados da PIM-PF do IBGE. Em doze meses, a indústria do estado registrou avanço de 1,4%, sendo 4,1% na indústria extrativa e 1,2% na indústria de transformação. Nesse tipo de comparação, destaque-se o desempenho positivo de metalurgia (20,5%) e bebidas (13,4%).

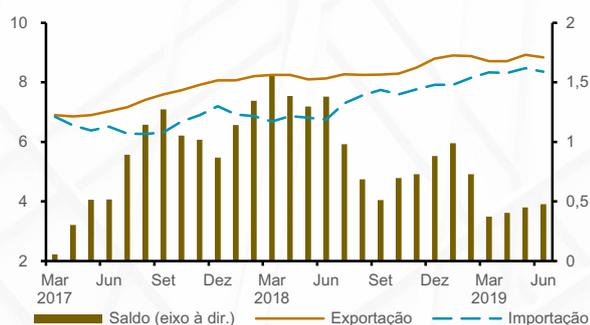
O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb^{9/}), divulgado pela SEI, alcançou -94 pontos em junho (-22 pontos em março e -118 pontos em

9/ O Iceb varia entre -1.000 (pessimismo extremo) e 1.000 pontos (otimismo extremo).

junho de 2018), situando-se na área de pessimismo moderado, com a indústria apresentando, na margem, o maior recuo entre os quatro setores pesquisados. Os empresários da indústria e do comércio, que se mantiveram moderadamente otimistas entre novembro e abril, tornaram-se moderadamente pessimistas em maio e junho. A atividade de serviços mantém-se desde novembro como a mais pessimista (-164 pontos), enquanto o empresário do setor agropecuário permanece moderadamente otimista pelo décimo mês consecutivo, embora esta confiança venha regredindo nos últimos três meses.

Gráfico 2.1.6 – Balança comercial – Bahia

Acumulado 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US\$330,0 milhões no primeiro semestre do ano, recuando 55,1% em relação ao saldo obtido no mesmo período de 2018, refletindo aumentos de 1,0% nas exportações e de 14,8% nas importações, que somaram US\$3,8 bilhões e US\$3,4 bilhões, respectivamente.

O comportamento das vendas externas repercutiu o recuo de 5,1% nos preços e aumento de 6,4% no *quantum*. Destaque para as vendas de produtos básicos que avançaram 4,9% (embarques de algodão, 246,0%). China, Estados Unidos da América (EUA), Argentina e Holanda absorveram 51,3% das exportações baianas do período.

O crescimento das importações refletiu queda de 4,1% nos preços e incremento de 19,6% no *quantum*. As compras de combustíveis aumentaram 152,1% (gás natural liquefeito, 636,8%). EUA, China, Argentina, Argélia e Chile foram os mercados de origem de 43,7% das aquisições baianas no período.

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018	2019		12 meses
	Ano	I Tri	II Tri		
IPCA	100,00	4,03	1,31	0,94	3,32
Livres	75,68	3,34	1,38	0,36	3,29
Alimentação no domicílio	19,54	4,22	3,04	0,31	5,23
Bens industrializados	23,76	1,71	0,05	0,42	0,92
Serviços	32,38	4,06	1,38	0,34	3,94
Monitorados	24,32	6,29	1,11	2,80	3,42
Principais itens					
Alimentação	28,45	4,82	2,19	0,02	4,38
Habitação	15,22	5,37	1,17	1,67	2,86
Artigos de residência	4,16	5,23	0,31	-0,33	3,70
Vestuário	6,23	0,44	-1,45	0,52	0,64
Transportes	18,42	4,44	1,30	1,81	3,00
Saúde	10,86	3,34	0,72	2,67	3,77
Despesas pessoais	8,34	2,35	0,78	0,59	3,09
Educação	4,88	5,58	4,65	0,12	5,53
Comunicação	3,44	-0,18	-0,11	-0,06	-0,30

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2019.

A inflação, medida pelo IPCA para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), atingiu 0,94% no trimestre encerrado em junho, ante 1,31% no trimestre anterior. Houve desaceleração dos preços livres (de 1,38% para 0,40%), enquanto os preços monitorados apresentaram aceleração (de 1,11% para 2,71%), pressionados especialmente pelos aumentos em ônibus urbano (8,10%), energia elétrica (3,64%), taxa de água e esgoto (2,62%) e plano de saúde (2,24%).

Nos doze meses encerrados em junho, a inflação da RMS registrou variação de 3,33%, ante 4,74% em março, refletindo desaceleração na inflação de alimentação no domicílio e dos preços monitorados.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

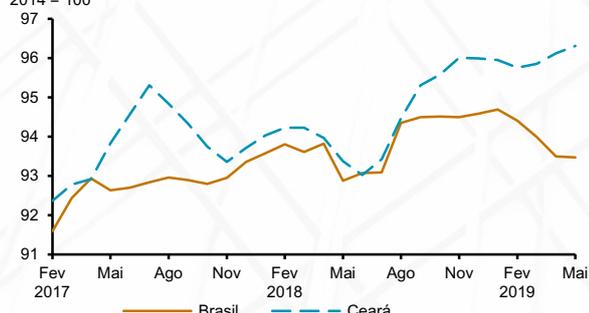


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

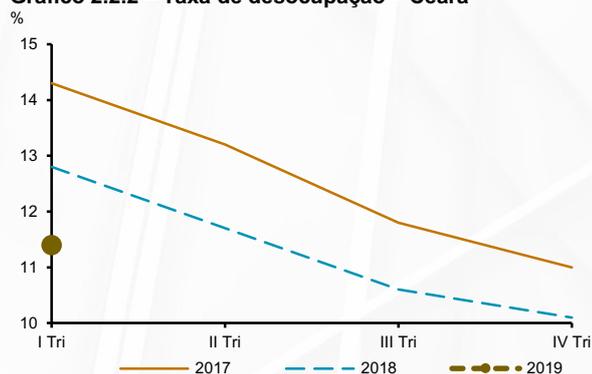
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2019		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-0,8	0,5	0,3
Combustíveis e lubrificantes	0,6	-7,4	-3,5
Hiper e supermercados	-2,6	0,2	-1,6
Tecidos, vestuário e calçados	2,2	-1,4	2,3
Móveis e eletrodomésticos	-0,6	11,4	8,8
Comércio ampliado	0,2	2,1	1,8
Automóveis e motocicletas	3,5	6,7	5,8
Material de construção	1,0	5,7	3,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará cresceu 0,2% no primeiro trimestre de 2019 comparativamente ao mesmo período de 2018, reflexo das expansões na agropecuária (3,2%) e nos serviços (0,6%) e retração de 2,4% na indústria. Dados do IBCR-CE do trimestre encerrado em maio de 2019 em relação ao anterior, mostram acréscimo de 0,6%, considerados dados dessazonalizados. Nos últimos 12 meses, houve elevação de 1,9%.

Sob a ótica da demanda, o aumento na massa salarial e o melhor desempenho do crédito permanecem estimulando o comércio varejista. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,8% em doze meses terminados em maio, de acordo com dados da PMC do IBGE, com alta de 5,8% na comercialização de veículos, motocicletas, e de 3,9% em materiais de construção. Na margem, as vendas cresceram 2,1% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao trimestre anterior, segundo a série dessazonalizada. O setor de serviços segue registrando recuo no período de doze meses (4,5%), segundo dados da PMS do IBGE, contudo apresentou variação positiva (2,1%) na margem, dados dessazonalizados.

No mercado de trabalho formal, houve eliminação de 3,9 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio, ante criação de 5,4 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged. Considerados dados mais abrangentes da PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego no Ceará recuou para 11,4% no primeiro trimestre de 2019, ante 12,8% no mesmo período de 2018. Considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, observou-se redução de 0,3 p.p. na taxa de desemprego ante o trimestre imediatamente anterior, refletindo acréscimo de 0,4% na população ocupada e estabilidade na força de trabalho. Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 4,7% e a massa salarial 8,0%.

A carteira de crédito cearense continua a mostrar sinais de recuperação com ênfase na carteira de pessoas físicas que atingiu R\$42,2 bilhões, elevações de 3,4% no trimestre e de 11,8% em doze meses, com destaque, no trimestre, para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado.

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		Fev ^{2/} Mai ^{2/} 12 meses		
Indústria geral	100,0	-2,0	1,6	1,5
Artefatos de couro e calçados	26,7	-7,9	1,2	5,0
Produtos alimentícios	16,9	-0,1	0,8	-1,0
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	-9,9	11,0	-9,0
Bebidas	11,0	13,6	5,0	4,8
Produtos têxteis	7,6	-12,2	-2,0	-5,5
Metalurgia	4,0	3,3	-15,7	14,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

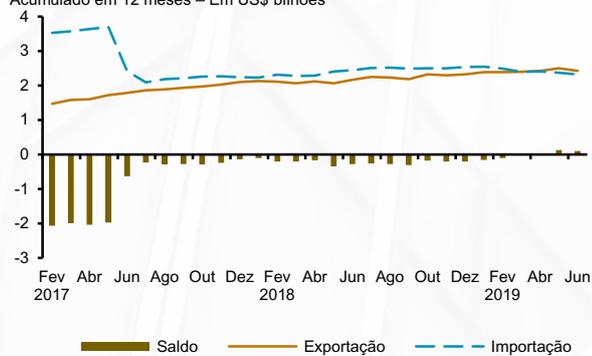
A carteira de pessoas jurídicas somou R\$29,4 bilhões, com retrações de 1,2% no trimestre e de 8,5% em doze meses, ressaltando, no trimestre, as contratações da indústria de transformação e dos serviços industriais de utilidade pública.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 2,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destaque-se os crescimentos de 11,0% em artigos de vestuário, e de 5,0% na fabricação de bebidas e a redução de 15,7% na produção da metalurgia.

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 3,2% no período de doze meses encerrado em maio deste ano, em relação a igual intervalo de 2018, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução nas horas trabalhadas (1,4%), no pessoal empregado (4,2%) e na remuneração real (4,2%). A utilização da capacidade instalada média atingiu 78,5% no período, ante 81,4% no mesmo período de 2018.

Gráfico 2.2.3 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A balança comercial do estado apresentou saldo nulo no primeiro semestre de 2019, em comparação ao *deficit* de US\$279 milhões em igual período de 2018, refletindo aumento de 9,9% nas exportações, que totalizaram US\$1,1 bilhão e retração de 15,8% nas importações. O desempenho das vendas externas foi impulsionado por variação de -1,7% nos preços e de 11,7% no *quantum*, com destaque para os embarques de produtos manufaturados (calçados; motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes e demais produtos manufaturados). As compras foram impactadas principalmente pela retração nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de bens de capital (equipamentos de transporte industrial, helicópteros).

Do lado da arrecadação do estado, a receita com ICMS, em doze meses até maio recuou 3,1% em termos reais. No mesmo período, as transferências da União para o estado e municípios, decresceram 0,5% em termos reais, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Considerada a variação do IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a inflação alcançou

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

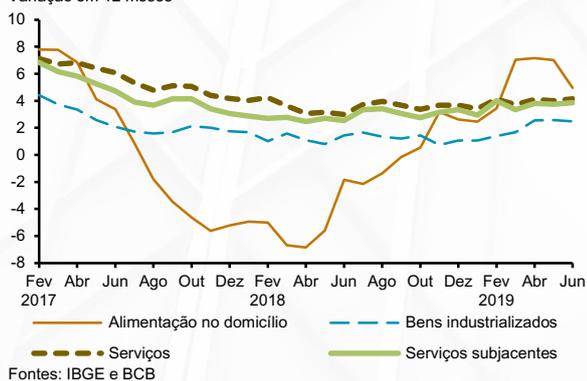
Discriminação	Pesos ^{1/} 2018	Variação %			
		2019	I Tri	II Tri	12 Meses
IPCA	100,0	2,90	1,90	1,38	3,87
Livres	76,8	2,57	1,86	0,82	3,91
Alimentação no domicílio	23,4	2,62	3,66	0,47	4,97
Bens industrializados	23,3	1,12	0,66	1,17	2,53
Serviços	30,1	3,70	1,40	0,85	4,17
Monitorados	23,2	4,09	2,05	3,31	3,73
Principais itens					
Alimentação	31,7	2,84	3,01	0,41	4,55
Habitação	15,0	2,39	1,43	4,13	4,62
Artigos de residência	3,9	2,54	2,15	-1,42	4,25
Vestuário	6,2	-0,44	-0,37	1,17	2,22
Transportes	16,2	4,07	1,43	1,68	2,13
Saúde	10,3	3,87	1,09	3,57	5,46
Despesas pessoais	9,2	2,12	0,81	0,27	2,44
Educação	4,8	7,55	5,30	0,06	6,79
Comunicação	2,7	-0,31	-0,21	-0,60	-0,95

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.4 – Inflação dos preços livres – Ceará

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

1,38% no segundo trimestre, ante 1,90% no trimestre anterior, com desaceleração nos preços dos livres, 0,82% ante 1,86% e aceleração em monitorados, 3,31% ante 2,05%. Dentre os monitorados, o reajuste na taxa de água e esgoto (12,39%) e em ônibus intermunicipal (9,83%) foram as maiores contribuições para o resultado. O comportamento dos preços livres repercutiu, em especial, menor inflação de alimentação no domicílio (redução dos preços de alimentos *in natura*). Adicionalmente, observou-se aumento da inflação de bens industriais e redução em serviços.

A variação do IPCA da RMF atingiu 3,87% em doze meses encerrados em junho ante 4,27% em março. Os preços livres variaram 3,91% ante 4,10% na mesma base de comparação; os monitorados, 3,73% e 4,86%. Registrou-se aceleração nos preços dos serviços e dos bens industriais, mas permanecendo em níveis confortáveis.

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

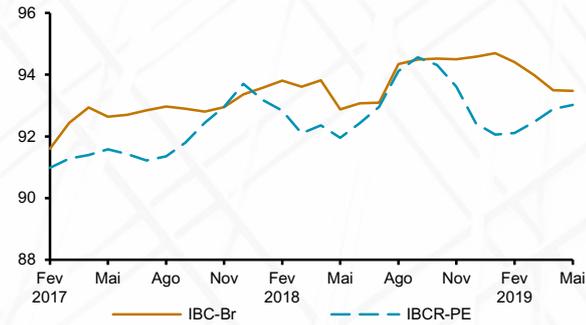
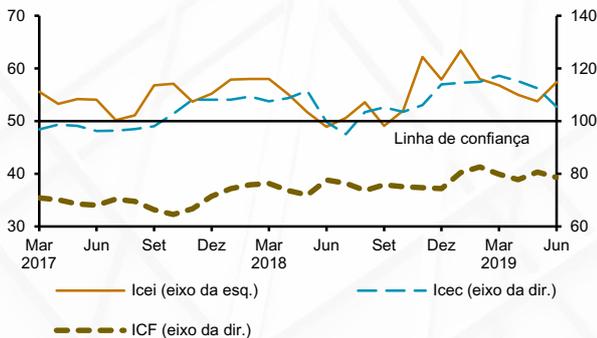


Gráfico 2.3.2 – Confiança dos agentes – Pernambuco

Em pontos



Fontes: Fiepe e Fecomércio-PE

Tabela 2.3.1 – Comércio – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2018 Ano	2019		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista restrito	-0,8	-3,3	1,7	-0,8
Combustíveis e lubrificantes	35,8	1,6	-1,6	-1,1
Hiper e supermercados	1,6	-0,9	-1,9	-2,0
Tecidos, vestuário e calçados	-8,3	-7,7	3,0	-5,4
Móveis e eletrodomésticos	-1,1	-0,7	4,3	-1,7
Comércio ampliado	1,7	-1,9	2,2	1,4
Automóveis e motocicletas	11,0	0,2	4,2	9,5
Material de construção	-1,5	-1,1	0,8	-2,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

2.3 Pernambuco

O IBCR-PE variou 1,0% no trimestre terminado em maio, em comparação ao trimestre anterior. O resultado repercute aumento na demanda das famílias, evidenciado pelas maiores vendas no varejo – principalmente automóveis e motocicletas; e móveis e eletrodomésticos –, impulsionadas pelos aumentos no crédito pessoal e financiamento de veículos. Do lado da oferta, houve crescimento influenciado em especial pela recuperação na fabricação de alimentos, minerais não metálicos e automóveis, após forte contração no trimestre anterior. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-PE acelerou para 1,0% em maio, em comparação ao crescimento de 0,8% registrado em fevereiro último.

De acordo com a PMC/IBGE, as vendas do comércio ampliado no estado cresceram 2,2% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, considerando a série com ajuste sazonal. Nas mesmas bases de comparação, o varejo restrito avançou 1,7%, impulsionado por altas de 3,0% no segmento de tecidos, vestuários e calçados e 4,3% no comércio de móveis e eletrodomésticos. Na comparação em doze meses, as vendas do comércio varejista restrito recuaram 0,8%, enquanto, o comércio ampliado, influenciado pelo resultado de automóveis e motocicletas (9,5%), avançou 1,4%. A expansão das vendas de veículos foi favorecida pela evolução do saldo de crédito para aquisição de veículos, tanto no segmento de pessoas físicas (17,2%), quanto no corporativo (49,4%).

O volume de serviços, considerados os dados dessazonalizados da PMS/IBGE, retraiu 1,2% em termos trimestrais até maio, mantendo tendência desfavorável observada no período anterior. No acumulado de doze meses, houve expansão de 1,2%, com destaque para o desempenho de transporte e correio (7,6%) e atividades turísticas (3,4%).

Apesar do aumento das vendas do comércio, os índices Icec e de ICF, apurados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), recuaram no segundo trimestre. A variação dos indicadores corrobora a percepção de crescimento moderado por parte dos agentes econômicos.

A taxa de desocupação no estado apresenta tendência de redução desde o segundo trimestre

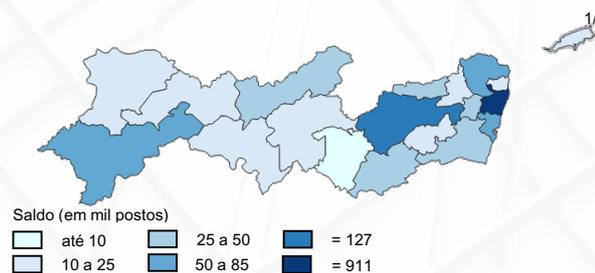
Tabela 2.3.2 – Volume de serviços – Pernambuco

Segmentos	Variação % no período			
	2018	2019		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-1,4	-1,2	-1,2	1,2
Serviços prestados às famílias	3,0	-1,9	-3,4	1,4
Serviços de informação e comunicação	-5,6	1,9	-0,0	-3,3
Serviços profissionais e administrativos	-8,3	-10,1	1,7	-3,7
Transportes e correio	5,5	2,6	-1,7	7,6
Atividades turísticas	5,8	-1,2	0,0	3,4
Outros serviços	-7,2	-0,2	11,8	3,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

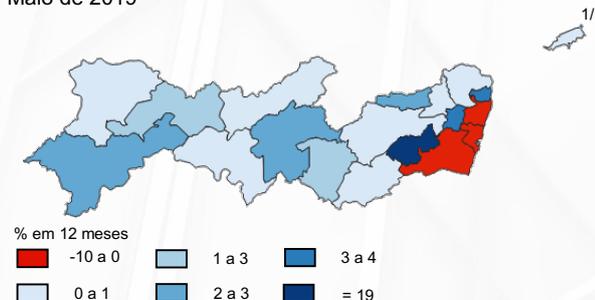
Figura 2.3.1 – Estoque de emprego formal – Pernambuco
Maio de 2019



1/ Fernando de Noronha; alterada escala e posição geográfica.

Fonte: Ministério da Economia/Caged

Figura 2.3.2 – Variação do emprego formal – Pernambuco
Maio de 2019



1/ Fernando de Noronha; alterada escala e posição geográfica.

Fonte: Ministério da Economia/Caged

de 2017, segundo informações da PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE. A desocupação atingiu 15,7% no primeiro trimestre de 2019 (dados dessazonalizados), acompanhada por melhoria nos indicadores de população ocupada e massa salarial, em contexto de aumento da força de trabalho. A recuperação do emprego no estado, por outro lado, ocorre em meio à prevalência do trabalho informal (sem carteira), e estabilidade dos vínculos formais

Esses dados são ratificados pelos dados do Caged/ME. No trimestre encerrado em maio, o emprego formal manteve-se estável; e, em doze meses, houve eliminação de 5,3 mil postos, influenciada, principalmente, por reduções do emprego nos segmentos de produção de veículos, embarcações e alimentos (este último com maior intensidade de movimento sazonal no início do ano). Por microrregiões (MCR), a redução do emprego foi concentrada na Zona da Mata Meridional, em Recife e na área industrial de Suape.

O desempenho do crédito tem repercutido, em especial, a retração das operações de PJ com recursos do BNDES. Os números segmentados indicam expansões na carteira total de recursos livres, de 3,2% no trimestre e 12,2% em doze meses. Nos saldos de contratações às PF, todas as modalidades de crédito apresentaram crescimento trimestral e no comparativo interanual, destacando-se o crédito consignado. Para pessoas jurídicas, a tendência de retração nas operações direcionadas concentrou-se nas carteiras das MCR mais industrializadas (Suape e Mata Setentrional) e na capital Recife, em contraste ao crescimento no restante do estado (3,6% em doze meses na carteira agregada das demais dezesseis MCR).

No âmbito da oferta, a indústria em Pernambuco cresceu 9,6% no trimestre encerrado em maio, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE com ajuste¹⁰. O resultado, decorrente de melhoria geral do setor frente à base de comparação deprimida do trimestre anterior, reflete ainda expansões mais acentuadas em segmentos com ponderação importante na indústria estadual, como alimentos, minerais não metálicos e veículos. Considerados períodos de doze meses, houve expansão de 3,9%,

10/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam no estado. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se em grande parte na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção daquele estado, com base nos pesos do Valor da Transformação Industrial (VTI) relativos a 2015, extraídos da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE).

Tabela 2.3.3 – Evolução do crédito – Pernambuco
 Geral e modalidades selecionadas

Segmentos	Variação % no período				Estoque (R\$ bilhões)
	2018	2019			
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses	Mai/2019
Crédito total	3,9	-0,4	-1,4	1,3	73,5
Crédito total – rec. livres	9,3	1,4	3,2	12,2	43,6
Crédito total – rec. direc.	-2,3	-2,7	-7,4	-11,3	29,9
Crédito PF – rec. livres	13,6	2,3	4,3	15,8	32,4
Crédito consignado	9,2	2,6	3,5	10,8	13,4
Financ. veículos	15,1	4,6	4,1	17,2	5,3
Créd. pessoal	16,8	1,0	8,9	18,2	2,9
Outras operações	17,8	0,0	4,3	21,3	10,8
Crédito PF – rec. direc.	7,8	1,3	1,7	7,6	15,7
Financ. imobiliário	8,4	-2,3	1,9	8,2	14,5
Outras operações	-4,8	-1,8	-1,0	0,6	1,2
Crédito PJ – rec. livres	-0,3	-1,1	0,0	3,0	11,2
Capital de giro	-8,1	0,2	-0,8	-4,1	5,1
Títulos descontados	38,1	15,2	-2,0	63,5	1,4
Outras operações	-0,6	-6,2	1,4	0,2	4,8
Crédito PJ – rec. direc.	-9,4	-6,1	-15,6	-25,6	14,3
Financ. rec. BNDES	-10,8	-8,3	-21,9	-32,5	8,2
Financ. imobiliário	-14,9	-2,3	-14,9	-26,8	1,3
Outras operações	-4,5	-2,1	-2,5	-9,5	4,8

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3.

2/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 2.3.4 – Produção industrial – Pernambuco
 Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/}	2019		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral ^{1/}	100,0	-10,9	9,6	3,9
Produtos alimentícios	29,4	-10,7	9,8	0,6
Produtos minerais não-metálicos	6,8	-11,4	26,6	9,0
Bebidas	8,0	0,0	3,8	12,2
Veículos	6,4	-32,6	21,4	8,1
Sabões, detergentes, etc	4,2	2,5	-1,6	22,7
Outros equip. de transporte	3,3	-43,6	-14,5	-21,2

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

sobressaindo os setores de bebidas e produtos de limpeza. Em contraponto, a retração na manufatura de outros equipamentos de transporte, evidencia decréscimo de 21,2% em doze meses.

No setor agrícola, as duas principais culturas do estado mostraram pouco dinamismo. A produção de uva, cultura irrigada no sertão do São Francisco, deverá recuar 0,5%, de acordo com o LSPA/IBGE de junho, frente à verificada ao longo de 2018. A pesquisa indica melhora de 1,0% na produção projetada de cana-de-açúcar.

No âmbito fiscal, os governos do estado, capital e demais municípios de Pernambuco apresentaram *superavit* primário de R\$407 milhões no primeiro trimestre de 2019, com destaque para Recife e demais municípios, que pouparam R\$267 e R\$249 milhões, respectivamente. Os juros apropriados por competência alcançaram R\$183 milhões. A dívida pública dos governos do estado e municípios totalizou R\$13,2 bilhões em março de 2019, apresentando acréscimo de 3,1% frente ao registrado em dezembro de 2018.

No primeiro semestre de 2019 o comércio exterior em Pernambuco registrou *deficit* de US\$1,8 bilhão, redução de 24,3% ao resultado do mesmo período do ano anterior. Houve retrações de preço e *quantum* tanto nas importações (0,4% e 30,9%, respectivamente) como nas exportações (9,1% e 40,8%, nesta ordem), o que, por consequência, reduziu o valor da corrente de comércio em 35,1%. Nas exportações, ressalta-se os menores embarques de matérias-primas, veículos e bens de capital para a Argentina. Por sua vez, as importações apontam principalmente menores aquisições de matérias-primas, associadas à acomodação do desempenho econômico da indústria local no primeiro semestre. Em termos de concentração de negócios, as transações com os Estados Unidos foram responsáveis por 43,7% da corrente de comércio nos últimos doze meses (total de US\$2,6 bilhões), sendo esse país atualmente o principal parceiro do estado pernambucano.

O IPCA da Região Metropolitana do Recife (RMR) variou 0,84% no segundo trimestre de 2019, desacelerando com relação ao primeiro trimestre do ano corrente. O resultado é explicado pela menor variação dos preços livres, 0,40%, refletindo as variações de -0,04% em alimentos e bebidas, e de 0,04% em cursos, leituras e papelaria (educação). Por

Tabela 2.3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

Ente federativo	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2019 Mar
	Dívida 2018 Dez	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
		Nominal	Juros	Total ^{3/}		
PE	12 833	-407	183	-225	623	13 231
Governo estadual	13 379	109	184	293	620	14 293
Capital	556	-267	10	-257	2	301
Demais municípios	-1 102	-249	-12	-261	0	-1 363

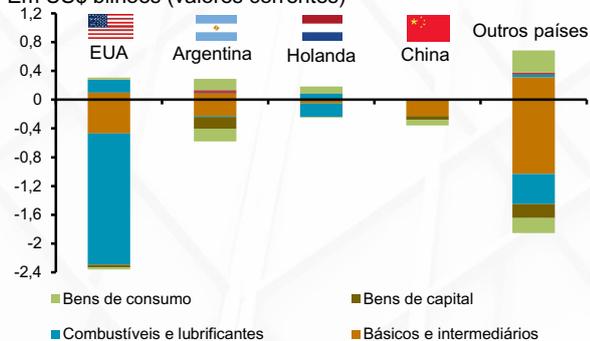
1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

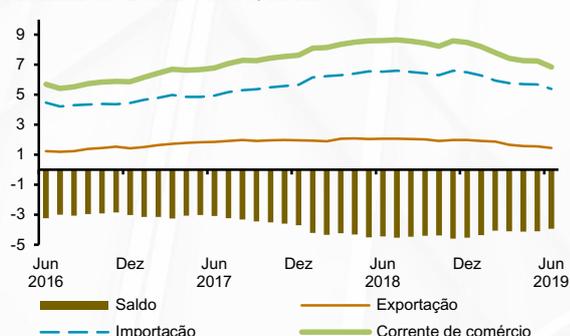
4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimento de dívidas e privatização.

Gráfico 2.3.5 – Corrente de comércio por países – PE
Em US\$ bilhões (valores correntes)



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Gráfico 2.3.4 – Balança comercial – Pernambuco
Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

outro lado, houve aceleração nos preços monitorados (2,22% ante 1,33% no trimestre anterior), com maiores pressões em transportes (2,39%). O índice difusão de preços mostrou redução no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMR apresentou variação de 2,82% em junho comparativamente a 4,58% em março, com resultado menos influenciado pelos impactos da paralisação no transporte rodoviário de cargas ocorridos em 2018 e pela menor pressão dos itens monitorados, especialmente gasolina e energia elétrica. Observa-se variações de preços em níveis confortáveis para todos os segmentos analisados, inclusive os mais sensíveis ao ciclo econômico.

Tabela 2.3.6 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	2,83	1,69	0,84	2,82
Livres	75,4	2,43	1,80	0,40	2,95
Alimentação no domicílio	19,2	4,12	5,14	-0,51	5,57
Bens industrializados	23,5	0,99	1,26	0,91	1,39
Serviços	32,7	2,53	0,91	0,58	2,62
Monitorados	24,6	4,11	1,33	2,22	2,38
Principais itens					
Alimentação e bebidas	27,2	3,18	4,11	-0,04	4,92
Habitação	14,6	2,22	-0,33	1,08	-0,52
Artigos de residência	4,6	3,05	0,52	-0,73	1,42
Vestuário	6,9	0,90	-0,33	-0,05	0,22
Transportes	15,4	1,64	1,54	2,39	2,18
Saúde	13,6	4,81	1,22	2,87	5,35
Despesas pessoais	9,7	2,96	0,05	-0,11	2,01
Educação	4,8	6,06	4,86	0,04	5,81
Comunicação	3,2	-0,17	-0,02	-0,27	-0,28

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2019.

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

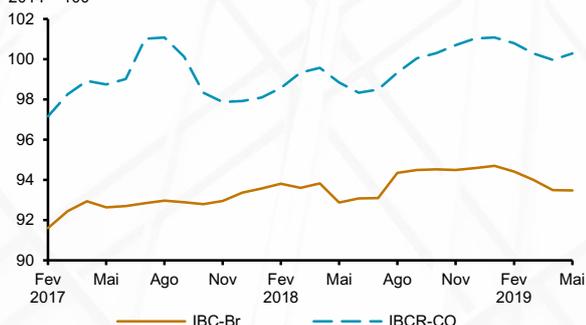
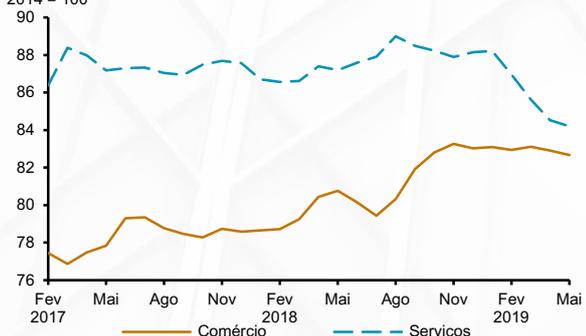


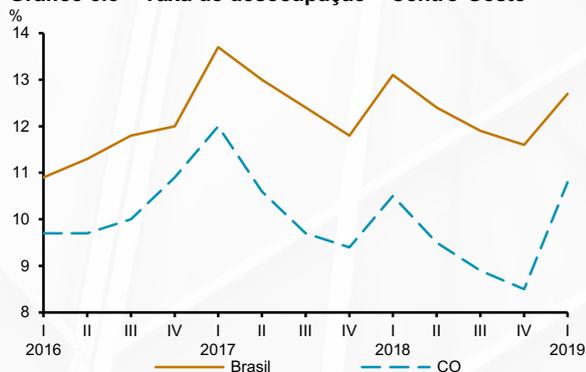
Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.3 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

A economia da região Centro-Oeste desacelerou nos primeiros meses do ano, em linha com trajetória da atividade no país. No trimestre terminado em maio, o desempenho econômico no Centro-Oeste foi impactado pela contração nos setores industriais, com destaque para a indústria de transformação e o segmento de energia e saneamento. Como consequência, o IBCR-CO diminuiu 0,5% no período. Para os próximos meses, espera-se retomada da atividade na região, estimulada pela evolução positiva da agricultura, com o início da colheita da safra de inverno de milho, que pode ser a maior da história.

Os indicadores de demanda na região mostraram retração no trimestre encerrado em maio, em linha com a desaceleração da atividade econômica no país e com a diminuição nas safras de verão. O comércio ampliado retraiu 0,3% nesse período, segundo os dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com destaque para a contração de 2,2% nas vendas em Goiás, influenciada pelo recuo no setor de supermercados. O volume de serviços recuou 3,2% no trimestre, segundo dados dessazonalizados da PMS, do IBGE, com retração de 9,5% no Mato Grosso. Nesse estado, o setor de transporte, que representa 60% dos serviços na PMS, foi impactado pela redução na safra de soja.

O mercado de trabalho na região Centro-Oeste vem apresentando indicadores superiores à média nacional. Os dados da PNAD Contínua, do IBGE, mostram expansão de 2,5% na população ocupada no primeiro trimestre de 2019, na comparação com igual período de 2018 (variação de 1,8% no país), representando a incorporação de 191 mil pessoas, com destaque para o Mato Grosso, com aumento de 5,4% (84 mil pessoas). O crescimento da ocupação ocorreu majoritariamente no grupo de pessoas que trabalha por conta própria (137 mil), destacando-se os segmentos de serviços pessoais, alimentação, construção, transporte terrestre e comércio.

Apesar do aumento da ocupação, observou-se elevação interanual de 0,3 p.p. na taxa de desocupação,

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	22,0	56,8	19,7	56,8
Ind. de transformação	6,7	10,9	6,7	10,5
Comércio	-0,5	-1,9	-0,7	-0,9
Serviços	11,1	25,3	9,2	30,0
Construção civil	3,6	6,8	3,1	4,5
Agropecuária	1,2	15,9	0,8	12,1
Outros ^{1/}	0,0	0,0	0,6	0,5

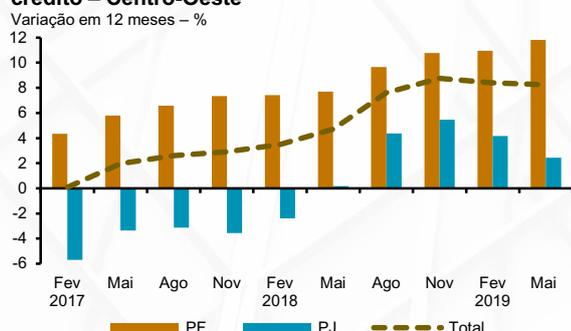
Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e SIUP, entre outros.

2/ Trimestre encerrado em maio.

3/ Acumulado no ano até maio.

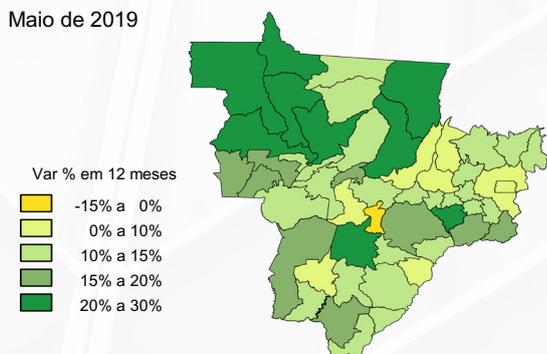
Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 3.1 – Crédito a pessoas físicas – Centro-Oeste^{1/}

Maio de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

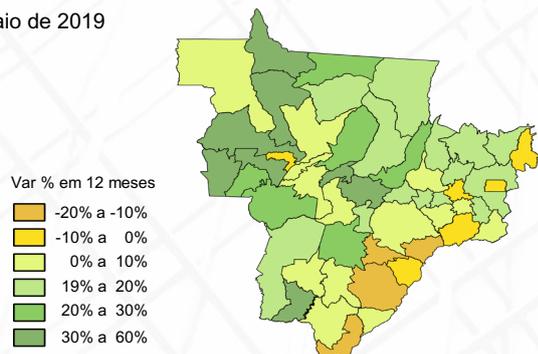
que atingiu 10,8% no primeiro trimestre de 2019 (patamar ainda inferior à média nacional, 12,7%, que registrou queda de 0,4 p.p. nesse período). A expansão da população ocupada, combinada com o aumento real de 0,6% no rendimento médio, elevou a massa de rendimento real do trabalho em 3,3% no período.

Corroborando o cenário positivo do mercado de trabalho, os dados do Caged mostram a criação de 19,7 mil novos empregos formais na região no trimestre encerrado em maio, com destaque para Goiás, com 12 mil novas vagas, e o volume de emprego nos setores de serviços, indústria de transformação, e construção civil.

O mercado de crédito no Centro-Oeste apresenta trajetórias distintas em relação ao desempenho das carteiras de empréstimos a pessoas físicas e empresas. Enquanto no primeiro segmento observa-se aceleração do crescimento, impulsionado pela expansão do crédito livre, no segundo observa-se desaceleração, em parte, pelo movimento de substituição de parte do financiamento bancário por captação no mercado de capitais doméstico. No total, a expansão do volume de crédito na região permaneceu relativamente estável, com a taxa de variação interanual passando de 8,4%, em fevereiro, para 8,3% em maio. A carteira de crédito às pessoas físicas acelerou de 10,9% para 11,8% no período, impulsionada pelas operações de crédito pessoal não consignado, financiamento a exportações do agronegócio e crédito consignado; enquanto a expansão dos financiamentos às empresas passou de 4,2% para 2,4%, com destaque para menor crescimento nos saldos dos empréstimos das indústrias de alimentos e bebidas, e para a contração em transporte.

A evolução do crédito às famílias dentro da região Centro-Oeste mostrou crescimento em todas as microrregiões, à exceção de Alto Araguaia (MT), com destaque para Arinos, Aripuanã e Parecis, todas no Mato Grosso, com taxas próximas a 24%, impulsionadas pelo crédito rural. No entorno das capitais dos estados com vocação agropecuária (Goiânia, Campo Grande e Cuiabá), observou-se expansão média de 11,1% nos saldos dos empréstimos, com destaque para financiamento imobiliário, crédito consignado e financiamento de veículos, enquanto em Brasília o crédito cresceu 5,8%, alavancado por crédito consignado, cartão de crédito à vista e financiamento de veículos.

Figura 3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Centro-Oeste^{1/}
Maio de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-junho

Discriminação	Centro-Oeste		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	15 589	14 400	-7,6	-1,4
Básicos	13 204	11 989	-9,2	4,6
Industrializados	2 385	2 411	1,1	-7,1
Importações	4 019	4 346	8,1	20,2
Bens de capital	297	267	-10,2	77,1
Bens Intermediários	1 839	2 399	30,5	12,1
Bens de consumo	1 147	1 060	-7,6	9,5
Combustíveis e lubrificantes	736	619	-15,8	25,4
Saldo comercial	11 570	10 054	-13,1	-8,9

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018		Maio de 2019			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses		
	Primário	Nominal ^{3/}	Primário	Nominal ^{3/}		
DF	7 670	713	930	7 367	1 696	1 940
GO	19 159	-1 159	521	19 112	-480	1 225
MS	7 366	-580	-6	6 535	-569	-34
MT	4 297	192	556	4 113	-272	99
Total (A)	38 492	-835	2 001	37 127	376	3 229
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	884 802	-6 412	51 020
(A/B) (%)	4,4	17,5	3,7	4,2	-5,9	6,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

No que se refere ao financiamento das empresas, verifica-se uma melhora na evolução do crédito nas microrregiões, ainda que o crescimento dos empréstimos na região tenha desacelerado. A mediana da taxa de crescimento do crédito a pessoas jurídicas nas microrregiões subiu de 7,3%, em fevereiro, para 12,0% em maio. Mato Grosso mostrou maior concentração de microrregiões com expansão do crédito, com aproximadamente 35% das áreas apresentando expansão superior a 30% (apenas Alto Paraguai registrou recuo), enquanto Mato Grosso do Sul apresentou três microrregiões com redução superior a 10% (destaque para Três Lagoas, onde houve diminuição no endividamento de indústria de celulose). Entre as capitais, o crédito evoluiu de forma mais dinâmica em Campo Grande e Cuiabá, com taxas de crescimento de 7,2% e 4,0%, enquanto em Brasília manteve-se relativamente estável (-0,1%).

As exportações da região diminuíram 7,6% no primeiro semestre de 2019, na comparação com o mesmo período de 2018, refletindo principalmente as reduções nas vendas de soja e farelo de soja, em decorrência da menor produção do Centro-Oeste e da contração na demanda chinesa. Em sentido oposto, destacam-se os aumentos nas vendas de algodão, milho, e carne de bovino. As importações, por sua vez, aumentaram 8,1%, com destaque para as aquisições de insumos para agricultura (adubos, fertilizantes, ureia e implementos agrícolas). Dessa forma, o *superavit* do comércio exterior do Centro-Oeste retraiu 13,1% no período, atingindo US\$10,1 bilhões.

No âmbito fiscal, as finanças dos estados do Centro-Oeste vêm mantendo trajetória de ajuste gradual. A dívida líquida da região contraiu 3,5% entre dezembro de 2018 e maio de 2019, destacando-se a redução no Mato Grosso do Sul, 11,3%. Essa retração foi impactada pela concentração da arrecadação de tributos como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos primeiros meses do ano. Quanto ao resultado primário, o Mato Grosso reverteu o *deficit* do ano passado em *superavit*, enquanto Goiás (superavitário) e o Distrito Federal (deficitário) apresentaram deterioração. Em relação às receitas de ICMS, houve contração real de 1,4% na região no período de doze meses encerrado em maio, e de 0,4% nas transferências da União.

A atividade industrial no Centro-Oeste apresentou baixo dinamismo, com redução da produção nos

Gráfico 3.5 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

últimos três meses em segmentos importantes da economia local, como as indústrias de alimentos, biocombustíveis, produtos químicos e extrativa. Segundo informações da PIM-PF, do IBGE, a indústria da região¹¹ variou -1,3% no trimestre encerrado em maio, na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro, na série com ajuste sazonal. Nos últimos doze meses, a indústria do Centro-Oeste apresentou crescimento de 1,9%, contrastando com a estabilidade observada em nível nacional, impulsionada pelos segmentos de biocombustíveis, minerais não metálicos e alimentos.

A fragilidade do crescimento da indústria, a estiagem no início do ano e as incertezas na economia nacional diminuíram a confiança dos empresários industriais na região. O Icei do Centro-Oeste, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), recuou de 62,7 pontos, em março, para 58,9 pontos em junho, com retração nos componentes de expectativas e de condições atuais (este último voltou para a área de pessimismo, com 49,5 pontos).

Tabela 3.4 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/} 2018	2019	Variação % 2019/2018
Grãos	83,4	101 015	106 780	5,7
Soja	57,0	53 042	51 624	-2,7
Milho	16,1	43 046	49 556	15,1
Algodão (caroço)	7,1	2 093	2 835	35,5
Feijão	1,9	727	643	-11,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,6	143 479	151 046	5,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

A estimativa da safra de grãos do Centro-Oeste em 2019 subiu nos últimos meses, influenciada pelos novos dados relativos à safra de inverno. Se por um lado, as condições climáticas do final de 2018 e início de 2019 prejudicaram a safra de soja, nos meses seguintes elas favoreceram as colheitas de inverno, especialmente as de milho e feijão. Como resultado, a estimativa de crescimento da safra de grãos do Centro-Oeste é de 5,7% em relação à safra do ano anterior, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. A produção de milho deve aumentar 15,1%, impulsionada tanto pela maior produtividade, quanto pelo incremento da área plantada na segunda safra, enquanto o algodão deve expandir 35,5%, refletindo, especialmente, o aumento da área plantada.

Na pecuária de corte, os abates de bovinos na região cresceram 3,0% nos primeiros cinco meses do ano, em relação a igual período de 2018, com aumento de 28,6% no volume exportado. Os abates de suínos aumentaram 1,8%, com a produção sendo praticamente toda direcionada para o mercado interno. Os abates de aves permaneceram estáveis segundo o Sistema de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tendo sido apurado queda de 13,7% nos embarques para o mercado externo.

11/ Corresponde aos resultados de Goiás e Mato Grosso.

Gráfico 3.6 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

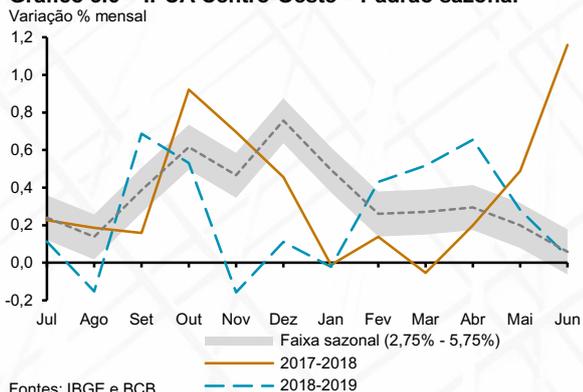
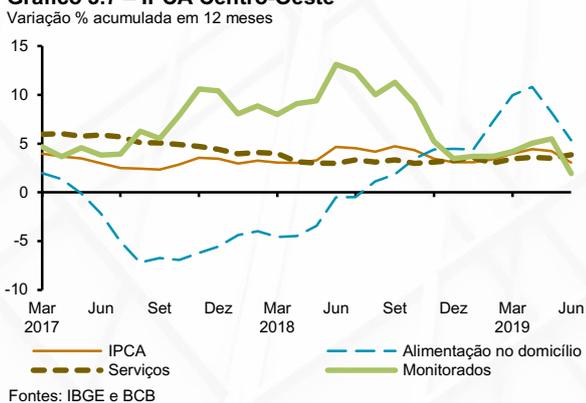


Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste



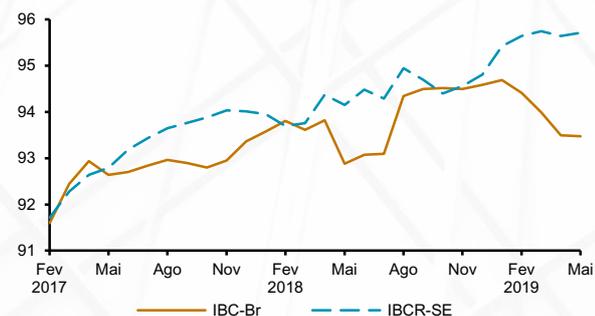
O IPCA na região – agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande – variou 0,97% no segundo trimestre de 2019, comparativamente a 0,93% no trimestre anterior. Os preços de alimentação no domicílio recuaram 1,19%, após alta de 5,07% no trimestre anterior, com destaque para as reduções de feijão carioca, batata inglesa e frutas. Em sentido oposto, os preços de itens monitorados avançaram 2,29%, impulsionados pelos aumentos em gasolina, ônibus urbano e planos de saúde. Os preços de serviços apresentaram elevação de 0,81%, próxima à registrada no trimestre anterior, 0,74%, enquanto os de bens industrializados aumentaram 1,18%, após retração de 0,25% no primeiro trimestre.

Considerados períodos de doze meses, os preços ao consumidor no Centro-Oeste variaram 3,06% em junho, ante 3,97% em março. A moderação na variação dos preços da alimentação no domicílio, que recuou de 10,09% para 5,38%, foi a grande contribuição para esse resultado. Os preços administrados também apresentaram arrefecimento, com a variação passando de 4,05% para 1,84%. Os preços de serviços e de bens industrializados, apesar da aceleração, permaneceram em níveis confortáveis, (3,92% e 1,66%, ante variações de 3,42% e 0,95% em março, na ordem).

A economia do Centro-Oeste apresentou desaceleração nos primeiros meses do ano, refletindo, em parte, a redução da safra de verão e seus desdobramentos na indústria de alimentos, nos serviços de transportes e nas exportações, esta última também impactada pelas condições internas da China. A perspectiva de desempenho positivo nas safras de inverno tende a favorecer a retomada do crescimento na região. Além disso, o mercado de trabalho mostrou sinais positivos bem como o crédito às famílias (parte do qual se destina ao financiamento da produção agrícola).

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

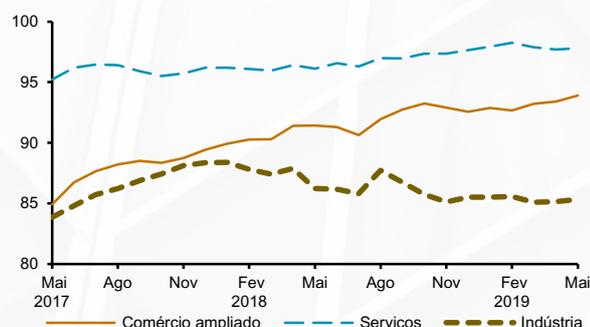


A economia da região Sudeste manteve trajetória de recuperação gradual, evidenciada por aumentos consecutivos do índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil, desde dezembro, na avaliação trimestral. Nos últimos meses, alguns dos principais parâmetros de atividade sugerem arrefecimento do ritmo de recuperação da economia da região, notadamente a produção industrial – impactada principalmente pela atividade extrativa –, e o volume de serviços. Entretanto, a evolução positiva dos mercados de trabalho e de crédito, em ambiente favorável à aprovação de importantes reformas estruturantes, como a da Previdência, sinaliza perspectiva de continuidade do cenário de retomada gradual e progressiva da atividade na região. Nesse cenário, o IBCR-SE variou 0,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando expandira 1,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

Os indicadores de consumo, não obstante tenham apresentado desempenho heterogêneo no trimestre encerrado em maio, apontam para a persistência do gradual movimento de recuperação do consumo das famílias, evidenciando a resiliência desse componente da demanda, sustentada pelo aumento da massa salarial e pela expansão do crédito às pessoas físicas.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado cresceram 1,3% no trimestre terminado em maio em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuaram 0,2%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. As vendas aumentaram em sete dos dez segmentos pesquisados, destacando-se as elevações nos segmentos veículos, peças e motocicletas (10,6%) – favorecidas pela expansão dos financiamentos a veículos –, móveis e eletrodomésticos (2,9%) e construção (2,6%).

Em sentido oposto, o setor de serviços reverteu sua trajetória de crescimento. O indicador de volume de serviços não financeiros decresceu 0,5% no trimestre

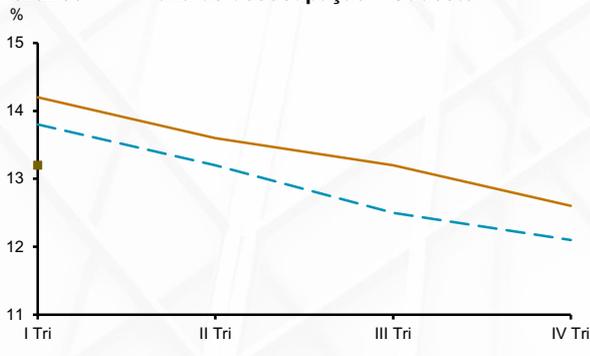
Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

Em pontos – Média móvel trimestral



Fontes: CNC e CNI

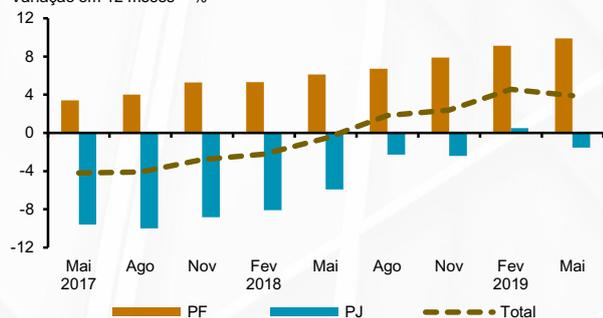
Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

encerrado em maio em relação ao trimestre anterior, quando crescera 0,9% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, com destaque para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo diminuíram frente ao trimestre anterior, refletindo em alguma medida o desapontamento dos agentes em relação ao ritmo de recuperação da atividade econômica da região no período recente. O ICF caiu de 97,8 pontos em março para 88,2 pontos em junho e o Icec de 124,2 pontos para 115,2 pontos, no mesmo período. As reduções desses indicadores no segundo trimestre resultaram de recuos em todos os componentes, destacando-se a piora nos associados às condições atuais.

No mercado de trabalho, a taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou para 13,2% no primeiro trimestre de 2019 (13,8% no mesmo período de 2018), com aumento de 1,8% da população ocupada e de 1,1% da força de trabalho, na comparação anual. O rendimento real cresceu 1,0% no período analisado, ritmo mais acentuado que o registrado no trimestre anterior (+0,4%). Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou de 12,7% no quarto trimestre de 2018 para 12,5% no primeiro trimestre de 2019. Segundo dados do Caged, no trimestre encerrado em maio foram criados 99,9 mil empregos formais, com destaque para agropecuária e serviços, em comparação à criação de 155,5 mil postos no mesmo período do ano anterior.

A carteira de crédito para pessoas físicas, favorecida por melhores condições financeiras, expandiu-se 2,8% no trimestre encerrado em maio e 9,9% em doze meses, com destaque para as modalidades de crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. O saldo das operações às pessoas jurídicas diminuiu 1,7% no trimestre e 1,5% em doze meses, revertendo a alta observada no período encerrado em fevereiro, destacando-se os recuos do financiamento com recursos do BNDES e do financiamento à exportação. Em consequência, a carteira de crédito total do Sudeste registrou aumentos de 0,5% no trimestre e de 3,9% em doze meses.

No âmbito fiscal, a arrecadação tributária perdeu ritmo no início de 2019. No Sudeste, a arrecadação do ICMS recuou 2,2% e as transferências da União, 0,8% (ambos deflacionados pelo IGP-DI), no acumulado de

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018		Maio de 2019			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses		
	Primário	Nominal ^{3/}	Primário	Nominal ^{3/}		
ES	1 678	-124	122	950	-163	66
MG	122 537	46	8 559	127 398	469	9 268
RJ	169 986	-483	12 302	178 861	2 806	14 935
SP	338 545	-8 452	13 931	336 872	-8 519	12 531
Total (A)	632 746	-9 013	34 913	644 081	-5 407	36 800
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	884 802	-6 412	51 020
(A/B) (%)	71,8	188,7	64,1	72,8	84,3	72,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Fev ^{2/}	Maio ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,5	-0,3	-1,1
Indústrias extrativas	13,6	-1,5	-10,3	-4,5
Indústrias de transformação	86,4	0,8	1,0	-0,6
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-5,9	8,0	4,1
Produtos alimentícios	12,7	13,9	-3,6	-8,5
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	3,5	-2,0	-0,3
Metalurgia	7,1	-2,4	-0,5	1,0
Outros produtos químicos	5,8	0,4	-1,7	1,7

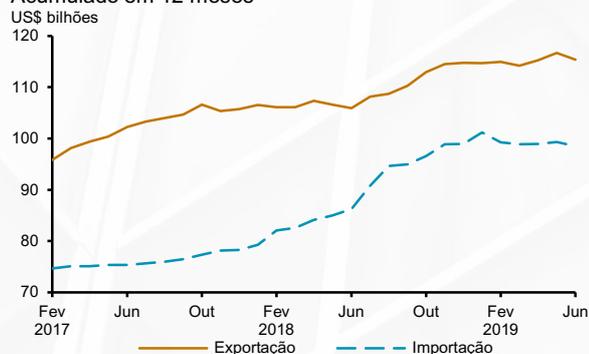
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério da Economia

doze meses até maio de 2019, em comparação com o mesmo período em 2018.

O resultado primário consolidado para a região atingiu *superavit* R\$5,4 bilhões no acumulado de doze meses até maio (R\$9,0 bilhões em 2018), repercutindo especialmente o desempenho do Rio de Janeiro que passou de *superavit* de R\$483 milhões para *deficit* de R\$2,8 bilhões. O *deficit* nominal subiu de R\$34,9 bilhões em dezembro de 2018 para R\$36,8 bilhões em maio de 2019, na análise do acumulado de doze meses, com destaque para o Rio de Janeiro, cujo *deficit* aumentou em R\$2,6 bilhões, sendo parcialmente compensado pela redução em R\$1,4 bilhão no *deficit* de São Paulo.

Do lado da oferta, o LSPA do IBGE, de junho, projetou redução de 3,4% da safra de grãos em 2019. A soja (-8,9%), em especial, vem sofrendo efeitos adversos do clima seco e quente, mais intensos que no ano anterior, enquanto para o milho, o prognóstico é de retração menos acentuada (-1,5%). O café, em ano de bialidade negativa, deverá recuar 12,6%

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial recuou 0,3% no trimestre encerrado em maio, ante alta de 0,5% no terminado em fevereiro. Houve queda em doze dos vinte segmentos pesquisados, com destaque para a indústria extrativa, 10,3%, vinculada à retração da atividade mineradora em Minas Gerais, decorrente do acidente na barragem de Brumadinho e à desativação preventiva de outras minas.

O Icei atingiu 55,9 pontos, na média do trimestre finalizado em junho (62,9 pontos em março), influenciado pela redução do otimismo em relação à economia brasileira.

O *superavit* da balança comercial do Sudeste aumentou de US\$7,9 bilhões, no primeiro semestre de 2018, para US\$9,0 bilhões, em igual período de 2019. O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela evolução de 1,2% das exportações, decorrente de variações de -0,3% nos preços e de 1,5% no *quantum*^{12/}, com destaque para as vendas de óleos brutos de petróleo, partes de motores e turbinas para aviação, além de café cru em grão. As importações, sensibilizadas pela diminuição de 1,7% nos preços, recuaram 1,0%, com destaque para a contração das aquisições de bens de consumo e intermediários.

12/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/} 2018	Variação % no período			
		2019			
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,89	1,62	0,60	3,55
Livres	73,0	2,89	1,74	0,17	3,31
Alimentação no domicílio	14,1	4,63	4,70	-0,78	3,88
Bens industrializados	21,3	0,86	0,74	0,15	1,57
Serviços	37,5	3,44	1,23	0,53	4,12
Monitorados	27,0	6,74	1,28	1,80	4,19
Principais itens					
Alimentação	23,2	4,09	3,12	-0,18	4,03
Habitação	16,2	4,60	0,89	1,41	4,23
Artigos de residência	3,7	3,83	0,73	-0,38	3,80
Vestuário	5,1	0,59	-0,81	0,69	0,31
Transportes	18,8	4,67	1,70	-0,02	2,62
Saúde	12,7	4,37	1,16	2,66	4,92
Despesas pessoais	11,6	3,02	1,06	0,45	3,65
Educação	5,3	5,30	3,75	0,21	4,87
Comunicação	3,5	-0,12	-0,15	0,05	-0,12

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2019.

O IPCA no Sudeste desacelerou de 1,62%, no primeiro trimestre de 2019, para 0,60%, no segundo trimestre desse ano, impactado exclusivamente pela menor variação dos preços livres, que passaram de 1,74% para 0,17%, sendo especialmente favorecida pelo movimento dos preços de alimentação no domicílio, que reverteram alta de 4,70% no primeiro trimestre para retração de 0,78% no segundo. Por sua vez, os preços monitorados registraram aceleração, no período analisado, passando de alta de 1,28% para 1,80%, repercutindo principalmente os aumentos dos preços da gasolina, do óleo diesel, de produtos farmacêuticos e da taxa de água e esgoto.

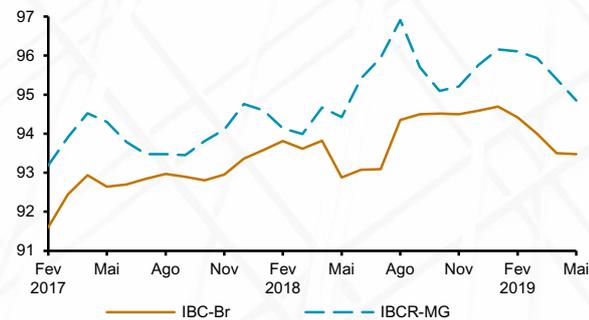
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 3,55% em junho de 2019, comparativamente a 4,60% no mesmo mês em 2018, resultado decorrente da desaceleração dos preços monitorados, de 11,50% para 4,19%, com especial destaque para redução nos preços da gasolina e do menor ritmo de aumento dos preços do gás de botijão, do óleo diesel e da tarifa de energia elétrica residencial. Em relação aos preços livres, permaneceram com variações em níveis confortáveis no período analisado, de 2,27% para 3,31%.

A economia do Sudeste apresentou acomodação no trimestre encerrado em maio, refletindo ambiente de menor otimismo dos agentes econômicos e a contração da atividade extrativa na região. No entanto, o ajuste macroeconômico em curso favorece a consolidação de um cenário mais benigno para a economia brasileira que, associada à trajetória de recuperação gradual e consistente dos mercados de trabalho e de crédito, reforçam a perspectiva de crescimento para a atividade da região nos próximos trimestres.

4.1 Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

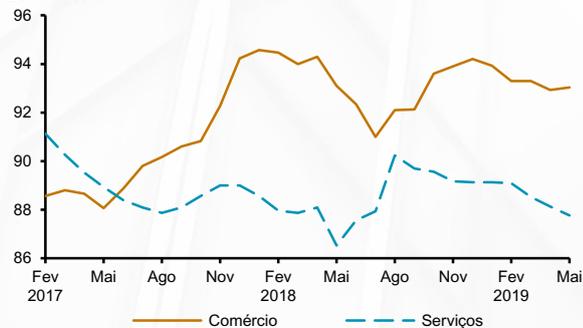


No primeiro trimestre de 2019, o nível de atividade da economia mineira permaneceu estável, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), na comparação com o quarto trimestre de 2018, resultado fortemente impactado pela queda na produção de minério de ferro, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho. A queda de 20,6% na indústria extrativa, estimada pela FJP, indica um impacto da ordem de -0,7 p.p. sobre o PIB do estado. Por outro lado, destaca-se a contribuição do setor de energia e saneamento, com o aumento na produção de energia hidrelétrica. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento do PIB mineiro desacelerou de 1,2%, no quarto trimestre de 2018, para 1,0% no primeiro de 2019.

Dados mais recentes mostram aprofundamento dos efeitos negativos de Brumadinho sobre a atividade no estado. O IBCR-MG contraiu 1,3% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao terminado em fevereiro. Além dos impactos relacionados com a produção de minério, observou-se também nesse período contração na geração de energia elétrica, após elevação expressiva no primeiro bimestre.

Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

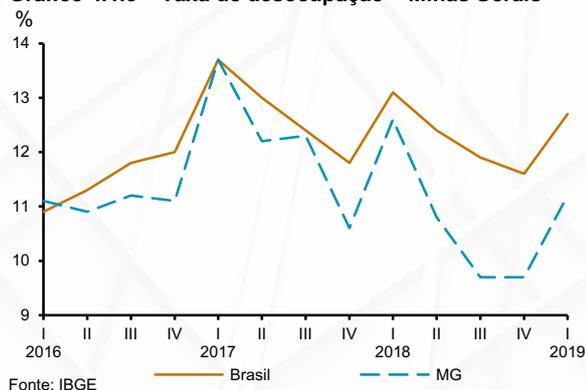
Indicadores de demanda mostraram arrefecimento no trimestre encerrado em maio, compatíveis com o cenário de desaceleração da atividade, com perda de dinamismo mais acentuada no setor de serviços. As vendas do comércio ampliado retraíram 0,1% no trimestre, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve recuo nas vendas de vestuário e combustíveis, compensado pelo aumento em material de construção e artigos farmacêuticos. O volume de serviços diminuiu 1,5% no trimestre, segundo dados com ajuste sazonal da PMS, do IBGE, impactado pela retração de 3,7% no segmento de transporte.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), diminuiu 1,8 p.p. no segundo trimestre, com reduções nas expectativas econômicas e financeiras, destacando-se as percepções negativas sobre a situação econômica do país e a situação financeira da família.

O mercado de trabalho mineiro continua mostrando alguns indicadores positivos, a despeito do arrefecimento da atividade econômica. Segundo

dados da PNAD Contínua, do IBGE, a população ocupada no estado aumentou 1,4% no primeiro trimestre de 2019, na comparação com igual período de 2018. Destaca-se a expansão de trabalhadores por conta própria e no setor privado com carteira assinada (em comércio, indústrias de calçados, minerais não metálicos e produtos de metal, e serviços de saúde e seleção de mão-de-obra). Ressalta-se, em especial, as contratações com carteira assinada no setor de construção de edifícios em Belo Horizonte, setor que demitiu grande quantidade de trabalhadores nos últimos anos e que volta a contratar em função da redução no volume de unidades disponíveis para negociação.

Gráfico 4.1.3 – Taxa de desocupação – Minas Gerais



O aumento na população ocupada contribuiu para a redução na taxa de desocupação do estado de 12,6%, no primeiro trimestre de 2018, para 11,2% no primeiro trimestre de 2019, situando-se abaixo da média nacional (12,7%). A diminuição de 167 mil pessoas na população desocupada (-11,7%) refletiu, além do aumento na população ocupada, a saída de 146 mil pessoas da força de trabalho. No que se refere à massa de rendimento real, apesar do aumento do número de ocupados, observou-se queda 0,8% no período, em função da retração de 2,1% do rendimento médio real.

Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Trin ^{2/}	Ano ^{3/}	Trin ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	57,5	73,2	45,9	73,4
Ind. de transformação	7,2	16,8	5,1	13,8
Comércio	0,0	-8,5	-3,7	-11,1
Serviços	16,9	26,0	13,2	30,4
Construção civil	10,3	13,8	3,7	11,4
Agropecuária	22,4	23,4	27,2	26,9
Outros ^{1/}	0,8	1,6	0,4	2,0

Fonte: Caged

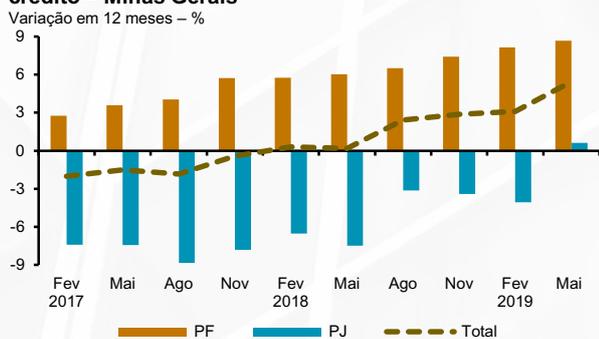
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública, SIUP, entre outras.

2/ Trimestre encerrado em maio.

3/ Acumulado no ano até maio.

Os dados do Caged corroboram o cenário de expansão do emprego formal no estado, com o aumento de 45,9 mil novos postos de trabalho no trimestre encerrado em maio, ressaltando-se as contratações nos segmentos de agropecuária, serviços, indústria de transformação e construção civil. Com esse desempenho, Minas Gerais destacou-se na geração de emprego nesse período, tendo contribuído com 39% da criação líquida de postos de trabalho no país.

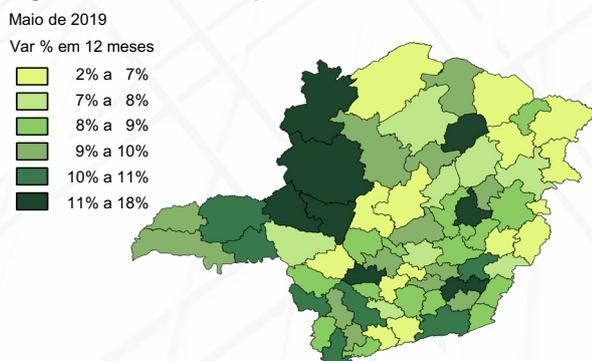
Gráfico 4.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



O mercado de crédito no estado evoluiu positivamente no trimestre encerrado em maio. O crescimento do saldo das operações de crédito acelerou de 3,1%, em fevereiro, para 5,4% em maio, a maior taxa desde setembro de 2015. O crédito às famílias segue mostrando maior dinamismo, com crescimento de 8,7% em maio, ante 8,2% em fevereiro, impulsionado pela expansão nas linhas de cartão de crédito à vista, crédito pessoal não consignado e crédito consignado. O crédito a pessoas jurídicas reverteu a trajetória de contração, passando de uma variação de -4,1%, em fevereiro, para um aumento de 0,6% em maio, impulsionado pela expansão nas linhas de capital de giro, desconto de títulos e financiamentos de

veículos, e pela redução no ritmo de contração nas operações do BNDES. Por atividade econômica, destacou-se a expansão nos empréstimos das empresas de comércio e de locação de veículos, e a redução no endividamento do setor elétrico.

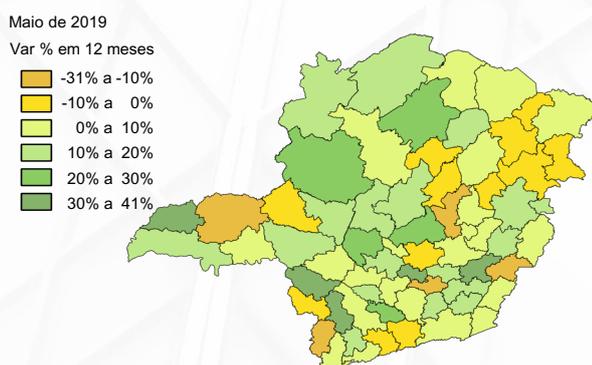
Figura 4.1.1 – Crédito a pessoas físicas – Minas Gerais^{1/}



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

A evolução do crédito às famílias em Minas Gerais segue influenciada pelo crescimento no interior, com variação interanual de 9,4% em maio. Destacou-se o aumento dos empréstimos no noroeste de Minas, impulsionado pela expansão do financiamento da atividade rural (crédito rural e financiamento a exportações) nas áreas de Unaí, Paracatu, Patos de Minas e Patrocínio. Os financiamentos nas microrregiões de Grão Mogol, Formiga, Guanhanes e Viçosa também apresentaram crescimento destacado. O crédito no entorno de Belo Horizonte exibiu crescimento de 7,2%, destacando-se as modalidades de cartão de crédito à vista, financiamento imobiliário, crédito consignado e crédito pessoal não consignado.

Figura 4.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Minas Gerais^{1/}



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Assim como no segmento de pessoas físicas, o crédito às empresas mostra-se mais dinâmico no interior, onde registrou variação interanual de 3,9% em maio. Nas áreas de Ponte Nova e Ituiutaba, com forte presença do agronegócio, e Itaguara, região mineradora, o crédito apresentou as maiores taxas de crescimento, enquanto em Conselheiro Lafaiete e Conceição do Mato Dentro, também regiões mineradoras, e Poços de Caldas, polo industrial e turístico, foram observadas as maiores contrações. Na região de Belo Horizonte, que concentra mais da metade do crédito às empresas do estado, o crédito recuou 2,3%, influenciado pela redução no endividamento das indústrias de minerais não metálicos, autopeças, geração de energia elétrica e construção.

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	11 653	12 151	4,3	-1,4
Básicos	6 374	6 939	8,9	4,6
Industrializados	5 279	5 213	-1,2	-7,1
Importações	4 277	4 223	-1,3	-0,0
Bens de capital	558	726	29,9	4,7
Bens Intermediários	2 566	2 526	-1,6	1,1
Bens de consumo	754	542	-28,0	-7,1
Combustíveis e lubrificantes	399	430	7,8	-1,7
Saldo comercial	7 376	7 928	7,5	-8,9

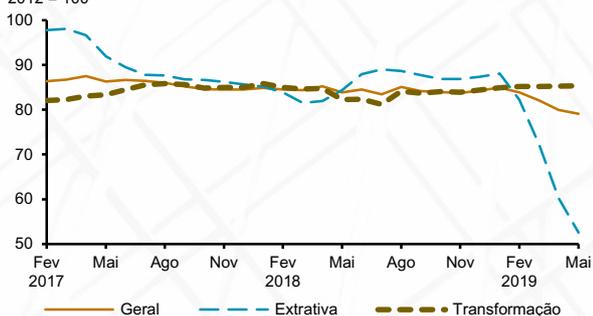
Fonte: Ministério da Economia

As exportações de Minas Gerais cresceram 4,3% no primeiro semestre, na comparação com o mesmo período de 2018, impulsionadas pelas vendas de minério de ferro (embora o volume exportado pelo estado tenha diminuído 6%, por conta dos problemas de produção decorrentes do rompimento da barragem em Brumadinho, o valor das vendas externas cresceu 12,7% no período, alavancado por aumento superior a 30% nas cotações internacionais) e de café (vendas impulsionadas pela safra recorde em 2018). As importações retraíram 1,3% no período, com destaque para a redução nas aquisições de automóveis de passageiros. Como resultado, o *superavit* do comércio exterior do estado aumentou 7,5% no período, atingindo US\$7,9 bilhões.

Gráfico 4.1.5 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Em relação aos indicadores de oferta, verificou-se recuo na produção industrial de Minas Gerais, influenciado pela contração acentuada na indústria extrativa, como consequência da interrupção da atividade em algumas unidades produtoras após o desastre em Brumadinho. No trimestre encerrado em maio, a indústria mineira retraiu 5,7% na comparação com o trimestre anterior, segundo dados com ajuste sazonal da PIM-PF, do IBGE. A indústria de transformação variou 0,2% nesse período, com o crescimento destacado da indústria automobilística sendo, em parte, compensado pela diminuição na produção das indústrias de produtos químicos, metalurgia, produtos alimentícios e minerais não metálicos.

A frustração dos empresários mineiros com a evolução da atividade econômica nos primeiros meses do ano foi captada pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O Icei-MG, após se estabilizar no patamar de 63 pontos entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019, retrocedeu nos meses subsequentes, alcançando 55,6 pontos em junho, com recuo nos índices de condições atuais e de expectativas.

Tabela 4.1.3 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2019/2018
		Produção ^{2/} 2018	2019	
Grãos	34,0	13 694	13 454	-1,8
Soja	18,3	5 436	5 041	-7,3
Milho	10,2	6 664	6 652	-0,2
Feijão	3,6	492	507	3,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	17,6	70 797	73 603	4,0
Café	34,4	1 905	1 609	-15,5

Fonte: IBGE

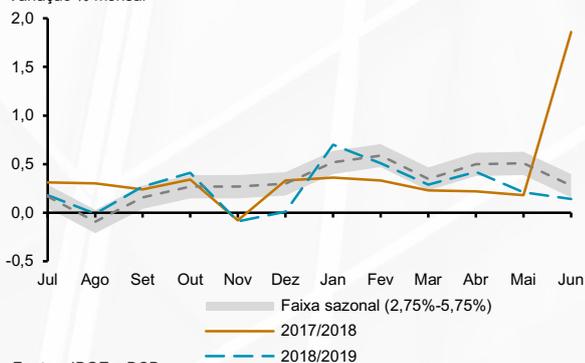
1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

Em 2019, a produção agrícola não deverá contribuir de forma significativa para a atividade econômica, tendo em vista as projeções de queda nas safras de café e de grãos. Segundo o LSPA de junho, do IBGE, a produção de grãos no estado deverá recuar 1,8%, com destaque para a redução na safra de soja, comprometida pelas condições climáticas adversas durante o crescimento da lavoura. A colheita de café deverá recuar 15,5%, em ciclo bienal de baixa produtividade.

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

Variação % mensal

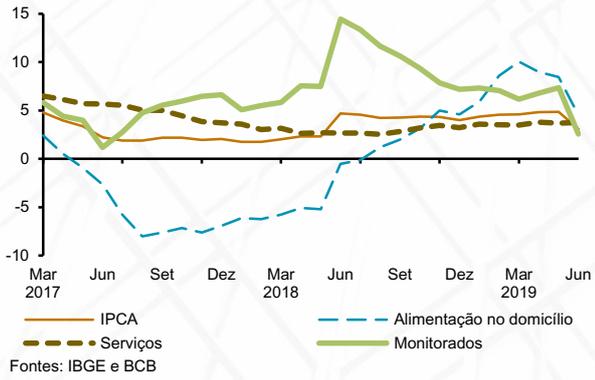


Fontes: IBGE e BCB

A inflação medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) recuou de 1,51%, no trimestre encerrado em março, para 0,77% em junho, mantendo-se em nível inferior ao da mediana histórica compatível com a meta. A desaceleração da inflação nesse período refletiu, em especial, a queda de 1,10% nos preços do segmento de alimentação no domicílio (destaque para o recuo nos preços do feijão carioca e alimentos *in natura*), ante alta de 5,67% no trimestre anterior. Em sentido oposto, os preços de itens monitorados aumentaram 2,15% nesse trimestre, ante acréscimo de 0,62% no trimestre anterior (impulsionados por energia elétrica, gasolina e planos de saúde).

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH

Varição % acumulada em 12 meses



A inflação acumulada em doze meses atingiu 3,08% em junho, desacelerando significativamente ante o resultado apurado até março (4,61%). Houve desaceleração na variação dos preços dos segmentos de alimentação no domicílio (4,50% em junho, ante 10,04% em março) e de monitorados (2,55% ante 6,14%). Nos grupos de serviços e bens industriais, houve aceleração na variação dos preços, mas permanecem em níveis confortáveis (3,76% e 1,82% ante 3,48% e 1,56%, na ordem).

4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2014 = 100

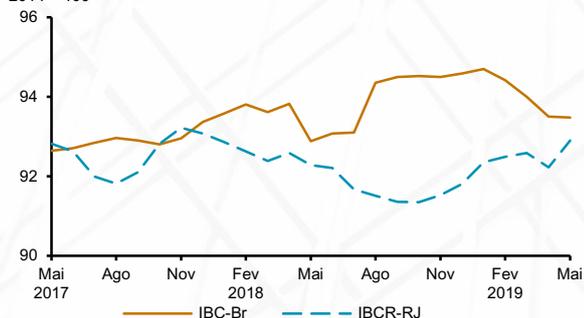
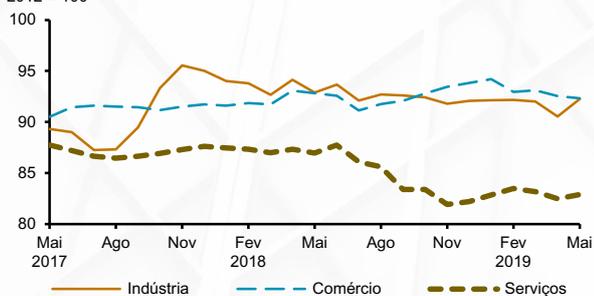


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro

%



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A economia fluminense continuou a crescer no trimestre finalizado em maio, registrando o segundo trimestre consecutivo de expansão, apesar dos resultados de alguns indicadores setoriais ainda apresentarem oscilação, indicativo de uma recuperação gradual. Enquanto os setores de comércio e serviços recuaram no período, a indústria apresentou ligeiro avanço, refletindo principalmente o desempenho da extrativa, mesmo em ambiente de queda da confiança dos empresários fluminenses. Nesse contexto, o IBCR-RJ variou 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, segundo dados com ajuste sazonal. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 0,3% em maio (-0,5% em fevereiro).

Pelo lado da demanda, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, o comércio varejista ampliado voltou a recuar no trimestre terminado em maio, -0,7% (-0,5% no trimestre encerrado em fevereiro). Houve queda de vendas em sete dos dez segmentos pesquisados, com destaque para hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -1,2%, e material de construção, -3,4%. Em contrapartida, favorecidos pela continuidade da expansão do crédito a pessoas físicas, os segmentos de veículos, motos, partes e peças e móveis e eletrodomésticos registraram desempenho positivo no trimestre, amenizando a queda do comércio fluminense.

Em linha com o comércio ampliado, o setor de serviços também apresentou desempenho negativo no trimestre. Segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE, o volume de serviços não financeiros no estado recuou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em contraste com o desempenho favorável observado no trimestre anterior (+1,9%). O resultado do trimestre repercutiu as retrações dos serviços de informação e comunicação, -0,7%, e de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, -1,2%.

O consumo das famílias ainda não exhibe sinais de recuperação, o que é compatível com o quadro atual de elevada ociosidade do mercado de trabalho fluminense. De acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, com ajuste sazonal, a taxa de desemprego no estado aumentou no primeiro trimestre de 2019, alcançando 15,3% (15,0% no quarto trimestre do ano anterior). O crescimento de 0,5% da população ocupada foi mais do que compensado pelo avanço

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018			2019	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	4,4	-0,6	20,8	-16,6	-5,6
Indústria de transformação	-0,6	-1,5	-1,1	-6,0	-1,7
Comércio	0,5	-4,9	15,6	-6,3	-5,5
Serviços	6,0	4,1	6,7	-4,8	0,3
Construção civil	-1,4	-1,3	2,0	0,8	-0,5
Agropecuária	0,1	3,1	-3,3	-0,5	2,5
Serviços ind. utilidade pública	0,1	0,3	0,5	0,2	-0,6
Outros ^{2/}	-0,2	-0,4	0,3	-0,0	0,1

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

da força de trabalho (0,8%). O movimento do indicador no estado foi contrário ao observado em nível nacional. Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2019 a taxa de desemprego no estado aumentou 0,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2018. Quanto aos níveis de remuneração, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram, na ordem, 8,7% e 10,2%, segundo a PNAD Contínua, no mesmo período.

Dados do Caged corroboram o fraco desempenho do mercado de trabalho no estado. Foram eliminados 5,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (+4,4 mil em igual período de 2018), concentrados nos segmentos de comércio e indústria de transformação. Considerando os últimos doze meses, o cenário é de quase estabilidade, uma vez que foram fechados no estado 2,0 mil postos de trabalho formais.

O mercado de crédito registrou retração no trimestre finalizado em maio, influenciado pelo desempenho negativo das operações com pessoas jurídicas. Na margem, as operações contratadas por pessoas jurídicas recuaram 4,8%, após aumento de 0,4% no trimestre anterior, repercutindo, em especial, as contrações nos financiamentos concedidos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool, às companhias de varejo, com predominância de alimentos, e às empresas de comércio atacadista, com exceção de veículos e motocicletas. Em sentido contrário, o segmento de operações com pessoas físicas expandiu 3,1% no trimestre (+1,5% em fevereiro), com destaque para as modalidades crédito consignado e crédito pessoal não consignado. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil diminuiu 2,0% no trimestre, após expansão de 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		Ac. 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	0,4	0,1	-0,1
Indústrias extrativas	28,1	3,7	4,9	-0,6
Indústrias de transformação	71,9	-1,5	-2,9	0,1
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-3,7	-6,0	2,5
Metalurgia	10,4	2,2	-7,1	-9,0
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-3,9	4,4	5,5
Bebidas	3,9	3,5	14,9	-4,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados

Do lado da oferta, a atividade industrial no estado apresentou avanço no trimestre finalizado em maio, 0,1%, registrando sua segunda alta consecutiva. O resultado refletiu a expansão da indústria extrativa, 4,9%, favorecida pela entrada em funcionamento de novas unidades de produção, e o recuo do segmento de transformação, 2,9%, principalmente da produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis.

De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o desempenho negativo da indústria de transformação no período ocorreu em cenário de estabilidade do Nuci, 76,0% (contra média histórica de 79,7%), e de recuo da

confiança dos empresários fluminenses, após dois trimestres consecutivos de alta. O Icei alcançou 57,1 pontos na média do trimestre terminado em maio (61,1 pontos no encerrado em fevereiro). O desempenho desse último indicador foi impactado principalmente pelo recuo da componente de expectativas, embora a mesma ainda permaneça em patamar de otimismo, 61,4 pontos (acima de 50 pontos), enquanto a componente relativa às condições atuais segue em patamar de pessimismo (48,0 pontos).

A balança comercial fluminense apresentou *superavit* de US\$5,7 bilhões no primeiro semestre de 2019 (US\$3,4 bilhões em igual período de 2018), de acordo com o Ministério da Economia, refletindo tanto o incremento das exportações, +16,8%, com ênfase na elevação do *quantum*¹³ (+15,6%) e nas vendas de petróleo e produtos manufaturados, apesar da diminuição nas exportações de veículos automotores, quanto a queda das importações, -3,3%, as quais foram impactadas pelo recuo dos *preços* (-10,8%).

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro somaram *deficit* nominal de R\$14,9 bilhões nos últimos doze meses terminados em maio, ante *deficit* nominal de R\$12,3 bilhões no ano de 2018, evidenciando piora gradual da situação fiscal. Esse resultado refletiu, em especial, a deterioração do resultado primário dos entes governamentais, que passou de *superavit* de R\$0,5 bilhões para *deficit* de R\$2,8 bilhões, apesar dos impactos positivos dos aumentos reais de 0,5% e 0,3% na arrecadação de ICMS e nas transferências da União ao estado, respectivamente. Em contrapartida, os juros nominais totalizaram R\$12,1 bilhões, ante R\$12,8 bilhões no ano de 2018 (redução de 5,1%). A dívida líquida alcançou R\$178,9 bilhões em maio, aumentando 5,2% em relação a dezembro de 2018.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

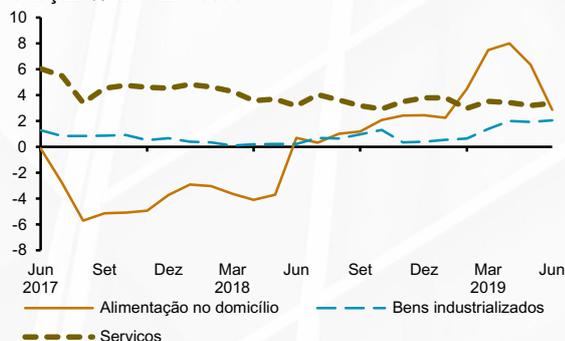
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2018		2019	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,59	0,59	1,81	0,46
Livres	69,5	-0,03	1,22	1,78	-0,03
Alimentação no domicílio	13,5	-3,11	1,56	5,19	-0,61
Bens industrializados	16,7	0,48	-0,19	0,79	0,97
Serviços	39,3	0,82	1,71	1,07	-0,25
Monitorados	30,5	2,03	-0,83	1,87	1,61

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2019.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

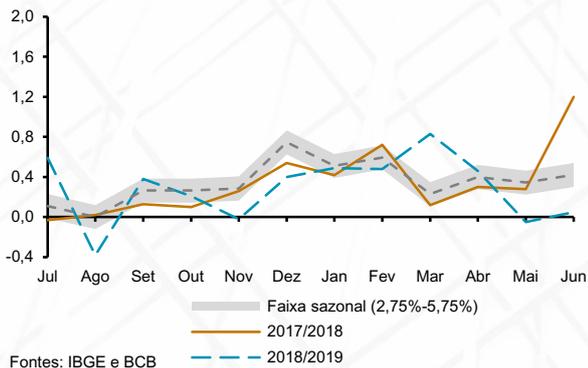
Variação % em 12 meses



O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, desacelerou de 1,81% no primeiro trimestre de 2019 para 0,46% no segundo trimestre, situando-se muito abaixo da mediana histórica relativa ao período de 2013 a 2018 e da variação observada no segundo trimestre do ano anterior (1,79%). Esse comportamento repercutiu, em grande parte, o arrefecimento dos preços de alimentação no domicílio, de 5,19% para -0,61%, em especial dos itens frutas, cereais, leguminosas e oleaginosas, tubérculos, raízes e legumes e leites e derivados. A inflação no setor de serviços desacelerou

13/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Gráfico 4.2.5 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal
Variação % mensal



para -0,25% no trimestre, após alta de 1,07% no trimestre anterior, com destaque para as quedas em excursão e condomínio. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes desaceleraram de 0,37% para 0,03% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio atingiu 47,9% no período, ante 55,5% no trimestre anterior.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 3,49% em junho, ante 4,13% em junho de 2018, repercutindo, especialmente, o impacto do arrefecimento dos preços monitorados, de 9,54% para 4,72%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

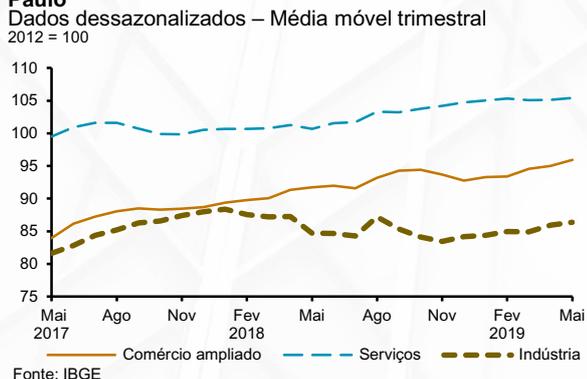


Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo

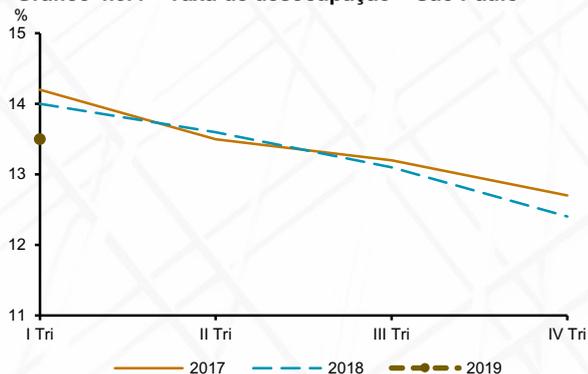


A economia paulista apresenta processo de desaceleração no ritmo da atividade econômica nos últimos trimestres. De acordo com dados divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o PIB de São Paulo manteve-se praticamente estável no primeiro trimestre de 2019 em relação ao quarto trimestre de 2018, quando havia aumentado de 0,1%, considerados dados com ajuste sazonal. O processo de moderação da atividade também foi observado no período mais recente, embora as estimativas do IBCR indiquem ainda manutenção de crescimento econômico na margem. No trimestre encerrado em maio, o IBCR-SP cresceu 0,4% ante o trimestre anterior (1,4% em fevereiro), segundo dados ajustados sazonalmente. Contribuíram para a desaceleração no último trimestre os setores de intermediação financeira e transportes.

No âmbito da demanda, o consumo das famílias apresenta comportamento oscilante, com peso expressivo do comércio de veículos nos resultados do consumo de bens. As vendas do comércio ampliado avançaram 2,7% no trimestre encerrado em maio frente ao trimestre terminado em fevereiro, quando recuaram 0,3% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Excluindo os segmentos de veículos, motos, partes e peças (+13,5%) e de material de construção (+5,1%), as vendas do comércio varejista diminuíram 0,5% nesse trimestre frente a queda de 0,3% naquele encerrado em fevereiro.

Os índices de confiança relacionados ao consumo decresceram no decorrer do segundo trimestre de 2019, movimento consistente com arrefecimento da atividade econômica no estado. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), elaborado mensalmente pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), recuou para 107,4 pontos em junho frente a 139,4 em fevereiro e 125,5 em março de 2019. Os valores dos dois componentes que constituem o ICC indicam que o consumidor continua pessimista com as condições econômicas atuais e menos otimista quanto ao futuro. Em contrapartida, na comparação com o mesmo período do ano passado, o ICC estava 3,3% maior em junho de 2019. De forma semelhante, o Icec e ICF decresceram respectivamente para 117,0 e 94,5 pontos em junho após atingirem 125,3 e 103,5 pontos em março, resultando na terceira queda mensal consecutiva do Icec e na quarta queda consecutiva do ICF.

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	84,0	45,1	53,3	-33,3	48,2
Indústria de transformação	20,1	-9,7	-6,3	-3,2	7,5
Comércio	-2,2	5,5	37,2	-16,6	-7,2
Serviços	58,3	22,7	39,6	13,1	25,2
Construção civil	2,9	1,3	-2,7	-0,0	2,4
Agropecuária	1,9	25,8	-13,9	-21,7	18,1
Serv. industr. de utilidade pública	1,0	0,9	-0,1	-0,6	0,5
Outros ^{2/}	2,1	-1,3	-0,5	-4,4	1,7

Fonte: Caged

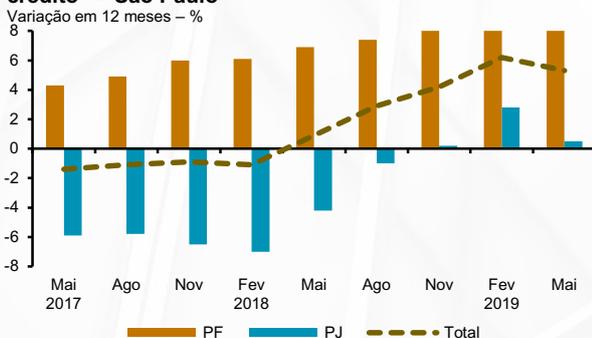
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Em linha com o comportamento dos indicadores de confiança e em sentido oposto ao comércio de bens, o volume de serviços não financeiros desacelerou para 0,1% no trimestre terminado em maio em relação ao trimestre findo em fevereiro, quando crescera 1,1% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. O resultado no trimestre refletiu, principalmente, as retrações nos segmentos de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,9%) e outros serviços (-1,4%), compensadas pelo crescimento em serviços prestados às famílias (+4,8%).

O mercado de trabalho formal continua apresentando redução do ritmo de contratação líquida na comparação interanual, embora em ritmo menor. Segundo dados do Caged, foram criados 48,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, com destaque para serviços e agropecuária, em comparação à criação de 84,0 mil postos no mesmo período do ano anterior, quando se destacaram serviços e indústria. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 14,0%, no primeiro trimestre de 2018, para 13,5%, no mesmo período de 2019 (12,4%, no quarto trimestre de 2018). Na margem, a taxa de desocupação dessazonalizada recuou ligeiramente, para 12,9% ante 13,1% no quarto trimestre de 2018.

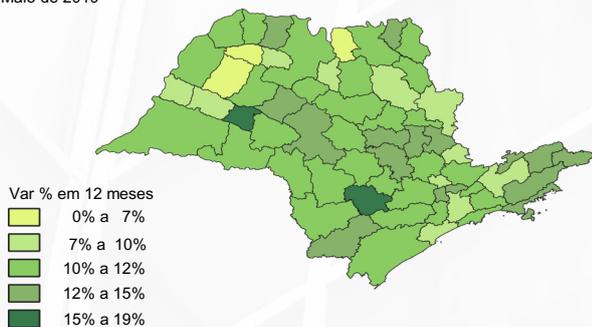
Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 4.3.1 – Crédito a pessoas físicas – São Paulo^{1/}

Maio de 2019



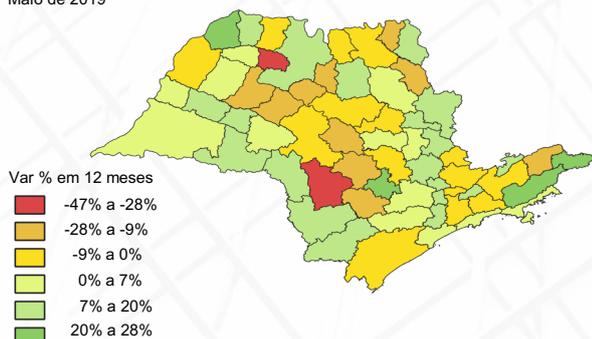
1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito para pessoas físicas cresceu 2,9% no trimestre encerrado em maio e 10,4% em doze meses, destacando-se as modalidades crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. Por sua vez, o saldo das operações às pessoas jurídicas diminuiu 1,0% no trimestre, destacando-se os recuos do financiamento com recursos do BNDES e do desconto de títulos, mantendo, porém, crescimento de 0,5% em doze meses. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil expandiu em 0,9% na avaliação trimestral e 5,3% em doze meses.

Analisando as operações de crédito por microrregião, Itapetininga e Tupã destacaram-se com as maiores variações da carteira de crédito às pessoas físicas em doze meses, condicionadas em grande parte por financiamento imobiliário e financiamento rural, respectivamente. Em relação às pessoas jurídicas, as maiores variações concentraram-se em Bananal, Jales, Paraibuna e Tatuí, baseadas, conjuntamente, em capital de giro, aquisição de veículos e adiantamentos sobre contratos de câmbio; por outro lado, Avaré e Nhandeara apresentaram as maiores retrações,

Figura 4.3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – São Paulo^{1/}

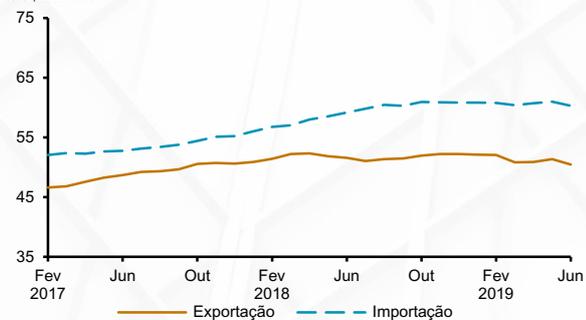
Maio de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo
Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2019			
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,67	1,60	0,58	3,73
Livres	73,9	2,90	1,74	0,15	3,46
Alimentação no domicílio	14,0	5,44	4,11	-0,87	3,85
Bens industrializados	22,1	0,74	1,01	-0,35	1,33
Serviços	37,8	3,31	1,30	0,83	4,57
Monitorados	26,1	5,94	1,20	1,81	4,51
Principais itens					
Alimentação	23,6	4,42	2,74	-0,01	4,46
Habitação	15,5	4,56	0,75	1,57	5,50
Artigos de residência	3,4	3,31	1,25	-1,11	3,80
Vestuário	5,0	0,41	-0,29	0,25	0,27
Transportes	19,5	3,30	2,15	-0,30	2,26
Saúde	12,9	4,19	1,11	2,66	4,60
Despesas pessoais	11,4	3,19	0,67	0,60	3,63
Educação	5,3	5,35	3,72	0,29	5,17
Comunicação	3,3	-0,35	-0,22	0,04	-0,34

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2019.

resultado das diminuições de crédito ao custeio e de capital de giro, respectivamente; a microrregião de São Paulo, por sua vez, também apresenta redução em consequência do financiamento de projetos.

A desaceleração da atividade econômica no estado teve reflexos no âmbito fiscal, com a arrecadação tributária perdendo ímpeto em 2019. De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS recuou 3,6% e as transferências da União caíram 1,7% (ambos deflacionados pelo IGP-DI) no acumulado em doze meses até maio de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A produção industrial do estado, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE, cresceu 1,7% no trimestre encerrado em maio, em comparação à alta de 1,8% do trimestre encerrado em fevereiro, com quatorze dos dezoito setores apresentando alta, destacando-se, nesse sentido, os segmentos de veículos e máquinas e equipamentos. O total de horas trabalhadas na produção subiu 0,4% no trimestre encerrado em maio em comparação à alta de 1,0% do finalizado em fevereiro, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse desempenho, porém, não se refletiu na melhora da confiança do empresário industrial no trimestre, cujo índice (IcEI) recuou de 59,9, em março, para 53,6, em junho, influenciada pelas condições atuais da economia brasileira. O nível de ociosidade continua elevado, com o Nuci alcançando 75,9 no trimestre encerrado em maio, estável em relação aos 75,5 observados em fevereiro.

O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US\$4,2 bilhões, no primeiro semestre de 2018, para US\$5,4 bilhões, em igual período de 2019. O comportamento refletiu a contração de 6,8% das exportações, resultante de variações de -2,8% nos preços e de 4,1% no *quantum*¹⁴, com destaque para a retração das vendas de açúcar (em bruto e refinado), soja, veículos de carga e tratores. As importações, sensibilizadas pela queda de 1,1% no *quantum* e 0,7% nos preços, recuaram 1,7%, com diminuições especialmente nas aquisições de bens intermediários.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 0,58% no segundo trimestre de 2019 (1,60% no primeiro trimestre de 2019). O resultado decorreu, principalmente, da desaceleração da variação dos preços livres, de 1,74% para 0,15%, destacando-se a reversão na variação dos preços

14/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

dos alimentos *in natura*. No segmento de preços monitorados, destacou-se a aceleração dos preços de gás encanado, de 8,32% para 19,69%, no período considerado.

No acumulado em 12 meses, o IPCA da RMSP foi de 3,73% em junho de 2019 (4,78% em junho de 2018). A desaceleração decorreu da menor variação dos preços monitorados (de 11,42% para 4,51%), com destaque para a queda nos preços da gasolina, enquanto os preços livres aceleraram de 2,63% para 3,46%.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

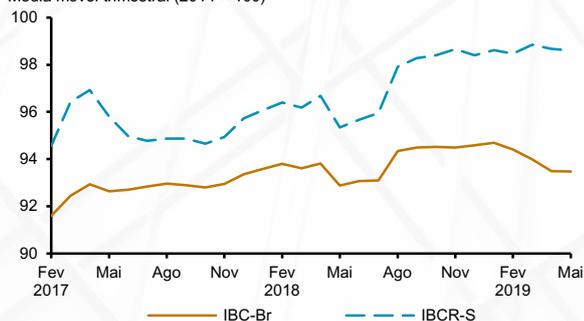
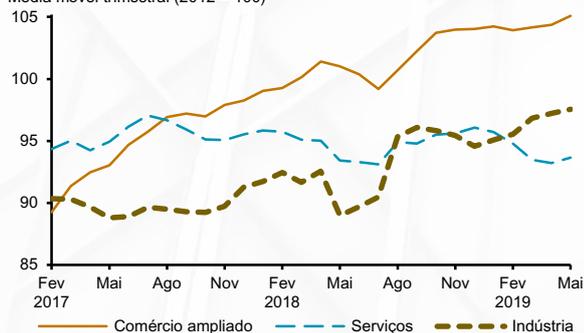


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

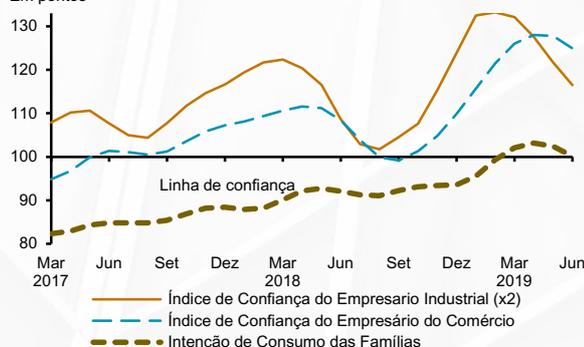
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

A evolução dos principais indicadores econômicos do Sul sinaliza acomodação no processo de recuperação da atividade na margem – o IBCR-S avançou 0,2% no trimestre encerrado em maio, na comparação com o finalizado em fevereiro (-0,2%), dados dessazonalizados. Na avaliação de maior prazo, no entanto, a região vem apresentando retomada em ritmo mais intenso do que a média para o país¹⁵ – o IBCR-S cresceu 3,3% no acumulado em doze meses, enquanto a atividade nacional – medida pelo IBC-Br – cresceu 1,3%. Note-se que esses resultados repercutiram, em especial, as diferentes trajetórias da produção industrial.

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio cresceram 1,1% no conceito ampliado – que inclui as vendas automotivas e de material de construção – no trimestre até maio, em comparação ao finalizado em fevereiro, quando permaneceram relativamente estáveis, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O volume comercializado expandiu em sete das dez atividades incluídas na pesquisa, principalmente em material de construção e em veículos, motocicletas, partes e peças.

O avanço de 5,2% em doze meses até maio ratifica a tendência de crescimento das vendas, porém com desaceleração ao longo do período – em 2018, essa variação atingira 13,5% em maio e 6,8% em dezembro. Com exceção das vendas de impressos, houve expansão nas demais atividades, com destaque para as automotivas (10,5%). Dados mais recentes para esse segmento indicam continuidade do desempenho favorável. No acumulado de doze meses, o número de licenciamentos de veículos e comerciais leves (*proxy* de vendas de carros novos) variou 6,9% em junho, segundo a Fenabrave. Na margem, observou-se aumento de 5,3% nos licenciamentos do segundo trimestre, comparativamente ao primeiro (dados dessazonalizados) e de 2,3% comparativamente a igual período de 2018.

15/ Vide boxe Decomposição da atividade regional.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

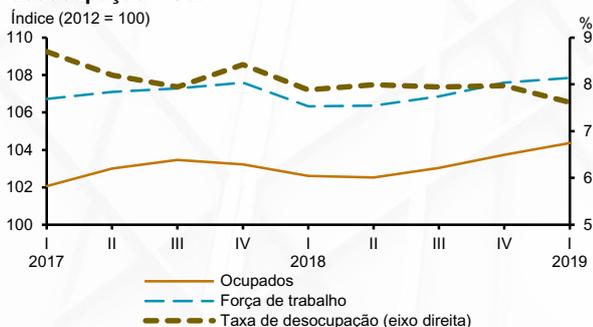
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018			2019	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	21,0	-7,3	68,8	36,0	1,9
Indústria de transformação	13,0	-13,3	-0,8	10,0	7,9
Comércio	-2,5	-4,6	33,4	-2,1	-3,4
Serviços	22,4	13,8	27,8	18,6	10,4
Construção civil	4,6	-0,2	0,0	0,1	3,2
Agropecuária	-17,7	-2,9	7,6	10,0	-17,6
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,1	0,8	0,4	0,1
Outros ^{2/}	1,2	-0,3	0,0	-1,1	1,2

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

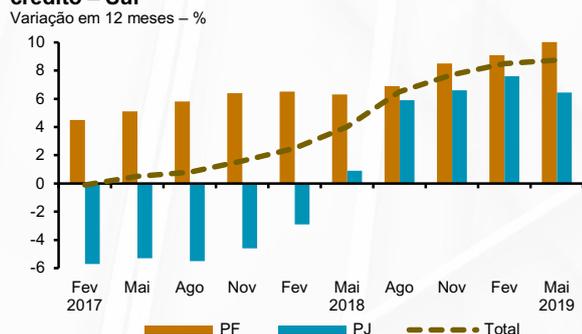
Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Os empresários do comércio mantiveram-se otimistas, porém com piora nas avaliações das condições atuais tanto da economia quanto do setor. O Icec da CNC – que mede a confiança dos empresários do comércio – atingiu 121 pontos¹⁶ em junho, ante 129,7 pontos em março. Os consumidores também reavaliaram suas expectativas, e a ICF voltou a apontar pessimismo em junho ao totalizar 96,3 pontos, após ter permanecido em área otimista por quatro meses em sequência – o que não ocorria desde maio de 2015.

A prestação de serviços não financeiros permanece sem apresentar sinais de retomada das atividades na região – o volume diminuiu 1,2% no trimestre encerrado em maio, ampliando o recuo observado no trimestre até fevereiro (0,9%), de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Com exceção da atividade de outros serviços, que assinalou relativo crescimento no período, houve queda nos demais segmentos. Em doze meses até maio, a prestação de serviços recuou 0,3%, comparativamente a igual período do ano anterior.

De forma geral, houve desaceleração no ritmo de recuperação do mercado de trabalho. No trimestre até maio, foram criados 1,9 mil empregos, ante 21,0 mil do mesmo período de 2018, de acordo com dados do Caged. Essa movimentação deveu-se às demissões sazonais na agropecuária, que foram compensadas pelos outros setores, porém em menor grau, comparativamente ao ocorrido em 2018. Destacou-se, positivamente, o setor de serviços, com geração líquida de vagas pelo nono trimestre em sequência. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego cresceu 0,2% no trimestre até maio, em relação ao encerrado em fevereiro, consistindo no oitavo aumento consecutivo em bases trimestrais.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 8,1% no primeiro trimestre de 2019, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, apresentando melhora relativamente ao mesmo período de 2018, 8,4%. A evolução decorreu do aumento mais intenso na população ocupada (em especial empregados do setor privado com carteira e empregados domésticos) do que na força de trabalho. Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação também arrefeceu na passagem do último trimestre de 2018 para o primeiro de 2019, de 8,0% para 7,6%. A comparação interanual revela crescimento real de 3,7% no rendimento do trabalho, superior à média para o país, 1,2%.

Tabela 5.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Sul^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	127 201	150 094	18,0	7,5
Capital de giro	46 104	52 766	14,4	1,0
Financiamentos a exportação	24 238	29 160	20,3	5,8
Outros créditos livres	20 034	21 509	7,4	2,7
Títulos descontados	18 211	22 580	24,0	22,4
Direcionados	106 746	98 927	-7,3	-8,4
BNDES	64 874	61 350	-5,4	-7,0
Financiamentos imobiliários	5 652	4 638	-17,9	-21,6
Financiamentos rurais	27 151	24 257	-10,7	-16,1
Outros créditos direcionados	9 069	8 682	-4,3	-1,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.3 – Crédito a pessoas físicas – Sul^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	147 897	171 227	15,8	14,5
Cartão de crédito à vista	20 808	25 585	23,0	20,5
Crédito pessoal consignado	49 920	56 167	12,5	10,5
Crédito pessoal não consig.	20 093	23 797	18,4	17,8
Financiamentos de veículos	33 253	38 779	16,6	15,9
Direcionados	190 457	202 100	6,1	6,3
BNDES	24 534	25 894	5,5	5,4
Financiamentos imobiliários	112 310	119 151	6,1	5,8
Financiamentos rurais	53 208	56 979	7,1	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.4 – Produção agrícola – Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2019	2019/2018
Grãos	73,0	78 359	5,2
Soja	47,1	37 045	-5,4
Milho	11,3	25 181	32,6
Arroz	9,3	8 536	-11,3
Feijão	2,6	830	2,8
Trigo	2,2	5 442	14,8
Outras lavouras			
Fumo	7,8	734	-5,9
Mandioca	3,7	4 676	-3,9
Cana-de-açúcar	3,4	41 598	-3,4
Uva	1,8	749	-20,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

O crédito bancário total no Sul vem apresentando taxas de crescimento expressivas desde o segundo semestre de 2018, mantendo tendência similar à nacional na evolução dos segmentos de crédito livre e direcionado, especialmente para pessoas jurídicas. Em maio, a comparação interanual indicou expansão nas principais linhas com juros livremente contratados – destacando as operações de capital de giro, com prazos contratuais mais longos, e as das operações de desconto de títulos, com maior liquidez – e redução nos saldos com direcionamento de crédito. Os financiamentos a exportações aumentaram 20,3% no mesmo período, sustentando a tendência observada no ano anterior. Por sua vez, a taxa de inadimplência, 1,9% da carteira total em maio, atingiu o menor valor desde dezembro de 2013. Note-se, na margem, arrefecimento na taxa de expansão do estoque de crédito a PJ, reflexo da interrupção do processo de retomada da atividade econômica.

Em relação às pessoas físicas, a expansão interanual de 10,3% no saldo total de crédito também foi liderada pelo segmento com recursos livres, principalmente em cartão de crédito à vista, crédito pessoal não consignado e financiamentos de veículos. No segmento direcionado, destacaram-se os financiamentos rurais e os imobiliários, com expansões de 7,1% e 6,1%, respectivamente. A inadimplência da carteira, de 2,4% em maio, mantém-se ininterruptamente abaixo de 3,0% desde junho de 2016, indicando processo sustentado do endividamento das famílias.

Relativamente aos indicadores de oferta, o LSPA de junho do IBGE, estima produção de 78 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas no Sul, aumento de 5,2% ante a safra anterior (+3,8 milhões de toneladas). A estiagem impactou a produção de soja (em SC e no PR), que retraiu 5,4%; contudo, a colheita de milho deve crescer 32,6% (+6,2 milhões de toneladas), favorecida por aumento significativo na área colhida, nas duas safras. Responsável por 82% da produção nacional de arroz em 2019, a quantidade deve recuar 11,3%, refletindo a queda de 8,1% na área cultivada e o impacto do excesso de chuvas sobre a produtividade. Dentre as demais lavouras, ressalte-se as reduções de 5,9% na produção de fumo e de 3,9% na de mandioca. O número de abates de aves e suínos expandiu 3,8% e 1,9% nos cinco primeiros meses de 2019, comparativamente a igual período do ano anterior, enquanto o de bovinos retraiu 8,5%, conforme informações do Mapa. A região respondeu

Tabela 5.5 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,1	2,1	7,0
Produtos alimentícios	19,7	5,8	2,3	-1,3
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	3,0	4,2	26,2
Máquinas e equipamentos	8,8	3,6	3,9	13,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-5,4	-1,9	9,0
Outros produtos químicos	5,7	-5,2	8,2	2,1

Fonte: IBGE

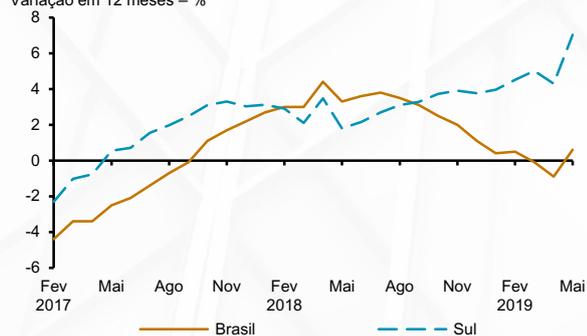
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Produção industrial

Indústria de transformação

Variação em 12 meses – %



Fonte: IBGE e BCB

Tabela 5.6 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	23 632	21 402	-9,4
Básicos	11 045	9 611	-13,0
Industrializados	12 587	11 791	-6,3
Semimanufaturados	2 198	2 340	6,4
Manufaturados	10 389	9 451	-9,0
Importações	18 268	18 540	1,5
Bens de capital	2 324	2 470	6,3
Bens intermediários	10 899	11 403	4,6
Bens de consumo	3 328	3 317	-0,3
Combustíveis	1 718	1 350	-21,4
Saldo comercial	5 364	2 862	-46,6

Fonte: Ministério da Economia

17/ 50 pontos indicam neutralidade.

por 66%, 71% e 7% do total nacional de abates, respectivamente, na mesma base de análise.

A atividade industrial do Sul apresentou expansão de 2,1% no trimestre finalizado em maio, em comparação ao encerrado em fevereiro, quando permanecera estável, de acordo com dados consolidados e dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve expansão em treze das dezoito atividades incluídas na pesquisa, com destaque para a fabricação de produtos do fumo e de outros produtos químicos. No acumulado em doze meses até maio, a indústria registrou crescimento de 7,0%, em relação a igual período anterior, taxa bem superior à média nacional para a indústria de transformação (0,6%), repercutindo, em boa medida, as diferentes intensidades de crescimento na indústria automotiva na região (26,2%) e no país (8,7%). Proxy do investimento no setor, observou-se expansão de 4,3% no licenciamento de caminhões e ônibus no segundo trimestre, ante o primeiro, e de 36,0% ante igual intervalo de 2018.

O Nuci atingiu 71% em maio, indicando elevada ociosidade da capacidade instalada, segundo a Sondagem Industrial da CNI. Adicionalmente, o percentual de utilização manteve-se abaixo do usual para o mês, contribuindo para a redução da confiança dos empresários – o Icei da CNI totalizou 58,2 pontos no segundo trimestre do ano, ante 66,1 pontos no primeiro. Embora permaneça em zona de otimismo, houve deterioração em todos os segmentos, especialmente nas expectativas para a economia brasileira nos próximos seis meses.¹⁷

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$2,9 bilhões no primeiro semestre de 2019, 46,6% abaixo do registrado em igual período de 2018. A redução das exportações, excluídas as plataformas para exploração de petróleo no âmbito do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro), resultou da combinação de quedas de 6,3% nos preços e de 2,7% no *quantum*. A redução mais significativa ocorreu em produtos básicos, principalmente pelo recuo de 42,2% nas exportações de soja, especialmente para a China, que foi parcialmente compensado por aumentos nos embarques de carnes de frango e suíno e fumo. As vendas de semimanufaturados apresentaram alta, sobretudo pelas maiores vendas de celulose

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Maio de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	13 326	366	1 529	11 932	-2 185	-1 091
RS	90 337	1 037	6 460	93 621	1 214	6 521
SC	16 519	943	2 116	17 009	- 937	197
Total (A)	120 182	2 345	10 105	122 562	-1 908	5 627
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	884 802	-6 412	51 020
(A/B) (%)	13,6	-49,1	18,5	13,9	29,8	11,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2018	2019			
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses	
IPCA	100,0	4,02	1,23	0,64	2,84	
Livres	74,9	3,27	1,42	0,25	2,86	
Alimentação no domicílio	16,5	6,68	3,49	-0,83	3,44	
Bens industrializados	24,5	1,17	0,16	0,73	1,10	
Serviços	33,9	3,24	1,34	0,45	3,88	
Administrados	25,1	6,28	0,68	1,78	2,79	
Principais itens						
Alimentação	25,2	5,36	2,70	-0,44	3,35	
Habitação	16,0	6,20	0,37	0,87	3,39	
Artigos de residência	4,2	4,07	0,53	-0,16	3,00	
Vestuário	6,1	-0,42	-1,33	1,33	-0,13	
Transportes	18,5	3,01	0,43	0,61	0,78	
Saúde	12,0	3,96	1,73	3,12	5,57	
Despesas pessoais	10,4	3,37	1,13	0,52	3,78	
Educação	4,3	4,48	4,06	0,28	4,38	
Comunicação	3,3	0,03	-0,33	-0,04	-0,31	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2019.

18/ Corrigidas pelo IGP-DI.

19/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

(US\$1,2 bilhões em 2019), enquanto a redução nas exportações de manufaturados destacou o recuo de 37,4% em automóveis de passageiros, em especial para a Argentina. Na mesma base de comparação, as importações da região cresceram 1,5%, resultado que derivou do aumento de 2,5% nas quantidades adquiridas. O destaque nas compras de bens de capital deveu-se às maiores importações de equipamentos de transporte, em especial de veículos para carga de até 5 toneladas da Argentina. Houve aumentos das importações dos três principais parceiros: China, Argentina e Estados Unidos.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul passou de *deficit* em 2018 para *superavit* de R\$1,9 bilhão em doze meses até maio, repercutindo a reversão na trajetória dos fluxos de Santa Catarina e Paraná, haja vista a elevação do *deficit* do Rio Grande do Sul. Essa melhora implicou recuo de 44,3% no *deficit* nominal para essa base de comparação. O estoque da dívida pública totalizou R\$122,6 bilhões, 76,4% dos quais devidos pelo RS.

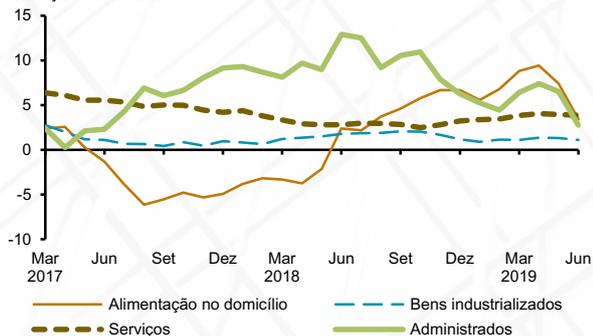
A arrecadação de ICMS atingiu R\$85,7 bilhões, no acumulado em doze meses até maio, 0,9% inferior à registrada em igual período do ano anterior, em termos reais. Essa evolução destoa do resultado positivo atingido nos oito trimestres anteriores. No mesmo intervalo, as transferências da União para o Sul totalizaram R\$25,7 bilhões, mantendo-se estáveis, em termos reais, em relação aos doze meses anteriores.¹⁸

O IPCA no Sul¹⁹ variou 0,64% no segundo trimestre, 0,56 p.p. abaixo do primeiro, refletindo desaceleração nos preços livres e aceleração nos preços administrados. No primeiro segmento, a maior contribuição baixista adveio dos preços de alimentação no domicílio, especialmente alimentos *in natura* (frutas) e semielaborados (feijão e carnes). Dentre os preços administrados, sobressaíram os aumentos em gasolina (1,79%), ônibus urbano (2,13%), taxa de água (4,37%), gás encanado (16,48%) e medicamentos. O índice de difusão – proporção dos bens com elevação de preço – atingiu 55,7% no segundo trimestre, ante 54,8% no anterior.

Em doze meses até junho, o IPCA acumulou variação de 2,84% (4,87% até junho de 2018), positivamente

Gráfico 5.7 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

impactado pela desaceleração pronunciada nos preços administrados (de 12,90% para 2,79%), compensando a aceleração nos preços livres (de 2,37% para 2,86%).

Os principais indicadores econômicos do Sul permanecem com flutuações nos resultados de curto prazo e diferentes dinâmicas setoriais. No entanto, em horizonte mais longo, a região apresenta crescimento mais intenso do que a média para o país. A indústria desempenha papel fundamental nesse processo, com maior disseminação da recuperação entre as atividades, embora permaneça a elevada ociosidade da capacidade instalada. No mercado de trabalho, por um lado, o emprego com carteira assinada dá sinais de arrefecimento no ritmo de expansão, por outro, o recuo da taxa de desocupação e a expansão da massa de rendimentos sugerem a ampliação discreta da demanda nos próximos trimestres, que deverá ser pontualmente reforçada pela liberação de recursos das contas do FGTS. Em igual sentido, dados do mercado de crédito sinalizam comportamento benigno, sem que se observe escassez no financiamento de famílias e empresas.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

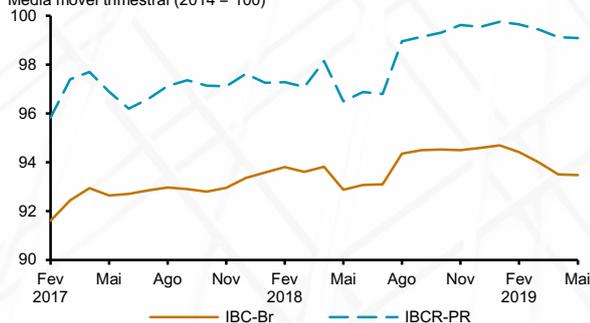


Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

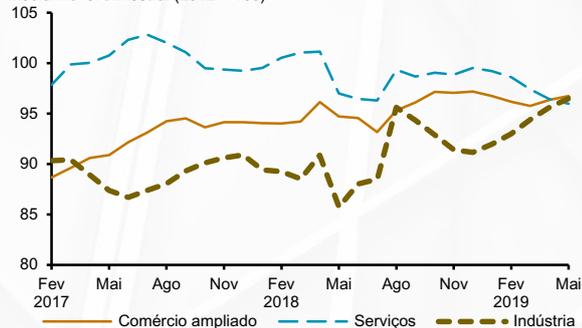
Setores	Variação % no período			
	2018 Ano	2019		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	-2,0	-1,5	0,2
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-15,5	-11,3	-7,9
Hiper e supermercados	1,9	1,1	-0,4	-0,3
Tec., vest. e calçados	-9,4	1,2	-3,9	-6,0
Móveis e eletrodomésticos	4,6	-3,2	1,4	1,0
Comércio ampliado	3,2	-0,9	0,6	2,3
Automóveis e motocicletas	5,0	1,8	2,9	6,3
Material de construção	5,7	-2,6	9,3	6,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR

Dados dessazonalizados



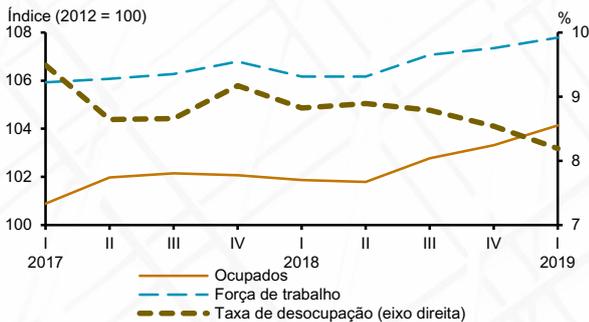
Fonte: IBGE

O PIB paranaense recuou 1,6% no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), refletindo quedas nos três setores, especialmente na agropecuária (7,3%), impactada pela estiagem que afetou a colheita de soja, e na indústria de transformação (1,8%), sobretudo pela menor produção de bebidas e de produtos de madeira. Indicadores mensais corroboram a moderação no ritmo de crescimento da economia estadual – o IBCR-PR retraiu 0,6% no trimestre encerrado em maio, ante estabilidade no finalizado em fevereiro, segundo dados dessazonalizados. Em doze meses, a atividade paranaense cresceu 2,6% em maio, ante 1,9% em fevereiro.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio apresentam ritmo de vendas mais discreto, com desempenho inferior ao da região e do país. No trimestre até maio, o volume de vendas cresceu 0,6% no conceito ampliado, que inclui automóveis e material de construção. O volume comercializado em doze meses até maio expandiu 2,3%, ante médias de 5,2% na região e 3,8% no país. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam continuidade do crescimento das vendas de veículos na margem. O número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves aumentou 5,5% no segundo trimestre, ante o primeiro (dados dessazonalizados), embora ainda se situe 1,0% abaixo do registrado em igual período de 2018.

A confiança dos empresários do comércio paranaense interrompeu a trajetória ascendente registrada desde setembro de 2018, porém ainda se mantém em patamar de otimismo, de acordo com dados da CNC, divulgados pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR). O Icec alcançou 124,8 pontos em junho, ante 133,4 pontos em março, com piora significativa no componente de condições atuais. No mesmo sentido, a intenção de consumo das famílias curitubanas diminuiu, principalmente naquelas com renda superior a dez salários mínimos, movimento oposto ao observado no início do ano. O ICF atingiu 99,7 pontos em junho – variações de -11,9% e -4,5% comparativamente às registradas em março e em igual mês de 2018. Dentre os fatores avaliados na pesquisa, destacou-se a retração na perspectiva profissional (sensação de segurança no emprego).

Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}

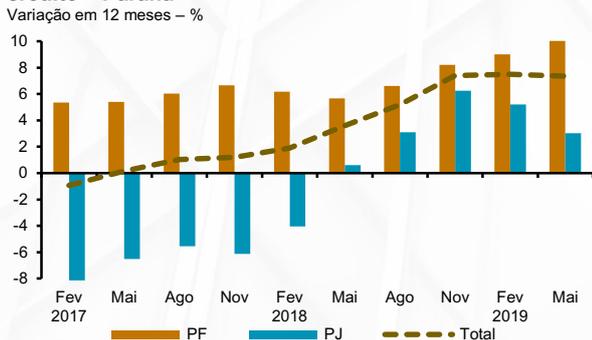


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

O volume de serviços recuou 2,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE, repercutindo, principalmente, reduções no volume de serviços de transportes e prestados às famílias. No acumulado em doze meses até maio, o volume de serviços atenuou a queda, passando de 1,9% em fevereiro para 1,4% em maio, relativamente a iguais períodos anteriores.

No mercado de trabalho, observou-se criação de 10,9 mil postos formais no trimestre finalizado em maio, ante 17,5 mil no mesmo período de 2018, conforme dados do Caged. O setor de serviços – com aumento de vagas pelo nono trimestre em sequência – respondeu pelo maior número de novos postos, embora em quantidade expressivamente inferior ao de igual trimestre de 2018. A construção civil destacou-se pela geração de 3,6 mil vagas com carteira assinada, enquanto a indústria assinalou redução no trimestre, principalmente na atividade de madeira e mobiliário.

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2019, 8,9%, recuou 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A evolução decorreu do aumento mais intenso na população ocupada relativamente à força de trabalho. Na série com ajuste sazonal, também se observou redução na taxa de desocupação, que atingiu 8,2% no primeiro trimestre, ante 8,5% no último trimestre de 2018. A comparação interanual revela melhoria real no rendimento médio do trabalho (6,2%), superior aos indicadores para Sul (3,7%) e Brasil (1,2%).

Tabela 5.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Paraná^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná 2018	Paraná 2019	Brasil Var. %	Brasil Var. %
Livres	43 583	50 772	16,5	7,5
Capital de giro	16 461	18 612	13,1	1,0
Financiamentos a exportação	10 087	11 752	16,5	5,8
Outros créditos livres	5 844	6 267	7,2	2,7
Títulos descontados	4 050	5 206	28,5	22,4
Direcionados	41 776	37 160	-11,0	-8,4
BNDES	24 420	22 536	-7,7	-7,0
Financiamentos rurais	12 608	10 404	-17,5	-21,6
Outros créditos direcionados	2 727	2 757	1,1	-1,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo nominal das operações de crédito no Paraná cresceu 7,3% em maio, na comparação interanual, totalizando R\$229,9 bilhões, com dinâmica distinta na evolução recente dos segmentos de pessoas físicas e jurídicas. Enquanto o estoque de crédito às famílias mantém a tendência de crescimento observada desde 2017, o saldo agregado a pessoas jurídicas cresceu 3,0% em maio, ante 5,2% em fevereiro, refletindo o nível de atividade econômica aquém do previsto em 2019. Some-se a isso, a substituição do crédito direcionado, especialmente oriundo do BNDES, pelo livre, o que ocorre nacionalmente. No estado, o saldo nominal de crédito a PJ com o banco de desenvolvimento atingiu o pico em maio de 2015, R\$34,8 bilhões, e, posteriormente, contraiu de maneira constante. Por outro lado, no segmento com recursos livres, destacaram-se as operações

Tabela 5.1.3 – Crédito a pessoas físicas – Paraná^{1/}
Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná	Paraná	Brasil	Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	53 538	62 174	16,1	14,5
Cartão de crédito à vista	8 326	10 212	22,7	20,5
Crédito pessoal consignado	18 210	20 238	11,1	10,5
Crédito pessoal não consig.	6 582	7 816	18,8	17,8
Financiamentos de veículos	12 210	14 299	17,1	15,9
Direcionados	75 281	79 809	6,0	6,3
BNDES	10 692	11 141	4,2	5,4
Financiamentos imobiliários	44 055	46 988	6,7	5,8
Financiamentos rurais	20 347	21 655	6,4	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.4 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2019	2019/2018
Grãos	75,7	37 342	6,4
Soja	51,7	16 221	-15,8
Milho	15,5	16 638	40,2
Feijão	4,3	612	4,6
Trigo	3,4	3 236	14,7
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	7,1	40 662	-3,3
Mandioca	4,8	3 373	-3,1
Fumo	3,4	169	-11,3
Laranja	1,6	795	-6,6
Batata-inglesa	1,5	771	-2,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

Tabela 5.1.5 – Produção industrial – Paraná
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,8	3,8	6,3
Produtos alimentícios	22,7	14,9	2,7	-2,8
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-7,0	-0,9	7,6
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	3,7	11,3	24,4
Máquinas e equipamentos	6,7	5,1	12,7	18,6
Celulose e prod. papel	5,5	0,4	-1,8	3,5
Outros produtos químicos	4,7	-7,9	1,8	8,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

de desconto de títulos, com crescimento de 28,5% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. A inadimplência das empresas apresentou queda na margem, atingindo 2,4%.

O estoque de crédito às famílias expandiu 10,2% em maio, na comparação interanual, com destaque para o avanço das operações sem consignação em folha e dos financiamentos de veículos, nas linhas livres, e para o crescimento de 6,7% nos financiamentos imobiliários, nas linhas direcionadas. A inadimplência das pessoas físicas atingiu 2,4% em maio, mantendo-se em patamar baixo desde abril de 2018.

Relativamente à oferta, o LSPA de junho do IBGE estima crescimento de 6,4% na safra de grãos em 2019, totalizando 37,3 milhões de toneladas (15,8% da produção nacional). Condições climáticas desfavoráveis nas safras de verão impactaram a lavoura de soja, cuja produção retraiu 15,8%, e a de feijão 1ª safra, com recuo de 19,8%, refletindo também a diminuição da área cultivada. Assinale-se os bons resultados para o milho, cuja produção deve expandir 40,2%, em parte pelo crescimento de 6,8% na área colhida. Os cultivos de 2ª safra poderão ser impactados pelas fortes geadas ocorridas no início de julho. Dentre as demais lavouras, destaque para as menores produções de mandioca (3,1%) e fumo (11,3%). O número de abates de aves e suínos cresceu 2,8% e 1,0% nos cinco primeiros meses de 2019, ante igual intervalo do ano anterior, enquanto o de bovinos diminuiu 5,8%. A participação estadual no total dos abates do país no período alcançou, na ordem, 35%, 21% e 3%.

A produção industrial cresceu 3,8% no trimestre encerrado em maio, intensificando o ritmo, relativamente ao avanço de 1,8% no trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Verificou-se aumento na produção em nove dos treze setores pesquisados, com destaque para a fabricação de máquinas e equipamentos e de veículos automotores, reboques e carrocerias. Em doze meses até maio, a produção cresceu 6,3%, com contribuições positivas dos segmentos de veículos e de máquinas e equipamentos, e negativa da fabricação de produtos alimentícios. Proxy dos investimentos no setor, o número de licenciamentos de caminhões e ônibus diminuiu 10,9% no segundo trimestre, impactado por elevada base de comparação (+23,6% no primeiro, dados dessazonalizados). Entretanto, considerando horizonte mais longo, observou-se expansão de

Tabela 5.1.6 – Comércio exterior – Paraná
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	8 949	7 802	-12,8
Básicos	4 720	3 974	-15,8
Industrializados	4 229	3 827	-9,5
Semimanufaturados	1 020	899	-11,9
Manufaturados	3 209	2 928	-8,7
Importações	5 764	6 085	5,6
Bens de capital	764	896	17,2
Bens intermediários	3 279	3 654	11,4
Bens de consumo	675	708	4,9
Combustíveis	1 045	827	-20,9
Saldo comercial	3 185	1 717	-46,1

Fonte: Ministério da Economia

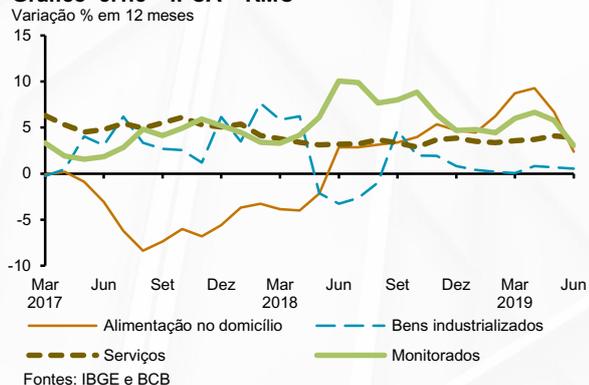
Tabela 5.1.7 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,38	1,03	0,75	2,63
Livres	75,0	2,95	1,27	0,27	2,44
Alimentação no domicílio	15,0	4,71	4,20	-0,49	2,38
Bens industriais	25,5	0,80	-0,04	0,53	0,51
Serviços	34,6	3,86	1,02	0,42	3,93
Monitorados	25,0	4,68	0,30	2,20	3,09

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a junho de 2019.

Gráfico 5.1.5 – IPCA – RMC



36,3% no primeiro semestre, ante igual período de 2018, sugerindo cenário benigno para o investimento. A confiança dos empresários da indústria manteve trajetória decrescente desde fevereiro. O Ipei atingiu 55,7 pontos em junho, ante 60,2 pontos em março, com piora nos indicadores de condições atuais e de expectativas. Em julho, o Ipei alcançou 58,9 pontos, com melhora nos dois componentes, especialmente o de expectativas.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre de 2019, valor inferior ao de igual período de 2018. O comportamento das exportações foi condicionado por reduções de 6,8% nos preços e 6,3% nas quantidades. O recuo ocorreu em todos os fatores, sendo mais intenso nos produtos básicos, sobretudo pelo menor embarque de soja, destinados, majoritariamente, para a China – principal comprador dos produtos paranaenses. Adicionalmente, observou-se decréscimo de 40,3% nas vendas para a Argentina – segundo destino –, em especial pelo fraco desempenho do setor automotivo. O aumento das importações decorreram da alta de 13,3% nos preços, tendo em vista a retração de 6,4% no *quantum*.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) atingiu 0,75% no segundo trimestre, 0,28 p.p. inferior ao primeiro, impactada por desaceleração nos preços livres e aceleração nos monitorados. Dentre os livres, sobressaíram a menor variação nos preços de serviços e a queda nos preços de alimentação no domicílio, com destaque para contribuições baixistas dos preços de feijão – em resposta à estimativa de recuperação da produção na segunda safra – e de alimentos *in natura* (queda nos preços de frutas e desaceleração nos de tubérculos). Em monitorados, os maiores impactos decorreram dos reajustes na taxa de água (8,38%), gasolina (2,11%), medicamentos e gás de botijão (2,25%). O índice de difusão, todavia, permaneceu no patamar de 51,3% nos dois trimestres avaliados.

Em doze meses até junho, o IPCA da RMC variou 2,63% (4,74% em junho de 2018), com desaceleração nos preços monitorados (3,08%, ante 11,70%) e livres (0,09%, ante 1,01%); e leve aceleração nos preços de serviços (3,96%, ante 3,04%).

5.2 Rio Grande do Sul

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

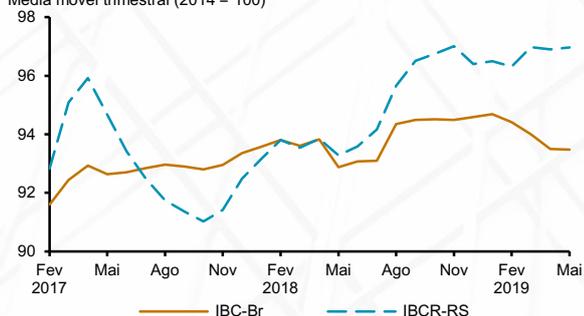
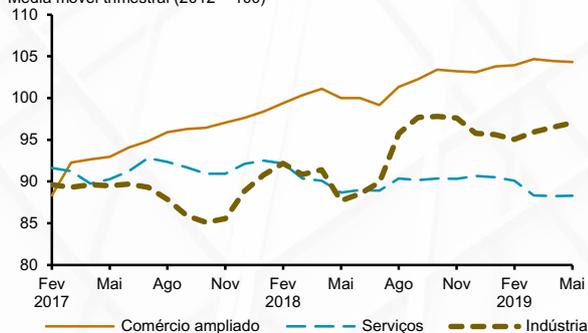


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

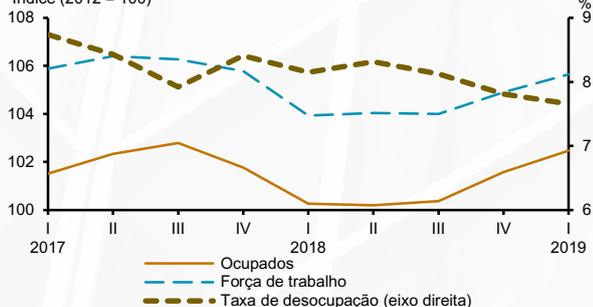
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}

Índice (2012 = 100)



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

^{1/} Dados dessazonalizados.

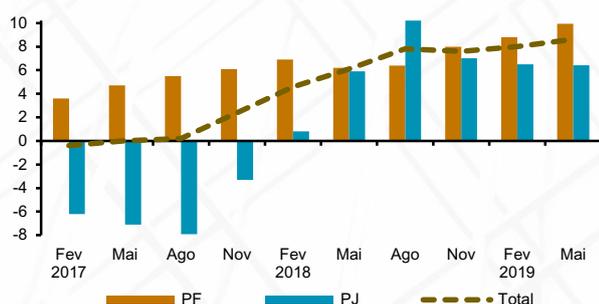
A atividade econômica gaúcha, medida pelo IBCR-RS, aumentou 0,7% no trimestre encerrado em maio, compensando a retração observada no trimestre anterior. Essa evolução repercutiu, especialmente, o crescimento da produção industrial, que se tem mostrado mais dinâmica do que a média nacional. Apesar da flutuação do nível de atividade no curto prazo, em horizonte mais longo, o estado apresenta desempenho superior ao nacional – o IBCR-RS expandiu 4,3% em doze meses até maio, ante alta de 1,3% do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br).

O crescimento das vendas do comércio ampliado desacelerou de 0,7% no trimestre até fevereiro para 0,4% até maio, segundo a PMC do IBGE, dados dessazonalizados, com crescimento em três das dez atividades analisadas, destacando-se material de construção. Por outro lado, evidenciou-se forte retração no segmento de impressos. O desempenho em doze meses até maio aponta crescimento de 5,3% – ante 3,8% na média nacional – impactado, especialmente, pelos setores automotivo e de tecidos, vestuário e calçados. Dados da Fenabreve sugerem continuidade na recuperação no segmento de automóveis. O licenciamento de veículos e comerciais leves acumulou alta de 7,2% em doze meses até junho, segundo Fenabreve. Na margem, houve variação de 2,5% no segundo trimestre, em comparação ao imediatamente anterior, considerados dados dessazonalizados.

Os indicadores de confiança do comércio apontam deterioração das avaliações dos empresários – que permaneceram otimistas – e relativa estabilidade no sentimento das famílias. Nesse sentido, o Icec atingiu 114,8 pontos em junho, recuando 8,7% em relação ao índice de março, com percepção negativa para as condições atuais, após quatro meses de avaliações otimistas (esse indicador permanecera desfavorável de fevereiro de 2014 a janeiro de 2019). O ICF, que mede a intenção de consumo atingiu 90 pontos em junho, apontando cautela das famílias. Note-se percepções distintas entre o pessimismo das famílias com renda de até 10 salários mínimos e o otimismo daquelas com renda maior.

O volume de serviços prestados no estado registrou recuo de 2,0% no trimestre encerrado em maio na comparação ao encerrado em fevereiro, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Esse

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.1 – Crédito a pessoas jurídicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	48 841	56 395	15,5	7,5
Capital de giro	16 875	18 533	9,8	1,0
Financiamentos a exportação	9 390	10 049	7,0	5,8
Outros créditos livres	6 656	7 555	13,5	2,7
Títulos descontados	9 683	12 452	28,6	22,4
Direcionados	28 957	26 386	-8,9	-8,4
BNDES	16 617	15 134	-8,9	-7,0
Financiamentos imobiliários	2 448	2 061	-15,8	-21,6
Financiamentos rurais	6 213	6 122	-1,5	-16,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.2 – Crédito a pessoas físicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação interanual (maio)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	56 389	65 021	15,3	14,5
Cartão de crédito à vista	7 492	9 169	22,4	20,5
Crédito pessoal consignado	20 907	23 815	13,9	10,5
Crédito pessoal não consig.	7 814	9 170	17,4	17,8
Financiamentos de veículos	9 716	11 349	16,8	15,9
Direcionados	75 037	79 452	5,9	6,3
BNDES	10 559	11 113	5,2	5,4
Financiamentos imobiliários	41 136	43 207	5,0	5,8
Financiamentos rurais	23 187	25 105	8,3	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

comportamento foi resultado da retração em quatro das seis atividades pesquisadas, com destaque para o segmento de serviços profissionais (-6,5%). Em doze meses, o recuo de 1,4% na prestação de serviços repercutiu as retrações em outros serviços e serviços de informação.

Segundo o Caged, foram extintos 11,2 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio na economia gaúcha, ante 688 novas vagas em igual período de 2018. O resultado refletiu – além das demissões sazonais nessa época no setor agropecuário – a debilidade da construção civil, com extinção de 2,5 mil vagas, antes criação de 2,1 mil em igual intervalo de 2018, e o arrefecimento nas contratações em atividades industriais e de prestação de serviços.

A taxa de desocupação no estado atingiu 8,0% no primeiro trimestre de 2019, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A redução de 0,5 p.p. na comparação com igual período de 2018 ocorreu em cenário de recuperação do mercado de trabalho, pois houve expansão na força de trabalho e, de forma mais intensa, na população ocupada. Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação caiu 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior, atingindo 7,7% da força de trabalho do estado. A comparação interanual revela melhoria real no rendimento médio do trabalho (3,2%), superior à observada para o Brasil (1,2%).

O crédito bancário no Rio Grande do Sul tem mantido taxa de expansão em torno de 8% a.a. desde meados de 2018. Em maio, houve aumento de 8,6% no estoque nominal de crédito na comparação com maio de 2018, resultado condicionado, sobretudo, pelo segmento de pessoas físicas, tendo em vista que o de pessoas jurídicas reduziu o ritmo de crescimento. Nesse último, sobressaíram as operações de desconto com lastro em títulos comerciais, que expandiram 28,6% em doze meses. Em contraponto, a redução dos saldos com taxas subsidiadas continua em andamento no estado, acompanhando a tendência observada no país. O nível de inadimplência das PJ totalizou 2,2% da carteira em maio, alinhado com os patamares regionais, estruturalmente mais baixos que a média nacional.

No tocante às pessoas físicas destacam-se os empréstimos com consignação em folha, que representam aproximadamente 37% dos créditos livres no estado²⁰, e expandiram 13,9% na

20/ A administração pública concentra 15,4% dos empregos formais do estado; ver box 'Economia gaúcha', neste relatório.

Tabela 5.2.3 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2019	Varição % 2019/2018
Grãos	76,6	34 523	4,3
Soja	48,6	18 497	5,5
Arroz	18,5	7 317	-12,9
Milho	6,8	5 744	25,8
Trigo	1,5	2 057	17,3
Feijão	0,7	99	3,9
Outras lavouras			
Fumo	8,9	372	3,7
Uva	3,3	641	-22,0
Mandioca	3,0	896	-7,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

comparação interanual. No segmento direcionado, os financiamentos rurais cresceram 8,3% na mesma base comparativa, alcançando R\$25,1 bilhões. A inadimplência das PFs atingiu 2,3% da carteira total, 0,2 p.p. aquém da taxa de maio de 2018.

Considerando os indicadores de oferta, a estimativa do LSPA de junho, do IBGE, para a produção estadual de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2019 totalizou 34,5 milhões de toneladas (4,3% superior à de 2018). Destacou-se a expansão de 5,5% na produção de soja, favorecida pelo aumento de 2,5% na área colhida, que substituiu o cultivo de arroz em algumas regiões. Para esse cereal – segunda lavoura mais importante do estado –, observou-se retrações de 12,9% na quantidade produzida e de 9,4% na área colhida. Ressalte-se, ainda, a expansão na lavoura de milho, estimada em 5,7 milhões de toneladas, cuja área colhida e a produção aumentaram 9,6% e 25,8%, respectivamente. Terceiro produto da pauta agrícola estadual, a produção de fumo deverá crescer 3,7%, ancorada em produtividade, pois a área colhida diminuiu 3,9%. Relativamente à pecuária, o número de abates de aves e suínos expandiu 6,7% e 10,0%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2019, enquanto o de bovinos decresceu 12,0%. O estado respondeu, na ordem, por 15%, 21% e 3% do total nacional abatido, na mesma base de análise.

Tabela 5.2.4 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		2019
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,6	2,1	9,2
Produtos alimentícios	16,4	-0,2	-2,9	0,0
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-3,3	5,9	34,4
Máquinas e equipamentos	12,0	-2,7	3,6	13,2
Outros produtos químicos	10,3	-4,9	11,9	-0,5
Artef. couro e calçados	8,9	-0,4	1,9	6,3
Produtos de metal	8,5	1,9	0,0	14,8
Produtos de borracha e plástico	5,0	-7,2	-1,1	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No setor fabril, a produção cresceu 2,1% no trimestre finalizado em maio, na comparação com o encerrado em fevereiro, conforme a PIM-PF Regional do IBGE, destacando as expansões em produtos do fumo e outros produtos químicos. Oito das catorze atividades apresentaram elevações no trimestre. Apesar de a indústria gaúcha vir assinalando oscilação na margem, no acumulado em doze meses, o produto industrial cresceu 9,2%, liderado pela indústria automotiva (automóveis, caminhões e ônibus), de produtos de metal (partes de estrutura para parques eólicos, armas e cutelaria) e de máquinas e equipamentos. A despeito desse resultado, o nível de confiança dos empresários industriais apresentou deterioração, mas permanece em área que representa otimismo – o Icel da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) atingiu 55,8 pontos²¹ em junho, ante 64 pontos em março. A opinião dos empresários sobre as condições atuais (do país, do RS e da empresa) tornou-se pessimista em junho, após sete meses de avaliações favoráveis, o que pode vir a comprometer futuros investimentos. Com relação a isso, note-se que o licenciamento de caminhões

21/ 50 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.2.5 – Comércio exterior – Rio Grande do Sul
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	10 535	9 087	-13,7
Básicos	4 654	3 435	-26,2
Industrializados	5 881	5 652	-3,9
Semimanufaturados	984	1 268	28,9
Manufaturados	4 897	4 384	-10,5
Importações	5 047	4 334	-14,1
Bens de capital	722	761	5,3
Bens intermediários	2 757	2 572	-6,7
Bens de consumo	905	505	-44,2
Combustíveis	662	497	-25,0
Saldo comercial	5 488	4 753	-13,4

Fonte: Ministério da Economia

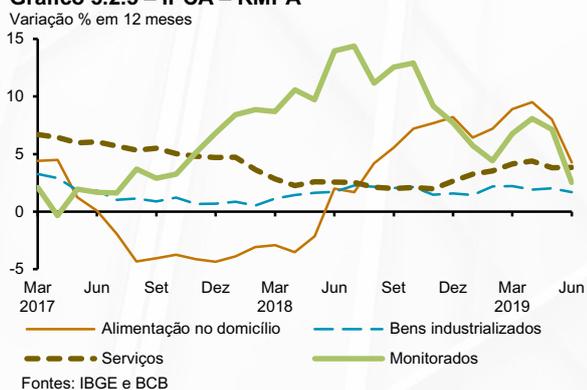
Tabela 5.2.6 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
			Ano	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	4,62	1,41	0,54	3,07
Livres	73,8	3,57	1,55	0,24	3,23
Alimentação no domicílio	17,9	8,21	2,94	-1,09	4,25
Bens industrializados	23,3	1,54	0,36	0,92	1,65
Serviços	32,6	2,65	1,65	0,48	3,84
Administrados	26,2	7,73	1,02	1,41	2,57

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2019.

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA



e ônibus no estado expandiu 16,5% no segundo trimestre, ante o primeiro, e 65,7% ante igual período de 2018.

A balança comercial do Rio Grande do Sul registrou *superavit* de US\$4,8 bilhões no primeiro semestre de 2019, 13,4% inferior ao do mesmo período de 2018. Excluídas as exportações fictas de plataformas de petróleo, as vendas externas recuaram 14,0%, resultante de quedas em torno de 7% tanto nos preços quanto no *quantum* embarcado. O desempenho dos produtos básicos refletiu a queda pela metade nas vendas de soja, principalmente para a China, parcialmente compensadas por aumentos nos embarques em fumo, carne de suíno, trigo e milho. As exportações de manufaturados foram negativamente impactadas pela redução de 42,0% em automóveis de passageiros, cujo destino principal é a Argentina. Diversamente, as vendas de semimanufaturados cresceram no semestre, condicionadas pelo aumento de 63,2% em celulose. No período também houve queda no valor das importações, que resultou quase que inteiramente do recuo nas quantidades adquiridas (-13,6%). A maior redução foi em bens de consumo, liderada pelo decréscimo de 57,1% nas aquisições de automóveis para passageiros. A importação de bens de capital, porém, cresceu 5,3%, destacando o aumento de 21,5% em equipamentos de transporte industrial.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desacelerou no segundo trimestre de 2019, em comparação ao anterior, resultado de menor variação nos preços livres e aceleração nos preços administrados. No primeiro segmento, destacou-se a queda nos preços de alimentação no domicílio, especialmente feijão e alimentos *in natura*. Dentre os preços monitorados, assinalam-se as contribuições dos aumentos nos preços de gasolina (1,55%), ônibus urbano (3,98%), óleo diesel (3,84%) e medicamentos. O índice de difusão situou-se em 50,9% no trimestre findo em junho, ante 55,4% no encerrado em março.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMPA acumulou variação de 3,07% em junho (4,98% em junho de 2018). Observou-se desaceleração significativa nos preços administrados (de 13,97% para 2,57%) e aceleração nos de alimentação no domicílio (2,00% para 4,25%) e serviços (2,56% para 3,87%). Os preços dos bens industriais mantiveram comportamento benigno no período.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

A evolução dos indicadores de atividade sugere possibilidade de retomada do processo de recuperação da economia. Regionalmente, observou-se, na margem, maior convergência nas trajetórias de indicadores de atividade no curto prazo, refletindo processo generalizado de acomodação. Nesse cenário, a economia em todas as regiões segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção e diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis confortáveis.

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	2018			2019		%
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	-1,0	1,6	0,2	-0,1	-1,0	
Norte	-0,5	-0,6	1,0	1,0	-0,3	
Nordeste	-0,9	1,5	0,2	-0,5	-0,1	
Centro-Oeste	0,3	0,5	1,4	0,1	-0,5	
Sudeste	0,5	0,8	-0,4	1,1	0,1	
Sul	-1,1	2,7	0,8	-0,2	0,2	

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Ratificando a interrupção no processo de recuperação, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) recuou 1,0% no trimestre até maio, em relação ao encerrado em fevereiro (-0,1%). Em termos regionais, houve retrações no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e elevações discretas no Sudeste e Sul. A atividade no Norte repercutiu o fraco desempenho da indústria extrativa no Pará, parcialmente compensada pelo comércio regional e pela produção do Polo Industrial de Manaus. No Nordeste, a estagnação da atividade, na avaliação trimestral, decorreu da combinação de elevação no volume de serviços prestados e, principalmente, no comércio, com retração da produção fabril. A atividade econômica no Centro-Oeste assinalou recuo após cinco trimestres consecutivos de elevação, impactada pelo menor volume nos serviços de transportes, assim como pela contração nos setores industriais, com destaque para segmentos da transformação e de energia e saneamento. No Sudeste, alguns dos principais parâmetros de atividade sugerem arrefecimento do ritmo de recuperação da economia, notadamente a produção industrial – impactada, principalmente, pela atividade extrativa –, e o setor de serviços, refletindo contexto de menor confiança dos agentes econômicos. A economia do Sul apresentou acomodação na margem. No entanto, em horizonte mais longo, apresenta recuperação em ritmo mais intenso do que as demais regiões, principalmente pelo desempenho da produção industrial.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2018		2019		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Comércio varejista					
Brasil	1,5	-0,3	0,7	-0,3	0,0
Norte	1,3	-0,5	3,9	-2,9	3,4
Nordeste	0,2	0,2	0,4	-1,8	1,0
Centro-Oeste	1,8	0,0	1,4	-0,3	-0,6
Sudeste	1,2	-0,2	0,8	-0,6	-0,4
Sul	1,8	-0,4	2,0	0,1	0,1
Comércio ampliado					
Brasil	1,0	0,9	1,3	-0,4	1,5
Norte	1,2	-0,1	3,9	-1,6	1,8
Nordeste	1,1	-0,5	0,8	-1,2	1,1
Centro-Oeste	2,6	-0,6	3,7	-0,4	-0,3
Sudeste	1,3	0,6	1,0	-0,2	1,3
Sul	1,8	-0,3	3,3	-0,1	1,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

As vendas do comércio ampliado permaneceram registrando flutuações no curto prazo e, após recuarem em todas as regiões no trimestre até fevereiro, assinalaram expansão no trimestre finalizado em maio, exceto no Centro-Oeste. Nessa região, o volume comercializado foi negativamente influenciado pelas menores vendas em Goiás, especialmente supermercadistas. O Norte apresentou a maior taxa de crescimento em doze meses e, na margem, houve expansão do comércio em cinco UF (recuos em Rondônia e no Pará). O Sudeste e Sul apresentaram crescimentos disseminados, com alta em sete de dez atividades pesquisadas, destacando o segmento automotivo, beneficiado pela expansão do crédito. A expansão do comércio no Nordeste, no trimestre até maio, compensou parcialmente a retração ocorrida no trimestre anterior. Observe-se que o Nordeste é a região que apresenta o menor avanço na avaliação em doze meses, 1,3%, ante média de 3,8% no país.

Os empresários do comércio tornaram-se mais cautelosos, tendo em vista a frustração relativamente à retomada da economia. Sugerindo moderação da confiança sobre a evolução dos negócios, o Icec da CNC passou de 127,1 pontos em março para 118,2 pontos em junho, mantendo-se, contudo, em área de otimismo. A deterioração da confiança, na margem, se deu, em especial, pelas avaliações pessimistas das condições atuais da economia e do comércio.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2018		2019		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	0,4	-1,4	2,3	-0,1	0,4
Norte	-0,3	0,7	-0,7	-1,0	0,2
Nordeste	-1,9	2,0	-0,8	-1,0	0,2
Centro-Oeste	0,7	2,1	-1,2	-1,1	-3,2
Sudeste	0,0	0,9	0,4	0,9	-0,5
Sul	-2,4	1,6	0,7	-0,9	-1,2

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O volume de serviços não financeiros no país segue em lenta recuperação, refletindo, entretanto, trajetórias divergentes nas esferas regionais. No trimestre em análise, a contração da atividade no setor de serviços da região Centro-Oeste contrastou com o desempenho positivo, ainda que modesto, do setor em nível nacional. O recuo na região repercutiu principalmente a menor atividade do segmento de transportes (sobretudo no Mato Grosso, onde houve retração na colheita de soja). Essa atividade também respondeu por boa parte da redução dos serviços no Sudeste, interrompendo tendência de crescimento delineada desde início de 2018. Note-se que apesar desse resultado na margem, a região apresentou a maior taxa acumulada em doze meses até maio, 2,0%, tendo sido, ainda, a que mais cresceu em 2018. De outra parte, o Sul e, principalmente, o Norte ainda não reverteram resultados anuais negativos para o setor, que ocorrem desde 2015.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão gradual, com discreta elevação no nível de

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2018			2019	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	205,7	157,1	253,7	-127,0	118,5
Norte	5,6	16,9	11,7	-15,1	1,9
Nordeste	1,5	47,2	82,9	-86,7	-4,8
Centro-Oeste	22,0	31,4	0,3	-2,2	19,7
Sudeste	155,5	68,9	90,0	-59,1	99,9
Sul	21,0	-7,3	68,8	36,0	1,9

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2018				2019
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Brasil	13,1	12,4	11,9	11,6	12,7
Norte	12,8	12,1	11,6	11,7	13,1
Nordeste	15,9	14,8	14,4	14,3	15,3
Centro-Oeste	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8
Sudeste	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2
Sul	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Maio de 2019

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 393	1 843	3 235	-0,7	2,7	1,2	0,0	10,5	5,7
Norte	41	91	132	-0,2	3,3	2,2	2,0	12,6	9,1
Nordeste	135	294	430	-0,4	3,0	1,9	-4,5	10,9	5,6
Centro-Oeste	136	242	377	1,4	2,5	2,1	2,4	11,8	8,3
Sudeste	832	842	1 674	-1,7	2,8	0,5	-1,5	9,9	3,9
Sul	249	373	622	1,4	2,2	1,8	6,4	10,3	8,7

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

emprego em todas as regiões (mais intensa no Centro-Oeste), considerados dados dessazonalizados. O trimestre encerrado em maio apresentou criação líquida de postos de trabalho, porém em volume inferior a igual período de 2018. Regionalmente, houve geração de emprego com carteira assinada em todas as regiões, exceto no Nordeste, única região em que a indústria de transformação, refletindo movimento sazonal, assinalou dispensa líquida de trabalhadores, com destaque para a fabricação de açúcar. Adicionalmente, observou-se contribuição positiva da prestação de serviços em todas as regiões, ainda que inferior à de 2018, e negativa do comércio. Na agropecuária, o Sul foi a única região com redução nos postos de trabalho, em decorrência do término das colheitas das safras de verão. Em sentido contrário, o Sudeste assinalou forte geração de vagas no setor, principalmente pelo emprego nas lavouras de café. A criação de vagas na construção civil ocorreu em todas as regiões, com exceção do Norte.

A taxa de desocupação recuou 0,4 p.p. no primeiro trimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da população ocupada (PO) acima da força de trabalho (FT). Todas as regiões assinalaram crescimentos tanto na FT quanto na PO – indicando reativação do mercado de trabalho. No entanto, apenas as regiões Nordeste, Sudeste e Sul registraram recuo da taxa de desocupação, na comparação interanual. Considerando dados com ajuste sazonal, a desocupação média no país decresceu 0,3 p.p. no primeiro trimestre de 2019, comparativamente ao último de 2018. A evolução na margem repercutiu o crescimento relativo da PO acima da FT. Apenas o Centro-Oeste teve o desemprego ampliado nessa base de comparação.

O mercado de crédito segue em expansão em todas as regiões do país, com especial dinamismo dos empréstimos a pessoas físicas. Nesse segmento, o crescimento do saldo das operações no trimestre foi mais intenso no Norte e no Nordeste, impulsionado, principalmente, pelo crédito pessoal consignado. Na comparação interanual, todas as regiões registram aceleração no saldo, com taxas expressivas de crescimento.

O crédito às empresas recuou no trimestre, condicionado sobretudo pelo resultado do Sudeste, em decorrência de amortizações de financiamentos junto ao BNDES e de financiamentos à exportação. As regiões apresentaram evoluções interanuais

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário (Fluxo 12 meses)	
	Mai/2018	Mai/2019
Norte	- 318	-2 849
Nordeste	1 467	3 377
Centro-Oeste	- 681	376
Sudeste	-7 849	-5 407
Sul	2 900	-1 908
Total	-4 481	-6 412

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

(-) *superavit*

(+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}

Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2018	2019	
Brasil	100,0	226,5	236,0	4,2
Norte	4,2	8,9	9,5	6,4
Nordeste	9,7	19,1	19,2	0,5
Centro-Oeste	40,1	101,0	106,8	5,7
Sudeste	10,2	22,9	22,1	-3,4
Sul	35,8	74,5	78,4	5,2

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2017.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Junho de 2019.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%					
		2018			2019		
		Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	100,0	-3,7	3,8	-2,5	0,0	-1,1	
Norte	5,9	-0,2	1,6	-0,4	-0,6	-9,1	
Nordeste	9,5	-4,3	7,2	-2,8	-3,4	-1,2	
Centro-Oeste	3,5	-4,9	4,4	-2,5	2,1	-1,3	
Sudeste	62,7	-1,8	1,8	-3,0	0,5	-0,3	
Sul	18,5	-3,7	7,1	0,1	0,1	2,1	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

distintas, com crescimento no Sul, Centro-Oeste e Norte. No Sul, a expansão foi mais acentuada nas operações de capital de giro e de financiamento à exportação, e no Centro-Oeste e Norte, pelo financiamento de veículos e capital de giro. No Sudeste e no Nordeste a redução foi determinada, principalmente, pelo comportamento das operações com recursos direcionados, especialmente de financiamentos junto ao BNDES.

No âmbito fiscal, os governos subnacionais apresentaram melhora no resultado primário, com elevação de 43,1% no *superavit*, considerando os doze meses até maio deste ano, em relação ao período correspondente no ano anterior. O montante consolidado foi favorecido pela ampliação do resultado no Norte e melhora da situação fiscal no Sul, compensando o decréscimo no *superavit* do Sudeste, a reversão no resultado do Centro-Oeste e o aumento do *deficit* no Nordeste. A dívida líquida dos governos subnacionais totalizou R\$884,8 bilhões em maio.

Considerando dados da oferta, a produção nacional de grãos, após a retração de 5,9% na safra anterior, deverá crescer 4,2% em 2019, totalizando 236 milhões de toneladas, destacando o aumento de 17,1% na colheita de milho, decorrente de ampliações na área e na produtividade. Em sentido contrário, a produção de soja – que responde por cerca de 35% do valor dos grãos – recuou 4,5%, com redução em todas as regiões, com exceção do Norte. A safra de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá expandir em quatro regiões – menos no Sudeste, região em que os grãos detêm participação de 10,2% no valor da produção agrícola. Nas duas principais regiões produtoras – Centro-Oeste e Sul – a ampliação da safra de grãos reflete a recuperação do milho, mais do que compensando o recuo na soja. Dentre os demais produtos, destaque positivo para a produção de mandioca no Norte.

A produção da indústria nacional recuou 1,1% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao finalizado em fevereiro, quando assinalara estabilidade. O desempenho do Sul destoou das demais regiões, condicionado por expansões em treze das dezoito atividades pesquisadas, em especial, na fabricação de produtos do fumo e em outros produtos químicos, além dos bons resultados do segmento metal-mecânico. A atividade industrial do Centro-Oeste vem apresentando oscilação nos resultados de curto prazo, repercutindo,

especialmente, a evolução da indústria de alimentos – segmento com maior peso na região. O fraco desempenho da indústria extrativa condicionou os recuos no Norte (-9,1%), no Nordeste e também no Sudeste, pela menor atividade mineradora em Minas Gerais, devido aos desdobramentos do acidente na barragem de Brumadinho.

O baixo dinamismo da indústria influenciou a confiança dos empresários do setor, que ampliaram a cautela e ajustaram suas avaliações, relativamente aos cenários atual e prospectivo. O Icei da CNI permaneceu em nível que representa otimismo (acima de 50 pontos), porém retrocedeu dos 61,9 pontos, em março, para 56,9 pontos, em junho. Essa reavaliação ocorreu em todas as regiões e segue em linha com a elevada ociosidade e a fragilidade da demanda que caracterizam o setor.

O comércio externo registrou redução no *superavit* comercial do primeiro semestre deste ano, em relação ao primeiro de 2018, com diminuição das exportações e estabilidade nas importações. Menores volumes de embarques foram comuns nas regiões, com exceção do Sudeste, onde a evolução decorreu de variações de -0,3% nos preços e de 1,5% no *quantum*, sobressaindo as vendas de óleos brutos de petróleo. A maior retração das exportações ocorreu no Sul, influenciada, principalmente, pelos menores embarques de soja para a China e de automóveis de passageiros para a Argentina. As importações permaneceram estáveis em nível nacional, com elevações no Sul e no Centro-Oeste, pelo aumento nas aquisições de insumos para a agricultura. As compras externas do Sudeste compuseram a maior parcela da pauta de importações e sua evolução no semestre foi sensibilizada pela diminuição de 1,7% nos preços. Observe-se que, a exemplo do registrado em 2018, o Centro-Oeste permanece com a maior contribuição para o saldo comercial.

A inflação, medida pela variação do IPCA, reduziu no segundo trimestre de 2019, em comparação ao primeiro, repercutindo o impacto da desinflação nos preços livres, parcialmente atenuado pela pressão altista exercida pelos preços monitorados. As menores variações nos preços livres e maiores nos monitorados ocorreu em todas as regiões – apenas no Centro-Oeste essa combinação resultou em aceleração do IPCA no trimestre terminado em junho, relativamente ao anterior. Dentre os preços livres, as principais contribuições baixistas decorreram da redução dos preços da alimentação no domicílio

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB

Janeiro-Junho

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Total	113,8	109,8	83,8	83,8	30,0	26,1
Norte	9,1	9,0	6,4	6,4	2,7	2,6
Nordeste	8,4	7,7	10,0	9,9	-1,6	-2,1
Centro-Oeste	15,6	14,4	4,0	4,3	11,6	10,1
Sudeste	53,0	53,6	45,1	44,6	7,9	9,0
Sul	23,6	21,4	18,3	18,5	5,4	2,9
Outros ^{1/}	4,1	3,7	0,1	0,0	4,1	3,7

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.11 – IPCA

Discriminação	Peso	%			
		2018	2019		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA					
Brasil	100,0	3,75	1,51	0,71	3,37
Norte	4,7	3,13	1,74	0,81	3,66
Nordeste	15,9	3,40	1,62	1,00	3,32
Centro-Oeste	7,9	3,08	0,93	0,97	3,06
Sudeste	55,4	3,89	1,62	0,60	3,55
Sul	16,2	4,02	1,23	0,64	2,84
Livres					
Brasil		2,91	1,65	0,26	3,23
Norte		1,88	2,11	0,26	3,05
Nordeste		2,82	1,63	0,46	3,22
Centro-Oeste		2,95	1,29	0,51	3,51
Sudeste		2,89	1,74	0,17	3,31
Sul		3,27	1,42	0,25	2,86
Monitorados					
Brasil		6,18	1,09	2,01	3,74
Norte		7,36	0,54	2,61	5,66
Nordeste		5,30	1,60	2,70	3,64
Centro-Oeste		3,46	-0,08	2,29	1,84
Sudeste		6,74	1,28	1,80	4,19
Sul		6,28	0,68	1,78	2,79

Fontes: IBGE e BCB

(frutas e cereais, leguminosas e oleaginosas), segmento que havia pressionado o nível de preços entre janeiro e março. O segmento de monitorados intensificou a alta no trimestre, refletindo, em todas as regiões, a elevação no preço da gasolina. Adicionalmente, sobressaíram os efeitos decorrentes de reajustes na tarifa de ônibus no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, e da taxa de água e esgoto no Nordeste, Sudeste e Sul. Consideradas as variações em doze meses, o IPCA permanece em patamar confortável em todas as regiões.

Em síntese, a atividade econômica desacelerou no trimestre encerrado em maio, mas há sinais que sugerem a retomada do processo de recuperação da economia nacional. O avanço ocorrido no processo de reformas e ajustes necessários na economia, a continuidade da recuperação da massa de rendimento, o estímulo da liberação de recursos do FGTS e a inflação em níveis confortáveis tendem a favorecer o crescimento da economia no restante do ano.

Decomposição da atividade econômica regional

A dinâmica da atividade econômica brasileira, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) nacional, não é uniforme quando se observa o recorte regional (Tabela 1). Essas diferenças sugerem que fatores regionais específicos possuem papel relevante, fato esperado para um país de dimensão continental e de economia diversificada.¹ O objetivo deste box é identificar componentes comuns e idiossincráticos ao decompor as taxas de variação da atividade econômica das regiões brasileiras. As séries utilizadas são de alta frequência (mensais)² para permitir uma análise de conjuntura. No modelo utilizado, a variação da atividade econômica da região i , no período t , $\ln(\text{IBCR}_{i,t})$, é decomposta em três componentes não observáveis, um comum às demais regiões e dois específicos para cada região.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto

	Variação %															
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Brasil	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1	
Norte	9,7	5,5	5,0	3,8	3,9	0,0	10,1	6,5	3,2	2,9	3,0	-2,6	-4,6	n/d	n/d	
Nordeste	6,7	3,8	4,6	4,7	5,4	1,0	6,6	4,1	3,0	3,1	2,8	-3,4	-4,6	n/d	n/d	
Centro-Oeste	6,4	4,5	3,5	6,9	5,7	2,5	7,0	4,6	4,4	3,9	2,5	-2,1	-2,6	n/d	n/d	
Sudeste	5,4	3,7	4,1	6,3	5,6	-0,6	7,6	3,5	1,8	2,0	-0,5	-3,8	-3,3	n/d	n/d	
Sul	5,0	-0,4	2,9	6,8	3,0	-1,1	7,6	4,3	-0,4	6,1	-0,1	-4,1	-2,4	n/d	n/d	

Fonte: IBGE

O componente comum às demais regiões, $\alpha_{BR,t} + \text{ACP}_{i,t}$, foi estimado com a técnica de análise de componentes principais (ACP). Para cada região i , utiliza-se a primeira componente extraída por ACP das demais regiões. Adiciona-se a este componente a tendência de crescimento do país $\alpha_{BR,t}$, estimada de maneira similar à descrita, porém considerando todas as regiões na extração do componente principal. Observe-se que esta estratégia é mais adequada do que utilizar uma medida de atividade agregada do país para o componente comum, como o Índice de Atividade Econômica Regional (IBC-Br) cheio, visto que a própria região integraria o componente.

Em seguida, um modelo de espaço de estados identifica, para cada região, sua sensibilidade β_i ao componente comum e seus componentes região-específicos de tendência $\alpha_{i,t}$ e choque idiossincrático $\varepsilon_{i,t}$.

As equações do modelo de espaço de estados para a decomposição da atividade econômica regional foram estimadas por Filtro de Kalman e estão representadas por:

Equação de sinal³:

$$\ln(\text{IBCR}_{i,t}) \cdot 100 = \alpha_{i,t} + \beta_i \cdot (\alpha_{BR,t} + \text{ACP}_{i,t}) + \varepsilon_{i,t}$$

Equação de estado:

$$\alpha_{i,t} = \alpha_{i,t-1} + \mu_{i,t}$$

ε_i e μ_i são resíduos com distribuição normal e média zero.

1/ Esta perspectiva, semelhante à adotada por Kouparitsas (2001) para os Estados Unidos, é um desdobramento do campo de pesquisa sobre áreas monetárias ótimas, introduzida por Mundell (1961).

2/ Optou-se pelo IBCR como indicador de atividade regional, dadas suas características de tempestividade e frequência mensal. Para análises estruturais, pode-se utilizar as Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3/ A equação de sinal para estimar a tendência de crescimento do país é $\ln(\text{IBCBr}_t) \cdot 100 = \alpha_{BR,t} + \beta \cdot \text{ACP}_t + \varepsilon_t$.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas dos dados e parâmetros estimados

		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
dln_IBCR * 100 (a.s.)							
Proxy da atividade econômica	Início	2003:M2	2003:M2	2003:M2	2003:M2	2003:M2	
	Observações	196	196	196	196	196	
	Média	0,24	0,19	0,26	0,18	0,19	
	Desvio-padrão	1,27	0,87	1,96	0,73	1,36	
Componentes região-específicos	α	Média	0,21	0,15	0,22	0,13	0,10
		Desvio-padrão	0,00	0,05	0,00	0,07	0,00
	ε	Média	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Desvio-padrão	1,24	0,79	1,93	0,60	1,12
Componente comum	β	Coefficiente	0,21	0,26	0,26	0,31	0,60
		P-valor	0,003	0,000	0,059	0,000	0,000
	$\beta * (\alpha_{BR} + ACP)$	Média	0,03	0,04	0,04	0,05	0,09
		Desvio-padrão	0,30	0,35	0,37	0,39	0,77

Os coeficientes β estimados resultaram estatisticamente significativos para as cinco regiões. Conforme anteriormente descrito, representam a sensibilidade de cada região ao componente comum⁴. Pode-se verificar que o valor médio de $\alpha_i + \beta_i \cdot (\alpha_{BR} + ACP_i)$ de cada região corresponde ao valor médio do $dln(IBCRR_i) \cdot 100$, o qual, por sua vez, representa a taxa de crescimento mensal média do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) por região. Essa interpretação ocorre por construção do modelo e explicita os componentes não observados que captam o crescimento médio regional. Os choques idiossincráticos, por sua vez, são representados por ε .

Tabela 3 – Decomposição dos IBCR

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
IBCR-N	6,3	6,4	4,7	4,5	3,3	0,5	7,3	3,8	1,4	3,6	2,6	-2,1	-3,7	2,3	2,1	1,1
Comum	1,6	0,9	1,3	1,9	1,6	0,0	2,2	0,8	0,3	0,8	-0,3	-1,7	-2,2	-0,1	-0,1	0,1
Região-específico	4,6	5,5	3,3	2,6	1,7	0,5	5,0	2,9	1,1	2,9	2,9	-0,5	-1,6	2,4	2,2	1,0
IBCR-NE	5,5	4,9	5,7	4,5	4,3	2,2	7,1	2,6	2,0	2,2	2,1	-2,3	-4,1	0,8	0,6	0,9
Comum	1,8	1,0	1,3	2,2	1,8	-0,2	2,4	1,1	0,3	1,0	-0,4	-1,8	-2,3	0,0	0,0	0,2
Região-específico	3,6	3,9	4,3	2,3	2,5	2,4	4,5	1,5	1,6	1,2	2,6	-0,5	-1,9	0,7	0,6	0,8
IBCR-CO	6,6	3,4	3,2	4,6	5,6	3,0	5,6	4,7	4,3	4,1	2,1	-1,2	-2,4	2,1	0,7	1,1
Comum	2,0	1,3	1,8	2,3	1,8	-0,2	2,9	1,0	0,2	0,9	-0,3	-2,2	-2,8	-0,1	-0,1	0,1
Região-específico	4,5	2,0	1,4	2,3	3,8	3,1	2,6	3,7	4,1	3,2	2,4	1,0	0,5	2,2	0,8	1,0
IBCR-SE	5,1	4,1	4,8	6,5	5,9	0,7	6,5	3,2	2,3	2,4	-0,5	-2,7	-4,3	0,2	1,1	1,3
Comum	2,1	1,3	1,7	2,0	1,5	0,0	2,9	1,1	0,2	1,1	0,2	-1,9	-2,5	0,2	0,0	0,1
Região-específico	2,9	2,7	3,1	4,4	4,3	0,7	3,5	2,0	2,0	1,3	-0,6	-0,8	-1,8	-0,1	1,2	1,2
IBCR-S	4,5	0,5	3,5	7,2	4,8	0,3	7,7	4,3	0,7	5,3	-0,2	-3,8	-3,6	2,7	1,5	2,9
Comum	5,0	4,0	4,3	4,6	4,0	-0,2	6,4	2,1	0,8	1,5	-0,3	-4,5	-6,5	-0,7	-0,4	-0,4
Região-específico	-0,5	-3,4	-0,8	2,4	0,8	0,5	1,2	2,1	0,0	3,8	0,1	0,7	3,1	3,4	2,0	3,4

* Acumulado 12M até maio.

A evolução anual dos IBCR regionais e sua decomposição pode ser observada na Tabela 3. Destacam-se os seguintes aspectos: i) no ano de 2005, o desempenho inferior ocorrido no Sul foi identificado preponderantemente como região-específico, captando a significativa quebra de safra agrícola ocorrida;

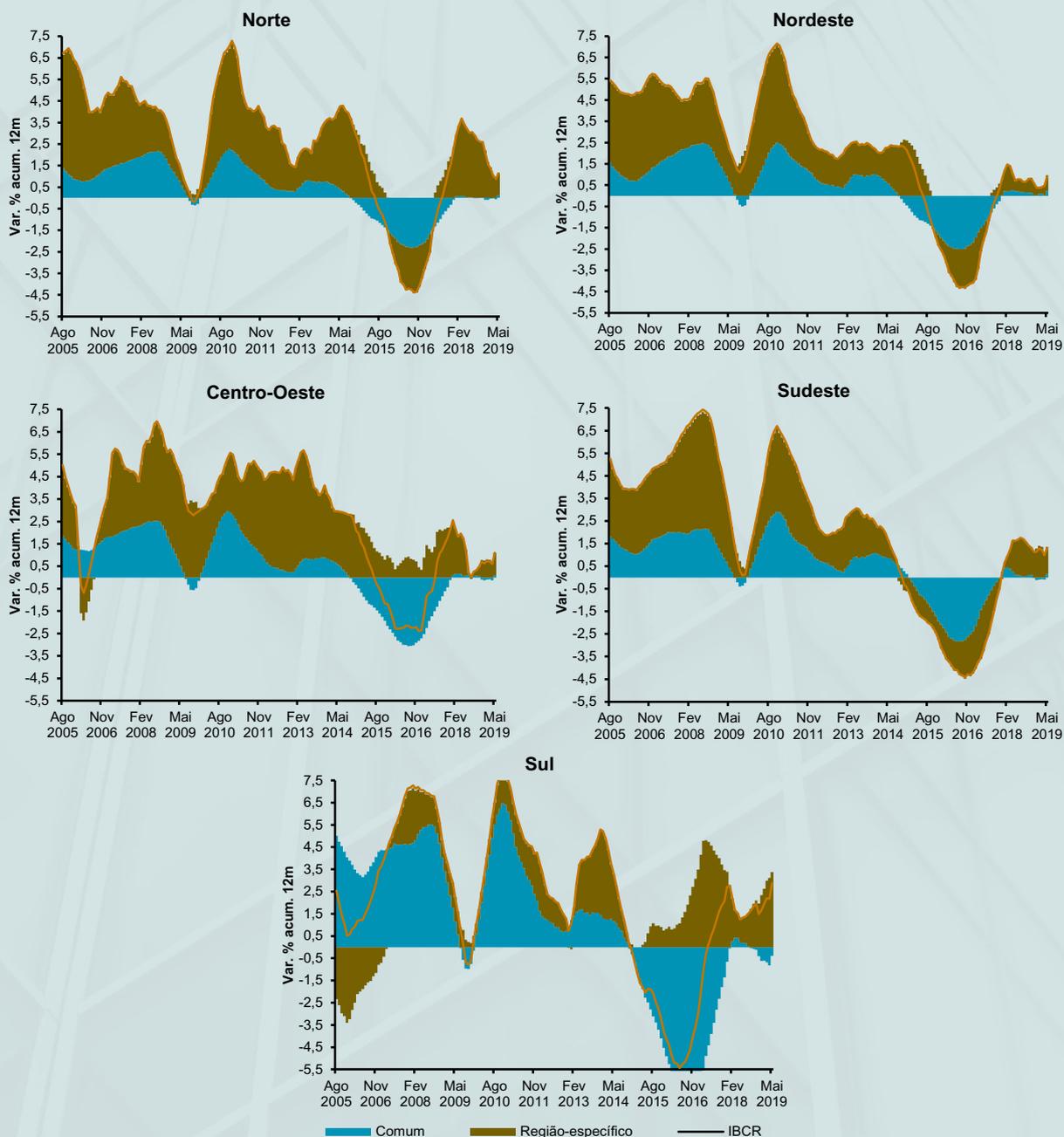
4/ Pode-se conjecturar que quanto maior o coeficiente, maior o grau de integração entre as regiões. Ressalve-se, contudo, que análise específica sob essa perspectiva requer modelos mais completos e não é objeto de estudo neste box.

ii) no ano de 2009, o modelo atribuiu sinal negativo aos componentes comuns em três regiões e variação nula nas outras duas, captando a generalização da crise internacional de 2008; iii) de maneira semelhante, porém com maior intensidade, os componentes comuns aparecem como determinantes nas intensas quedas da atividade econômica local nos anos de 2015 e 2016; iv) as retomadas mais intensas observadas no Norte, Sudeste e Sul em 2018 são identificados como preponderantemente região-específicos. Conforme mencionado em boletim anterior⁵, o crescimento nessas regiões foi concentrado na indústria extrativa no Norte e na produção de veículos no Sudeste e Sul.

Adicionalmente, os dados mensais permitem análises conjunturais e tempestivas. A Tabela 3 e a Figura 1 apresentam as dinâmicas regionais dos IBCR, com variação acumulada em doze meses. Ressalte-se que a evolução recente da economia está dependente mais dos fatores específicos regionais do que dos fatores

Figura 1 – Decomposição dos índices de atividade regional

Variação % em 12 meses



5/ Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 13, n. 1.

comuns. Por outro lado, observa-se melhora do fator comum que, depois de apresentar contribuição negativa generalizada em 2017 e 2018, passa para o campo positivo em quatro regiões, sugerindo, em parte, início de processo, apesar de gradual, mais sustentado de crescimento da economia nacional.

Na margem – trimestre encerrado em maio comparativamente ao finalizado em fevereiro – a análise do componente região-específico evidencia reduções no Norte (indústria extrativa) e no Centro-Oeste (setor de transportes, impactado pela diminuição na safra de soja); crescimentos no Sul (indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias, tanto pela produção de automóveis, quanto de caminhões e ônibus) e no Sudeste (indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias e setor de serviços); e comportamento próximo à estabilidade no Nordeste.

Ao decompor a atividade econômica regional em componentes comum às demais regiões e região-específico, este boxe pretendeu oferecer instrumento adicional para análise da conjuntura econômica regional brasileira. Observou-se que fatores regionais específicos são relevantes para entender a dinâmica econômica nacional, ao tempo que o componente comum, como esperado, é representativo do impacto de choques externos e de natureza macroeconômica nos comportamentos das economias regionais.

Referências

Mundell, R. A. (1961). A theory of optimum currency areas. *American Economic Review*, 51:509–517.

Kouparitsas, M. (2001). Is the United States an optimum currency area? An empirical analysis of regional business cycles. Working Paper 2001-22, Federal Reserve Bank of Chicago.

Evolução recente do crédito a pessoas jurídicas por segmento

Nos últimos anos observa-se alteração na estrutura de intermediação financeira do Brasil, especialmente em relação às empresas. Além do crescimento do mercado de capitais¹, os segmentos de crédito livre e direcionado têm apresentado dinâmicas distintas. Em 2018, as carteiras com recursos livres a pessoas jurídicas (PJ) cresceram 10,4%, ao passo que os saldos de operações direcionadas de crédito a PJs recuaram 8,1%². Considerando o estoque total de operações do país deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a participação relativa do crédito livre a pessoas jurídicas aumentou de 54,9% no 1T12 para 56,1% no 1T19 (Gráfico 1). As projeções de variação para 2019 nos segmentos direcionado e livre a pessoas jurídicas situam-se em -7,0% e 10,0%, respectivamente³, indicando manutenção da tendência recente de alteração na composição do crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este box visa analisar regionalmente a evolução das carteiras de crédito livre e direcionado a pessoas jurídicas entre janeiro de 2012 e março de 2019.

Gráfico 1 – Crédito PJ – Brasil



Gráfico 2 – Crédito PJ – Sudeste



Sob o enfoque regional, a partir de 2017 pode-se observar uma tendência generalizada de substituição do crédito direcionado por linhas com recursos livres. As regiões com setores mais dinâmicos no período de retomada após o ciclo recessivo de 2015/2016 (cadeias produtivas de madeira, de biocombustíveis e de automóveis, por exemplo) apresentam transição acentuada para o crédito livre, dadas as maiores taxas de crescimento da atividade. De fato, o crédito livre apresenta aumento mais vigoroso nas três regiões com maiores crescimentos em 2018⁴ – Norte, Sul e Sudeste – que expandiram 2,1%, 1,7% e 1,2%, respectivamente.

A Região Sudeste absorve a maior fatia do crédito a pessoas jurídicas, aproximadamente 61% do total nacional no período analisado. Entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2019 a proporção de crédito livre atingiu 59% do total regional, aumento de 2 p.p., com redução de 11,8% no saldo deflacionado, de R\$958,8 bilhões para R\$845,9 bilhões. Destacam-se o crescimento médio de 17,4% no estoque de operações de desconto de títulos e a contração média de 4% no saldo de crédito contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no período.

1/ Ver, por exemplo, o Relatório de Estabilidade Financeira, Banco Central do Brasil, abril/2019.

2/ Relatório de Economia Bancária, Banco Central do Brasil (2018).

3/ Ver box Revisão da projeção de crédito para 2019, no Relatório Trimestral de Inflação de junho/2019.

4/ Ver box Dinâmica das economias regionais em 2018 segundo os IBCRs, no Boletim Regional de abril/2019; a Região Centro-Oeste cresceu 0,8% em 2018, e a Região Nordeste, 0,7%.

Gráfico 3 – Crédito PJ – Sul**Gráfico 4 – Crédito PJ – Nordeste**

Na Região Sul, que representa 17% do crédito total a PJs, a proporção de crédito livre aumentou 6 p.p. entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2019, principalmente devido aos títulos descontados (crescimento médio de 12,4%) e aos financiamentos a exportações (crescimento médio de 5,1%)⁵; o saldo de operações com o BNDES declinou 6,5%. O estoque total deflacionado passou de R\$246,5 bilhões para R\$225,8 bilhões no mesmo período (redução de 8,4%), após o montante atingir o pico de R\$298,2 bilhões em dezembro de 2014. Cabe ressaltar que devido à safra recorde de grãos em 2017, os financiamentos rurais direcionados cresceram 7,4% na região; no ano seguinte, houve queda de 2,5% nos saldos da modalidade.

A proporção de crédito livre recuou 3 p.p. no Nordeste entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2019. Na região que consome 11% do total de operações a PJs do país o estoque médio deflacionado passou de R\$168,2 bilhões para R\$125,6 bilhões no mesmo período (redução de 25,3%). Note-se que 25% da atividade regional provém da administração, saúde e educação públicas e seguridade social (APU), cujo dinamismo é prejudicado pela atual crise fiscal dos entes subnacionais. Nesse cenário, os créditos direcionados caíram 3,3% na região entre 1T12 e 1T19; da mesma forma, os créditos livres recuaram 6,4% no período.

Na Região Norte, que representa 3% do saldo de crédito total a PJs, a proporção de operações livres no 1T19 retornou a patamar próximo ao do 1T12, porém, com elevação de 12 p.p. em relação à proporção mínima anotada no 4T16. O estoque deflacionado passou de R\$43,4 bilhões para R\$36,7 bilhões no mesmo período (redução de 15,4%). Destaque-se a evolução das operações livres com títulos descontados e dos financiamentos à exportação, com crescimentos médios de 6,4% e 4,9%, respectivamente. Nas carteiras direcionadas, os financiamentos imobiliários caíram 6,1% na mesma base de comparação.

Gráfico 5 – Crédito PJ – Norte**Gráfico 6 – Crédito PJ – Centro-Oeste**

O Centro-Oeste representa aproximadamente 8% do crédito total às pessoas jurídicas brasileiras. Em contraste com às demais regiões do país, a proporção de crédito livre teve redução acentuada, de 13 p.p., entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2019, movimento concomitante ao aumento de 28,4% no estoque total de crédito PJ, que passou de R\$98,2 bilhões para R\$126,1 bilhões no mesmo período.

5/ Parte do crescimento do crédito a setores exportadores reflete a desvalorização cambial observada no período em análise.

A evolução dos saldos e da participação relativa dos segmentos de crédito no Centro-Oeste pode ser explicada pelas altas taxas de crescimento das linhas direcionadas nos anos de 2013 e 2014 (BNDES, Financiamentos imobiliários, Financiamentos rurais e Outros créditos direcionados), especialmente nas operações com o BNDES, cujo montante a valores constantes passou de R\$31,9 bilhões em janeiro de 2012 para R\$57,1 bilhões em março de 2019. Em comparação, note-se que, no Sudeste, as operações de crédito com aquele banco de desenvolvimento foram reduzidas de R\$328,2 bilhões para R\$232,7 bilhões no mesmo período.

A análise desagregada por estados revela que em Goiás e no Mato Grosso do Sul a maior parte dos financiamentos via BNDES foi destinada à indústria, basicamente para as cadeias de fabricação ligadas ao agronegócio, ao passo que no Mato Grosso o setor de infraestrutura atraiu a maioria dos recursos entre 2012 e 2018⁶.

A Tabela 1 discrimina as taxas de crescimento interanual das principais modalidades de crédito a PJs no Centro-Oeste. Além das operações com o BNDES, nas demais linhas subsidiadas destacam-se os financiamentos rurais e outros créditos direcionados, com crescimento de 5,8% e 6,9% em média entre 2013 e 2018, respectivamente. Nas modalidades de crédito com taxas livremente contratadas, os financiamentos à exportação – intimamente ligados ao setor agropecuário regional – expandiram à taxa média anual de 15,2% no intervalo 2013-18 (de R\$7,2 bilhões para R\$14,4 bilhões), enquanto as operações de capital de giro recuaram 7,1% no período (de R\$30,4 bilhões para R\$18,8 bilhões). Em linhas gerais, no Centro-Oeste também se observa a tendência nacional de substituição do crédito direcionado por modalidades livres, embora em ritmo mais lento devido à maturação dos investimentos recentes, originados com recursos do BNDES.

Tabela 1 – Taxas de crescimento do crédito – Centro-Oeste

Linha de crédito	Variação % anual						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
BNDES	38,7	32,6	9,3	-6,0	-7,4	-8,9	9,7
Financiamentos imobiliários	22,9	7,9	-2,4	-11,8	-18,4	-23,1	-4,1
Financiamentos rurais	31,2	21,5	-14,3	-15,4	1,4	10,2	5,8
Outros créditos direcionados	4,6	28,9	26,5	-9,4	-1,8	-7,6	6,9
Arrendamento	-10,5	-17,2	-18,1	-27,7	-28,8	-22,1	-20,8
Capital de giro	10,5	-1,1	-11,6	-21,6	-14,5	-4,3	-7,1
Cheque especial / Conta garantida	-2,9	2,7	-3,8	-23,6	-24,6	-13,4	-10,9
Financiamento de veículos	-15,2	-17,1	-25,0	-26,0	-5,7	49,6	-6,6
Financiamentos a exportação	0,3	-15,8	20,9	-8,6	30,1	64,0	15,2
Financiamentos a importação	-23,7	12,2	26,3	-74,0	-52,4	166,0	9,1
Outros créditos livres	-3,5	-2,4	8,2	10,2	-4,6	-7,7	0,0
Títulos descontados	6,7	16,5	-4,7	-12,7	-13,6	5,1	-0,5
Vendor / Compror	98,6	12,8	-1,0	-19,3	-5,7	2,0	14,6

Em resumo, conjuntamente ao processo de retomada gradual da atividade em 2017 iniciou-se uma alteração no mercado de intermediação financeira, com tendência de maior participação do crédito bancário livre em todas as regiões. No Norte, no Sul e no Sudeste, o dinamismo de alguns setores da economia local tem propiciado transição mais rápida para um mercado com menor direcionamento de recursos. Devido ao peso dos serviços públicos em sua estrutura produtiva, o Nordeste detém a menor proporção de créditos livres dentre todas as regiões, os quais não recuperaram o nível anterior (1T12) de aproximadamente 48% do total⁷. No Centro-Oeste, os investimentos em infraestrutura de suporte ao agronegócio mantêm elevados os saldos de crédito direcionado, especialmente aqueles originados no BNDES.

6/ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes>; no Distrito Federal, a maior parte das operações foi destinada a órgãos estatais ou a empresas concessionárias de serviços públicos.

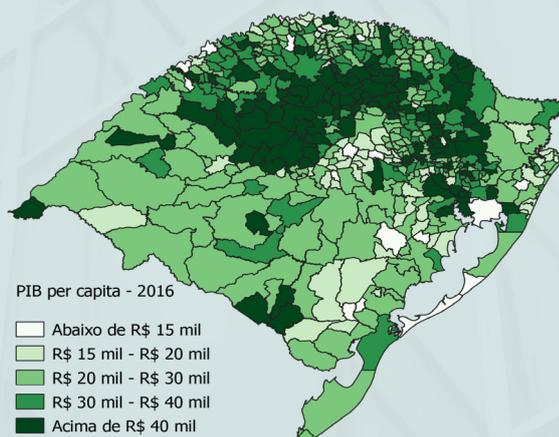
7/ Nos anos de 2009 e 2010 o Complexo Industrial Portuário de Pecém, no Ceará, contratou com o BNDES aproximadamente R\$2,1 bilhões em linhas de crédito para investimento, ainda não totalmente amortizadas.

Economia gaúcha

O Rio Grande do Sul (RS) é a quinta economia do país, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$408,65 bilhões em 2016,¹ equivalente a 6,5% do PIB nacional. Este boxe analisa a evolução econômica do RS nos últimos anos e suas perspectivas de curto prazo.

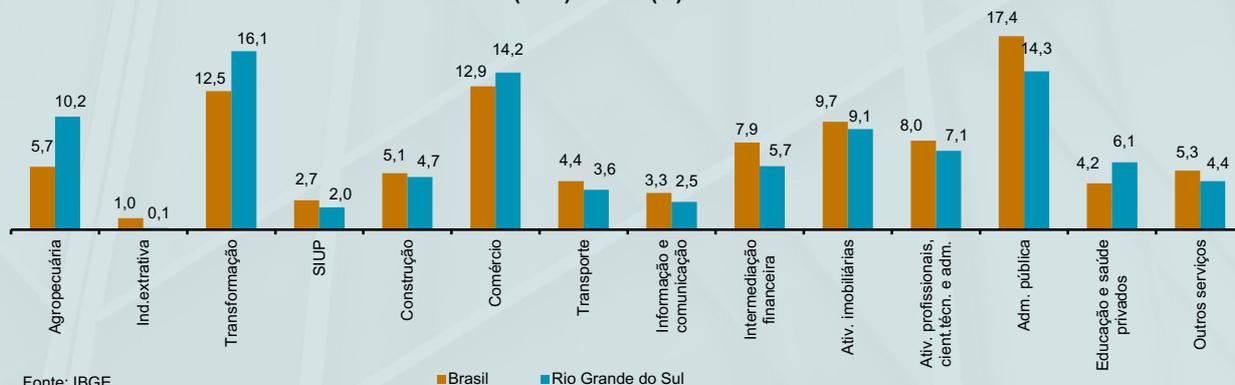
Em 2016 o PIB *per capita*² no estado atingiu R\$36,2 mil, 19% superior ao indicador nacional e o sexto maior entre as unidades da federação. O valor mais alto foi registrado pelo município de Triunfo, R\$290 mil, onde está localizado o polo petroquímico. A análise das 35 microrregiões (MCR) do estado aponta a de São Jerônimo (a qual pertence Triunfo) com o maior valor, R\$71,7 mil, e Soledade como o menor, R\$20,6 mil. A MCR de Porto Alegre, com a capital e mais 21 municípios, concentrou 38% do PIB e 34% da população do estado (Figura 1).

Figura 1 – PIB per capita por município 2016 – RS



A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do RS caracteriza-se pela maior representatividade da indústria e da agropecuária, relativamente ao VAB nacional. No setor de serviços, destacam-se ainda as maiores participações relativas do comércio e do segmento de educação e saúde privados (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) – 2016 (%)



1/ As últimas informações disponíveis sobre o Produto Interno Bruto estadual são de 2016, conforme IBGE, Contas Regionais.
2/ Os dados de PIB municipal são divulgados pelo IBGE exclusivamente em termos nominais.

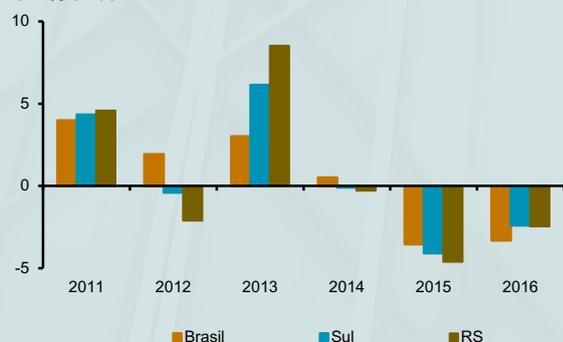
A principal atividade econômica no estado, em termos de VAB, é o setor de serviços (excluindo administração pública), responsável por 52,6% do produto estadual, seguido pela indústria (22,9%), administração pública (14,3%) e agropecuária (10,2%). De acordo com a geração do VAB, das 35 microrregiões, em 31 predomina o setor de serviços, em três, a agropecuária e somente na microrregião de São Jerônimo, a indústria. Observe-se que a agropecuária é a atividade com maior dispersão entre as microrregiões, sendo que a MCR Campanha Ocidental detém a maior participação, 6% do VAB setorial.

A MCR de Porto Alegre, com baixa representatividade da agropecuária (apenas 0,4% do VAB total e 1,3% do VAB agropecuário do RS), tem preponderância no setor de serviços (63,4%). Contudo, juntamente com a MCR de Caxias do Sul, representam mais da metade da indústria gaúcha, possuem os parques automotivos, concentram o segmento metal-mecânico e a indústria da celulose, atividades que lideram o atual processo de retomada econômica no estado.

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 3,1% entre 2010 e 2016, desempenho superior ao do país, 2,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado repercutiu a evolução mais favorável da agricultura – notadamente em 2013, quando o PIB estadual avançou 8,5%, ante 3,0% no país (Gráfico 2). Além da base desfavorável de comparação, em 2014, a maior representatividade do setor industrial no estado contribuiu para o início do processo de redução do PIB nesse ano – queda de 0,4% no RS ante alta de 0,5% no país. No biênio seguinte, o estado acompanhou o processo recessivo observado nacionalmente, e o PIB gaúcho encolheu 6,1%, com destaque para a menor produção industrial. Nesse período, a indústria extrativa mitigou o resultado do setor em nível nacional, o que não ocorreu no estado, pela pouca expressividade do segmento. No biênio 2017 e 2018, o nível de atividade, medido pelo IBCR-RS, apresentou recuperação, acumulando expansão de 4,5% e, em doze meses até maio de 2019, a economia gaúcha cresceu 4,3% especialmente favorecida pelos desempenhos do comércio e da indústria de transformação (Gráfico 3).

Gráfico 2 – PIB

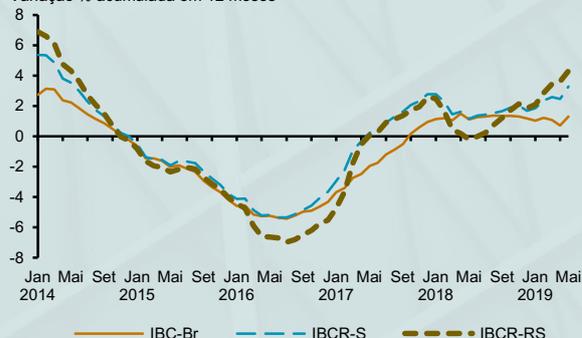
Var. % anual



Fonte: IBGE e BCB

Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses



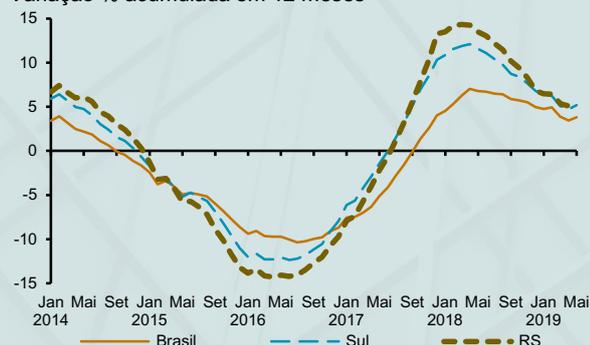
O consumo no estado apresentou arrefecimento de 2014 até metade de 2016, conforme resultados do acumulado em doze meses das vendas do comércio ampliado e do volume de serviços, que evidenciaram retração a partir do início de 2015 (Gráficos 4 e 5). Nesse ano e no seguinte, as vendas do comércio gaúcho diminuíram em patamar superior às nacionais, refletindo, especialmente, o desempenho de veículos, motocicletas, partes e peças – recuo de 43,8% no RS e de 29,3% no país. Todavia, o segmento liderou a retomada do consumo a partir de 2017, positivamente impactado pela safra recorde de grãos, flexibilização da política monetária e liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A expansão de 23,5% no comércio automotivo do RS (ante média nacional de 2,7%) foi a principal contribuição para alta de 13,3% nas vendas do comércio gaúcho em 2017 (4,0% no país).³ Ao longo de 2018, a atividade manteve ritmo de crescimento mais intenso do que o nacional tendo absorvido o impacto da paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas. A partir do final desse ano, observou-se redução no dinamismo das vendas e, em maio de 2019, a variação acumulada em doze meses atingiu 5,3% no RS e 3,8% no Brasil.

3/ Em 2017, o IBGE selecionou nova amostra para a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), com alteração na metodologia da construção do ano-base da pesquisa.

Após elevação moderada e em linha com o nacional em 2014, os serviços acumularam retração de 8,9% nos dois anos seguintes, com queda generalizada entre as atividades. No biênio seguinte, o volume de serviços prestados no estado apresentou queda menos intensa do que o comércio, porém, diversamente do ocorrido neste setor, a recuperação registrada em 2017, quando o RS cresceu 5,0%, ante retração de 2,8% em nível nacional, não se manteve nos períodos seguintes. O crescimento observado em 2017 foi condicionado, em especial, pelos serviços prestados às famílias e de transportes (altas respectivas de 17,9% e 14,9%, ante médias nacionais de -1,1% e 2,3%). Entretanto, essa trajetória de resultados mais favoráveis no RS *vis-à-vis* o nacional reverteu no último trimestre de 2018, e dados mais recentes apontam para recuo de 1,4% no volume de serviços prestados no RS em doze meses até maio (+1,1% no Br), resultado suavizado pelo segmento de outros serviços, cujo bom desempenho vem se mantendo desde o final de 2018.

Gráfico 4 – Comércio varejista ampliado

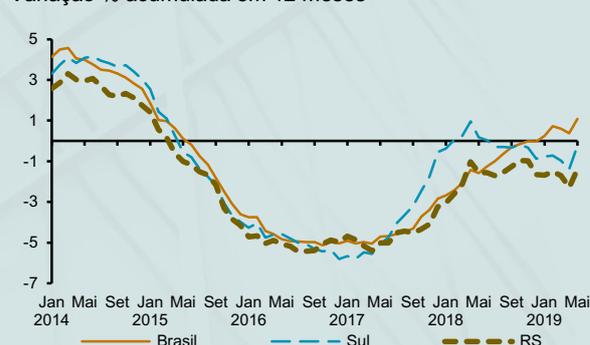
Variação % acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

Gráfico 5 – Serviços não financeiros

Variação % acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017, o emprego no RS concentra-se no setor de serviços (33,9%), seguido da indústria de transformação (21,8%), comércio (21,2%) e administração pública (15,4%). A baixa participação da construção no estoque de emprego no estado (3,6%) pode ocultar a presença de vínculos informais e, no caso da agropecuária (2,9%), a utilização de mão de obra familiar. A despeito dessa conformação para o agregado estadual, das 35 microrregiões gaúchas, em dezessete, a agropecuária é responsável pela maior parcela do emprego, enquanto o setor de serviços é o maior empregador nas MCR Porto Alegre – que inclui a capital – e MCR Santa Maria – polo regional de educação. A MCR Porto Alegre responde pela maior parte do emprego formal, 41,5% – majoritariamente no setor de serviços, em especial, serviços prestados às empresas, seguida pela MCR Caxias do Sul, 9,7% dos postos de trabalho, destacando-se a indústria, sobretudo a metalúrgica, material de transporte e alimentos e bebidas (Figura 2).

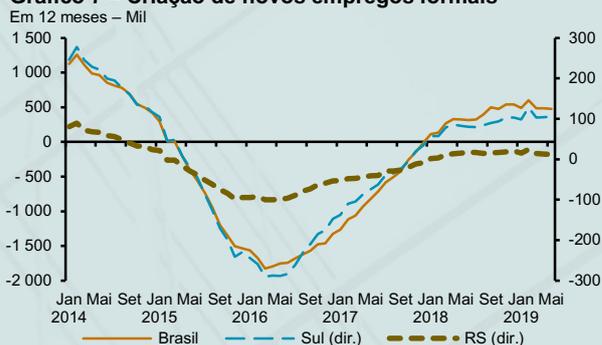
Em 2014, a manutenção de baixa taxa de desocupação, combinada com elevação no nível de ocupação apontam para a resiliência do emprego frente à desaceleração da economia. A partir de 2015 e no ano seguinte, a retração da atividade levou ao encolhimento do mercado de trabalho, com ampliação da taxa de desocupação e redução do emprego formal. Nesse biênio, o desemprego subiu 3,2 p.p., para 8,2%, e o nível de emprego formal caiu 4,4%, correspondendo à eliminação de 147,7 mil postos de trabalho. Com a retomada da economia em 2017, observou-se movimento diverso entre a taxa de desocupação e o nível de emprego formal: enquanto a primeira indicava encerramento do ciclo de alta, com relativa estabilização, o emprego formal registrou decréscimo de 1,3%. Tal divergência pode ser atribuída, em boa parte, aos trabalhadores por conta própria, cujo crescimento se destacou durante a crise, suavizando a taxa de desemprego (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6 – Taxa de desocupação
Variação % média em 4 trimestres



Fontes: IBGE e BCB

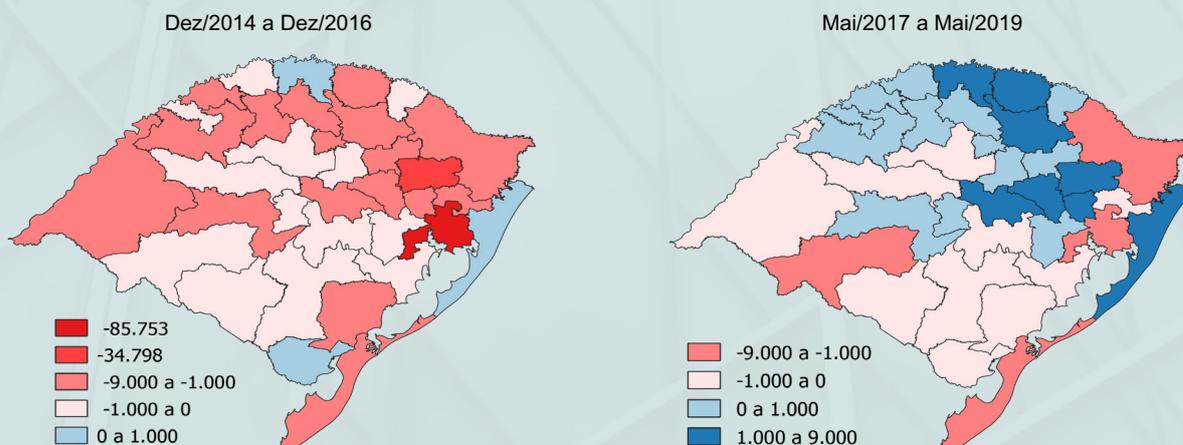
Gráfico 7 – Criação de novos empregos formais



Fonte: MTb/Caged
Nota: Inclui as informações enviadas fora do prazo.

Em 2018 e 2019 até maio, o emprego vem assinalando recuperação lenta, porém consistente. A desocupação no RS ainda é bem superior à taxa histórica (6,6%), mas se mantém significativamente abaixo da média nacional e em linha com a do Sul. Em relação ao mercado formal, a reação nesse período foi capitaneada pelo setor de serviços – especialmente administração de imóveis e serviços técnicos e profissionais. A indústria de transformação, importante setor na retomada da economia gaúcha, experimentou crescimento tímido e não generalizado do emprego em 2018 (50% das atividades registrou aumento de vagas), enquanto, em 2019, intensificou o ritmo e a disseminação das contratações (aumento em dez das doze atividades), processo que sugere a redução do nível de ociosidade da mão de obra.

Figura 2 – Variação de Emprego Formal – Rio Grande do Sul



Fonte: Caged

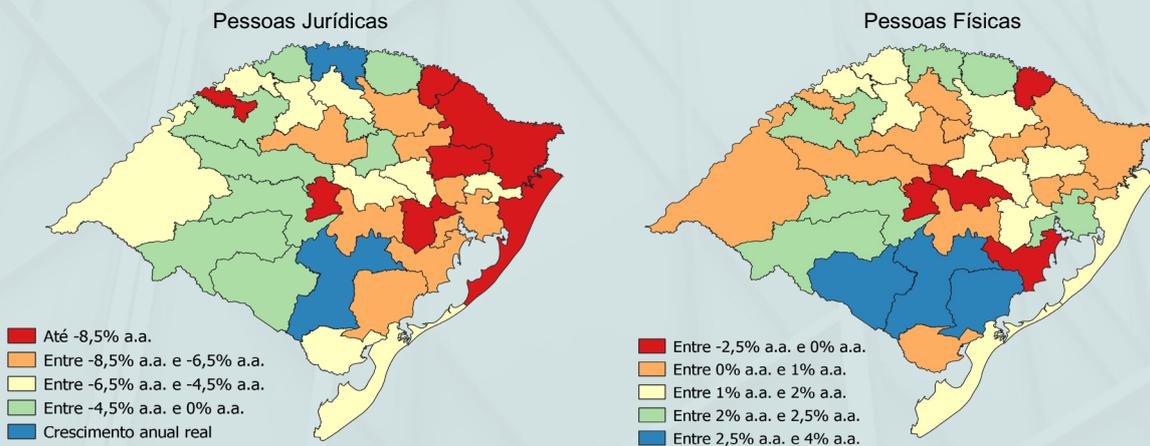
A trajetória do crédito no período analisado acompanhou o ciclo econômico, com desaceleração nas operações com pessoas jurídicas (PJ) iniciada em 2014 (Gráfico 8). Nesse ano, o saldo das operações superiores a R\$1 mil elevou-se, repercutindo o dinamismo do segmento de pessoas físicas (PF) – especialmente pela forte participação do saldo de financiamentos imobiliários. O desempenho positivo dessas operações no ano seguinte, embora mitigado pela retração no financiamento de veículos, não foi suficiente para compensar as menores contratações com PJ que, em resposta a retrações no consumo e investimento, recuaram de 2015 a 2017, condicionadas, em boa parte, pelas reduções nos saldos das atividades: SIUP (2015); transportes (2015-2017), comércio (2015-2017); veículos (2016-2017); construção (2016-2017) e metalúrgica (2016). Em 2018 e em doze meses até maio de 2019, o mercado de crédito vem mantendo desempenho positivo, com crescimento real do estoque de operações, a despeito do encolhimento da carteira com recursos direcionados. No segmento PJ, destaque-se o aumento de operações de desconto de títulos e, por atividade econômica, o maior dinamismo do crédito para o comércio atacadista, serviços de transporte e indústria de máquinas e equipamentos.

Gráfico 8 – Operações de crédito – RS
Var. % real acumulada em 12 meses



A evolução do estoque de crédito real por microrregião entre maio de 2014 e maio de 2019 aponta para crescimento em nove microrregiões do RS, com destaque para a MCR de Frederico Westphalen, no noroeste do estado. Das demais 26 MCR, os principais recuos foram nas MCR de Porto Alegre e de Caxias do Sul, que detêm, em conjunto, 43,1% do saldo das operações. A avaliação por tipo de tomador revela o protagonismo do segmento de operações contratadas com pessoas físicas, que teve aumento real praticamente em todas as MCR, com redução apenas em três (Restinga Seca, Santa Cruz do Sul e Sananduva). De outra parte, o recuo no saldo real das operações com empresas foi disseminado entre as microrregiões – somente as MCR de Frederico Westphalen e de Serras do Sudeste apresentaram aumento no período (Figura 3).

Figura 3 – Evolução real do crédito – Rio Grande do Sul – Variação percentual entre maio/2014 e maio/2019



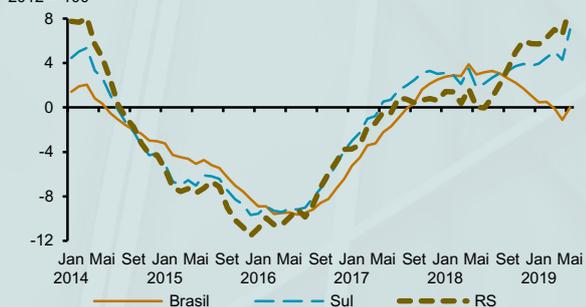
No âmbito dos indicadores de oferta, a agropecuária no RS caracteriza-se por peso superior ao da média nacional, respectivamente 10,2% e 5,7% (Contas Regionais do IBGE de 2016). Segundo estimativa de maio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do estado atingirá R\$55,3 bilhões em 2019, 63,5% dos quais oriundos da agricultura, com produção estimada pelo IBGE de 34,5 milhões de toneladas de grãos. Entre 2014 e 2018, o estado respondeu, em média, por 15,6% da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, sendo 70% da safra de arroz – maior produtor nacional – e 15,9% da de soja. Com relação ao cereal, ressaltou-se o recuo, pelo segundo ano consecutivo, da área plantada e da produção estimada, em decorrência de adversidades climáticas, associadas à elevação dos custos de produção e preços de comercialização menos atrativos. O oposto vem sendo observado na cultura da soja, em razão da rentabilidade oferecida por esse produto, houve ampliação da área plantada, em detrimento de outras lavouras; entre 2014 e 2019, a área aumentou 23,7%, ou 1,12 milhão de hectares. Com isso, o VBP da soja deverá compor 61,5% do VBP agrícola neste ano. Embora o cultivo tenha se disseminado no estado, sete microrregiões – Cruz Alta, Santo Ângelo, Santiago, Passo Fundo, Ijuí, Carazinho e Vacaria – concentram mais de 50% da produção da leguminosa.

A indústria gaúcha caracteriza-se por forte concentração na transformação e baixa expressividade da extrativa – 0,5% do Valor de Transformação Industrial (VTI), ante média nacional de 13,5%, segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE de 2017. As atividades mais representativas do setor fabril no RS, segundo o VTI, são: alimentos (principalmente abate e fabricação de produtos de carne); produtos químicos; máquinas e equipamentos (tratores e máquinas para agricultura); veículos automotores, reboques e carrocerias; calçados e couros, e produtos derivados do petróleo. O último ciclo recessivo provocou alteração significativa na composição do VTI no estado, sobretudo pela perda da representatividade da indústria automotiva e de máquinas e equipamentos, em contrapartida ao maior peso da fabricação de alimentos e de produtos derivados do petróleo.

Considerando dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, o setor foi o primeiro a entrar na crise, com retração em 2014 – após crescimento bem acima do nacional no ano anterior –, ante relativa estabilidade do comércio ampliado e crescimentos dos serviços. Nesse ano, o bom desempenho da indústria extrativa no país, com dinâmica atrelada ao mercado externo, compensou parcialmente o resultado da transformação, o que não ocorreu no RS, onde, com exceção da fabricação de bebidas, todas as atividades recuaram, especialmente a indústria metalúrgica, em razão da concorrência do aço chinês e da menor demanda interna. Em 2015 e 2016, o estado acumulou redução de 14,9% na produção industrial, com decréscimos individuais de aproximadamente 40% na fabricação de produtos do fumo e de veículos automotores. A produção de máquinas e equipamentos também registrou forte contração no período, sobretudo a de máquinas e equipamentos agrícolas – segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), esse segmento apresentou recuos de 43,0% no faturamento real e de 37,3% nas horas trabalhadas entre 2015 e 2016. Destaque positivo no biênio, a produção de celulose e papel cresceu 84,5%, repercutindo a instalação de nova unidade da CMPC Celulose, com destino majoritariamente ao mercado externo. A retomada da indústria gaúcha iniciou em 2017, porém de forma heterogênea, com concentração em algumas atividades e liderada pela fabricação de veículos. Novamente o segmento de celulose destoa dessa trajetória, reduzindo fortemente o volume produzido, devido a acidente na nova unidade produtora, com impactos ao longo do ano e reversão em 2018. A recomposição da produção dessa atividade, com base favorável de comparação, associada ao desempenho da indústria automotiva, consistiram nas principais contribuições para o crescimento expressivo da indústria gaúcha nesse ano, substancialmente acima da média para o país, mas com desigualdade entre os segmentos. Dados mais recentes indicam que a *performance* do setor fabril no estado permanece superior à nacional e apresenta-se com maior difusão dentre as atividades – dez das catorze acompanhadas na PIM assinalaram expansão em doze meses até maio de 2019 (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 – Produção industrial

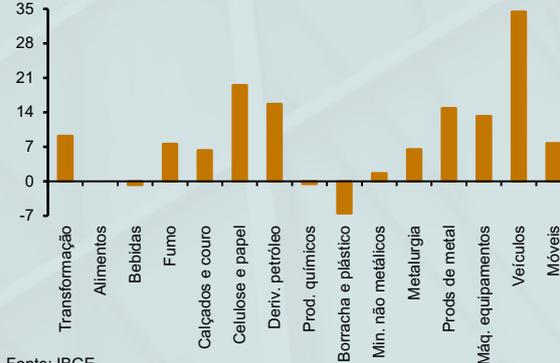
Varição % acumulada em 12 meses
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 11 – Produção industrial – RS

Var. % acumulada em 12 meses – Maio de 2019



Fonte: IBGE

Parte da estrutura produtiva do RS é destinada à produção de bens para o mercado externo – o coeficiente de exportações (exportações/PIB) atingiu 0,14 em 2016, ante média nacional de 0,10⁴. A maior exposição da economia, relativamente ao país, contribuiu para atenuar os efeitos da recessão – o coeficiente de

4/ Para estimação dos coeficientes foram excluídas as exportações fictas de plataformas de petróleo e utilizado o dólar médio mensal de compra (exportações) e venda (importações).

exportações do RS aumentou 15% em 2015 e 2016, na comparação com a média de 2010 a 2014 – e é uma das razões pelas quais o estado vem apresentando maior dinamismo na retomada econômica.

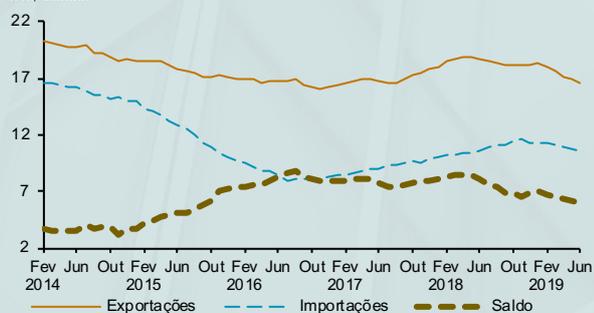
O RS apresenta, historicamente, *superavit* comercial, cujo saldo anual atingiu média de US\$6,7 bilhões de 2014 a 2018. Nas exportações, o agronegócio compôs aproximadamente 60% do valor total, com ênfase nas vendas de soja, fumo e seus produtos, pastas de madeira e carnes. Os principais mercados para o produto gaúcho – exclusive as exportações fictas de plataformas para exploração de petróleo – foram a China, Argentina e Estados Unidos, que responderam, respectivamente por 28,2%, 8,2% e 7,2% das vendas no quinquênio entre 2014 e 2018. Os embarques para a China são fortemente concentrados na soja; para a Argentina, destacaram-se os veículos automóveis⁵, tratores e veículos terrestres, suas partes e acessórios; polietilenos e colheitadeiras; para os Estados Unidos, ênfase para fumo e sucedâneos manufaturados, produtos químicos orgânicos (benzeno, éter-metil-t-butílico e tolueno), e blocos de cilindros para motores de explosão (Gráficos 12 e 13). Em doze meses até junho de 2019, as exportações recuaram 8,7%, desconsiderados os registros de vendas de plataformas para a exploração de petróleo, com recuo de 6,5% no *quantum* exportado.

As importações do RS concentram-se em insumos industriais elaborados, em especial, adubos e naftas para a petroquímica, que compuseram cerca de 50% da pauta de 2014 a 2018. No período de mais forte contração da atividade econômica, observou-se recuo nas aquisições externas, situação que, especialmente em 2015, foi agravada pela desvalorização cambial. As importações começaram a esboçar reação a partir de 2017, porém em patamar expressivamente inferior ao do final do ciclo de crescimento anterior. As compras são relativamente concentradas, sendo a Argentina o principal parceiro comercial, principalmente veículos para transporte de passageiro e mercadorias – repercutindo o acordo automotivo –, seguida da China e dos Estados Unidos, em especial de partes e acessórios para veículos e de adubos, no primeiro, e de máquinas agrícolas e bombas, compressores e exaustores, no segundo. Nos doze meses encerrados em junho, as compras externas apresentaram leve retração, em termos de valor, na comparação com os doze meses anteriores, resultante da combinação de alta de 6,0% nos preços e retração de 6,3% na quantidade importada.

Gráfico 12 – Balança comercial – RS

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



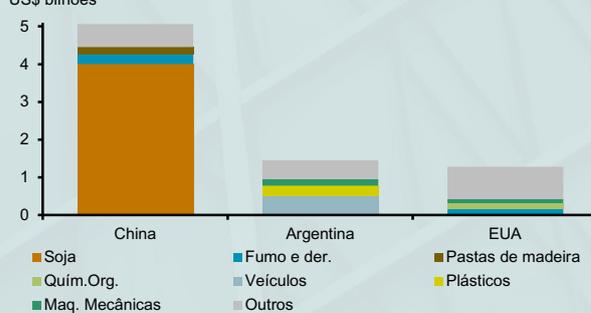
Fonte: Ministério da Economia

Nota: Exclui as exportações de plataformas de petróleo.

Gráfico 13 – Exportação do RS: média anual 2014-2018

Principais países e produtos

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

A economia gaúcha vem apresentando maior dinamismo, comparativamente à média nacional, refletindo o desempenho de segmentos da indústria de transformação e do comércio interno e externo. Todavia, as perspectivas para a economia estadual seguem desafiadoras, uma vez que não se observa retomada disseminada entre os setores e o impacto sobre a renda tem sido limitado pelo ritmo lento de recuperação do emprego. Externamente, o aprofundamento da crise argentina deverá impactar negativamente a economia do RS, em especial a cadeia automotiva.

5/ Pelo acordo automotivo Brasil-Argentina, para cada US\$1 exportado pela Argentina em veículos e peças para o Brasil, o país tem direito a exportar US\$1,50 com isenção do imposto de importação. Acima disso, os veículos brasileiros pagam tarifas de 35% para entrar no mercado argentino.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Roberto Campos Neto

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Norte e Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
ACP	Análise de componentes principais
APU	Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FT	Força de Trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Microregiões
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PF	Pessoa Física
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa Jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PO	População Ocupada
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UF	Unidade da Federação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor da Transformação Industrial